



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

**VERSÃO PRELIMINAR DO
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
PDI 2012-2016**

CHAPECÓ/SC

2012

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACCs – Atividades Curriculares Complementares
ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAP – Comitê Assessor de Pesquisa
CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCRs – Componentes Curriculares
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CEUA – Comitê de Ética no Uso de Animais
CIBio – Comissão Interna de Biossegurança
CNE – Conselho Nacional de Educação
COEPE – Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão
COMUT – Programa de Comutação Bibliográfica
CONSUNI – Conselho Universitário
CPA – Comissão Própria de Avaliação
DIFES – Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
IES – Instituição Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
LDB – Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MI – Ministério da Integração Nacional
NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico
ONGs – Organizações Não Governamentais
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PET – Programa de Educação Tutorial
PIB – Produto Interno Bruto
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNE – Plano Nacional de Educação
PNEs – Portadores de Necessidades Especiais

PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PPA – Plano Plurianual
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PR – Paraná
PRODOCÊNCIA – Programa de Consolidação das Licenciaturas
RS – Rio Grande do Sul
SAEMA – Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável
SC – Santa Catarina
SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SESU – Secretaria de Educação Superior
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU – Sistema de Seleção Unificada
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade de Federal Santa Maria
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Messorregiões.....	15
Figura 2 - IFES Macrorregião Sul.....	19
Figura 3 - Estrutura do Plano Plurianual da UFFS 2012-2015.....	48
Figura 4 - Organograma Institucional.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos da UFFS.....	050
Quadro 2 - Metas da UFFS.....	053
Quadro 3 - Cursos de Bacharelado.....	069
Quadro 4 - Cursos de Licenciatura.....	070
Quadro 5 - Projeção de Cursos de Especialização.....	071
Quadro 6 - Projeção de Programas de Mestrado.....	072
Quadro 7 - Projeção de Programas de Doutorado.....	073
Quadro 8 - Composição do Quadro Docente Efetivo.....	073
Quadro 9 - Composição do Quadro Docente Substituto.....	075
Quadro 10 - Projeção do Quadro Docente.....	074
Quadro 11 - Acervo Bibliográfico.....	095
Quadro 12 - Estimativa de Ampliação do Acervo Bibliográfico.....	100
Quadro 13 - Laboratórios de Informática.....	103
Quadro 14 - Orçamento da UFFS – Recursos Pactuados.....	110

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1.PERFIL INSTITUCIONAL.....	9
1.1 Breve histórico de implantação da UFFS.....	9
1.2 Missão.....	12
1.3 Áreas de atuação acadêmica.....	12
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL(PPI).....	14
2.1Inserção regional.....	15
2.2Princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas....	20
2.3Políticas de ensino de graduação.....	24
2.4Políticas da pós-graduação.....	27
2.5Políticas de extensão.....	30
2.6Políticas de pesquisa.....	34
2.7Organização didático-pedagógica dos cursos de Graduação.....	40
2.8Políticas de gestão.....	47
2.9Responsabilidade social.....	59
3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS.....	65
3.1Graduação.....	66
3.2Projeção da oferta de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i>	68
3.3Projeção da oferta de Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	70
4. PERFIL DO CORPO DOCENTE.....	72
4.1Composição.....	72
4.2Plano de carreira.....	72
4.3Critérios de seleção e contratação.....	72
4.4Procedimentos para substituição dos professores do quadro.....	73
4.5Cronograma.....	73
5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRAÇÃO DA UFFS.....	75
5.1Estrutura organizacional, instâncias de decisão e organograma institucional.....	75
5.2Órgãos colegiados: competências e composição.....	76
5.3Órgãos de apoio às atividades acadêmicas.....	81
6. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	82
6.1Programas de apoio pedagógico e financeiro.....	82
6.2Programa de intercâmbio e mobilidade estudantil.....	86
6.3Organização estudantil.....	87
6.4Acompanhamento dos egressos.....	87
6.5Estímulos à permanência.....	87
7. INFRAESTRUTURA.....	89
7.1Infraestrutura física.....	89
7.2Biblioteca.....	95
7.3Laboratórios.....	101
7.4Recursos tecnológicos e de áudio visual.....	104
7.5Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI.....	105
8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	107
9. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....	109
ANEXOS.....	111

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a versão preliminar do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), estruturado em 09 eixos temáticos, conforme o disposto no Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, compreendendo o período 2012-2016.

Como rezam as exigências legais, o PDI identifica a instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver.

Para além do aspecto legal, a construção do PDI da UFFS representa um esforço coletivo de sistematização de sua recente trajetória no cenário nacional da educação superior brasileira, em especial na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. Nesta peça se revelam não somente informações quantitativas consolidadas, mas, sobretudo, as particularidades do percurso administrativo e pedagógico, histórico e político que caracterizam a natureza da UFFS desde a sua criação e a atual fase de implantação.

Precisamente, o processo de elaboração da versão preliminar do PDI da UFFS teve início no ano de 2011, seguindo várias etapas. Na primeira, a construção do documento buscou subsídios nos documentos oficiais – atinando-se para as questões legais que norteiam os principais eixos que formam a estrutura do documento – e nos documentos internos da instituição, produzidos pela sua comunidade universitária. Assim, nessa etapa, foram consultados e aglutinados:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); Plano Nacional de Educação (PNE);
- Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;
- Planos e Projetos da instituição: Plano Plurianual (PPA); Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC);
- Relatório de Gestão 2010 e 2011;
- Projeto de Autoavaliação Institucional, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Estatuto UFFS;
- Documento da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE).

Nas etapas subsequentes, levantou-se junto aos setores da UFFS um conjunto de informações administrativas, orçamentárias, físicas e pedagógicas relacionados às atividades meio e fim da universidade (etapa 02), o que permitiu a construção de uma minuta ou versão preliminar do documento (etapa 03). Tal versão retornou aos setores da universidade, que enviaram recomendações, sugestões e correções sobre a peça (etapa 04). Finalmente, foi organizado um cronograma de discussão aberto à comunidade interna e externa à UFFS para acolher as mais variadas contribuições em torno dos eixos temáticos que compõem o Plano (etapa 05). Após a fase do cronograma de discussões, coordenados pela Pró-Reitoria de Planejamento, o documento seguiu para apreciação no Conselho Universitário da instituição (etapa 06).

1 PERFIL INSTITUCIONAL

O perfil institucional da UFFS, bem como a sua missão, objetivos e área de atuação acadêmica, encontra forte aderência aos movimentos sociais da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, de cuja organização a universidade é, em grande medida, resultado. Nessa região, a UFFS legitimou-se como instituição pública por meio da Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, com sede e foro no município de Chapecó, estado de Santa Catarina (SC) e com *campi* nos municípios de Cerro Largo e Erechim, no estado do Rio Grande do Sul (RS), e nos municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza, no estado do Paraná (PR).

A UFFS é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia didático científica, administrativa, de gestão patrimonial e financeira, nos termos da Lei e de seu Estatuto¹.

Voltada para os cerca de 3.800.000 habitantes dos 396 municípios que compõem a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul – região historicamente desassistida pelo poder público no tocante ao acesso à educação superior – a UFFS desenha o seu perfil como universidade *multicampi*, interestadual, pública, democrática, popular e socialmente comprometida com a realidade socio-histórica, econômica, política, ambiental e cultural da sua região de inserção.

1.1 Breve histórico de implantação da UFFS

O objetivo de criar uma universidade federal na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul foi pauta nos meios de comunicação, nas instituições de ensino e nas mais diversas esferas sociais e políticas durante anos. O ano de 2005 foi o período em que entidades, Organizações Não Governamentais (ONGs), lideranças municipais e grupos de município, igrejas e movimentos sociais se organizaram em torno da criação do Movimento Pró-Universidade Federal, com a proposta de criar universidades distintas nos três Estados do Sul. Como a proposta não obteve adesão dos órgãos oficiais, em 2006 iniciou-se a elaboração, por meio de um grupo de trabalho, de um projeto único de universidade multicampista, abrangendo os três estados do sul, compreendendo o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná.

Em 2007 várias ações foram desencadeadas. A realização de audiência pública, a designação da Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e da Comissão de

1

O Estatuto da UFFS encontra-se disponível em <http://www.uffs.edu.br> - Boletim Oficial - Estatuto.

Projetos da Universidade, a participação de integrantes do Movimento Pró-Universidade, técnicos do MEC, representantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), deram início à criação das condições objetivas que permitiram o sinal positivo para a criação da universidade na região. Isso resultou, mais tarde, no anúncio da criação da Universidade para a região e o início da tramitação do Projeto de Lei 2.199/2007, com vistas a instituir a Universidade.

Em 2008, a Comissão designada para implantar a Universidade organizou inúmeras atividades (oficinas e seminários) que culminaram na definição dos cursos a serem ofertados inicialmente. No mesmo ano, o Projeto de Lei de Criação da Universidade foi assinado pela Presidência da República e enviado ao Congresso Nacional.

No ano seguinte, 2009, a UFSC foi designada como Tutora da UFFS, contribuindo para a definição dos locais provisórios para o funcionamento da instituição, para a elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e também contribuindo para a decisão sobre as formas de ingresso na UFFS, a qual foi definida tendo como base a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). No dia 15 de setembro do mesmo ano, por meio da Lei nº 12.029/2009, foi oficializada a criação da UFFS.

A partir disso foram realizadas diversas ações, das quais se destacam: posse do reitor *pro tempore*; lançamento de editais para a realização de concurso público para docentes e técnico-administrativos; publicação do edital de tomada de preço para construção dos primeiros pavilhões da universidade; recursos liberados para a aquisição de livros; anúncio dos primeiros cargos de direção; elaboração e entrega, ao MEC, do plano de compra de móveis e equipamentos; e, por fim, a abertura das inscrições para o Processo Seletivo de ingresso na UFFS.

No primeiro semestre de 2010, docentes e servidores técnico-administrativos iniciaram suas atividades, período em que ocorreu a nomeação do vice-reitor *pro tempore*, dos diretores e coordenadores (acadêmico e administrativo) dos campi, dos pró-reitores, além da aquisição dos veículos institucionais e da divulgação dos alunos selecionados para ingresso na UFFS. Em 29 de março iniciaram as atividades letivas na instituição.

No decorrer do ano, entre junho setembro de 2010, a UFFS continuou em intensa atividade, organizando a I COEPE (I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão)² com os objetivos de mobilizar a comunidade acadêmica da UFFS, nos seus diferentes *campi* e áreas de conhecimento, para a definição das políticas norteadoras do Ensino, da Pesquisa e da Extensão; e de

2

Dessa Conferência resultou o livro Construindo Agendas e Definindo Rumos: I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão.

aprofundar a interlocução com a comunidade regional, visando eleger as agendas prioritárias da UFFS nos campos da Pesquisa e da Extensão, e as suas articulações com o Ensino. Utilizando uma metodologia inovadora e participativa, a COEPE envolveu cerca de 4000 participantes em 11 fóruns temáticos cujas proposições foram traduzidas em ações prioritárias para as três áreas acadêmicas. Todo o trabalho realizado na COEPE foi sistematizado em um documento, aprovado na Conferência Final por delegados dos cinco campi, o qual constitui a base do Projeto Pedagógico Institucional e do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS. .

Ainda em 2010, foi aberto o segundo Processo Seletivo para ingresso na instituição e foi realizada a primeira Reunião de Planejamento e Avaliação envolvendo a equipe diretiva da instituição, objetivando a organização e avaliação sobre as principais políticas e ações desencadeadas no processo de implantação da universidade.

No decorrer do mesmo ano também teve início um processo de debate, nos colegiados de curso, sobre a necessidade de ajustes e adequações nos PPC's (Projetos Político-Pedagógicos) dos cursos de graduação, os quais haviam sido elaborados pela comissão de implantação, que não contava, na época, com profissionais de todas as áreas. Como resultado, ainda em 2010, alguns cursos tiveram seus projetos reajustados, especialmente no que diz respeito às grades curriculares, as quais foram reformuladas, contando com a participação de um número maior de professores e, conseqüentemente, com maior amplitude de percepções acerca das necessidades formativas de cada curso, tendo em vista o perfil do egresso que se pretende formar. Ficou estabelecido, ainda, que no futuro se daria um novo e mais amplo movimento de debate e reformulação dos PPC's, o qual teve início, através de amplo envolvimento da comunidade acadêmica, em 2012, tendo sido concluído no mesmo ano para a maioria dos cursos.

Em alguns casos mais específicos, como dos cursos de “Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial”, oferecidos nos *campi* de Cerro Largo e Laranjeiras do Sul, foram identificadas dificuldades de ordem jurídica e de reconhecimento profissional dos egressos, o que levou a alterações mais significativas, inclusive no nome dos cursos. Assim, como resultado da reformulação, o *campus* Cerro Largo passou a ofertar o curso de Administração, e o *campus* Laranjeiras do Sul passou a ofertar o curso de Ciências Econômicas.

Em 2011, a UFFS lançou os primeiros editais de pesquisa e de extensão, com recursos próprios, que promoveram o desenvolvimento de projetos pelos docentes e deram início aos programas de Iniciação Científica e Iniciação às Atividades de Extensão. Nesse anos a UFFS obteve as primeiras bolsas do CNPq e da FAPERGS, para a pesquisa, e do PROEXT, para a extensão. Entre o início de 2011 e o final de 2012 foram criados 60 grupos de pesquisa e 14 Programas de Extensão.

Ainda em 2011, a UFFS iniciou as atividades na área da pós-graduação, com a oferta de

cursos *lato sensu*, em nível de especialização. Durante o ano foram ofertados 07 (sete) cursos de especialização. Dando continuidade às atividades nessa área, em 2012, além da oferta de novos cursos de especialização, iniciou-se a oferta dos programas *stricto sensu*, com o mestrado em Estudos Linguísticos e, no final de 2012, foi aprovado o curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação.

1.2 Missão

A UFFS, universidade pública, popular, gratuita e democrática e, de acordo com seu histórico e contexto de implantação, uma instituição multicampi, interestadual e interiorana, tem como Missão contribuir para que a produção do conhecimento científico e a inovação tecnológica façam parte de um projeto de desenvolvimento que priorize a formação humana, a inclusão social e a preservação das riquezas naturais, combatendo as desigualdades regionais e garantindo o acesso à formação superior na própria região.

Tendo em vista essa missão, a UFFS se coloca os seguintes **Objetivos Gerais**:

- A) Oferecer qualificação profissional e cidadã de qualidade que proporcione a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população.
- B) Produzir e compartilhar com as populações locais conhecimentos e tecnologias que contribuam para a permanência dos jovens graduados na região, revertendo o processo de litoralização.
- C) Contribuir para o desenvolvimento regional integrado, sustentável e solidário, buscando a interação e a integração das cidades e Estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno, respeitando a diversidade econômica, política e sociocultural das microrregiões.
- D) Buscar a excelência na realização das atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão

Para atingir esses objetivos gerais, a UFFS definiu objetivos específicos e metas para as áreas acadêmicas e para a gestão, que serão apresentados mais adiante, no PPI.

1.3 Áreas de atuação acadêmica

A definição das áreas de atuação acadêmica é orientada pela Missão e pelos Objetivos Gerais da UFFS, os quais colocam claramente a prioridade de investir tanto na formação de atores que promovam a mudança social, como na produção de conhecimentos que atendam às

necessidades da região e, ao mesmo tempo, projetem a universidade no cenário acadêmico e científico mundial. A integração orgânica das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão é condição indispensável para que haja uma convergência entre as atividades de formação e as de produção de conhecimento, na concretização desses objetivos. Dessa forma, é indispensável garantir a equidade das três áreas-fim da universidade, o que deve estar presente tanto na gestão dos recursos como na delimitação das áreas de inserção.

A delimitação das áreas de inserção, bem como do perfil dos cursos e de seus egressos, são sempre feitos a partir de leitura sistemática das demandas regionais, da conjuntura nacional e mundial, assim como do diálogo com os diversos setores da instituição e da sociedade, diálogo esse que se concretiza, sobretudo, nas atividades de Extensão, mas que também deve estar presente nas instâncias democráticas de gestão da universidade. Por um lado, procura-se assegurar a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, assim como de atividades de pesquisa e de extensão que estejam em sintonia com as necessidades, anseios e possibilidades da região e que possam viabilizar o seu desenvolvimento econômico, social e cultural, contribuindo para a permanência dos jovens, com qualidade de vida e alternativas profissionais. Por outro lado, busca-se apoiar e fomentar atividades de pesquisa que não apenas tragam soluções para os problemas locais como também coloquem a UFFS como protagonista na apresentação de soluções inovadoras para os grandes problemas que afetam a humanidade, sobretudo no que se refere às questões ambientais e à superação da injustiça social. Nesse sentido, a qualidade do ensino é primordial para que os estudantes e os egressos se tornem sujeitos ativos na construção dessas soluções.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

Por se localizar distante dos chamados centros dinâmicos da economia, a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul ficou preterida, por longo tempo, no que concerne à aplicação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento dos seus problemas. Para reverter essa situação, a UFFS surge com compromisso de, prioritariamente, evidenciar as potencialidades e contribuir para a compreensão e resolução dos problemas que afetam a Mesorregião e seu entorno e, além disso, constituir-se como problematizadora das demandas e respostas apresentadas aos problemas históricos da Mesorregião.

Os compromissos assumidos pela Universidade no contexto histórico e político da Educação Superior brasileira e no contexto socioeconômico de sua região de abrangência estão expressos nos dez princípios institucionais que estabelecem os pressupostos filosóficos, políticos e acadêmicos norteadores do Projeto Pedagógico Institucional:

1. Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento concomitante do ensino, da pesquisa e da extensão;

2. Integração orgânica das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a origem da instituição;

3. Atendimento às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo DECRETO No. 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009, cujo principal objetivo é coordenar os esforços de todos os entes federados no sentido de assegurar a formação de docentes para a educação básica em número suficiente e com qualidade adequada;

4. Universidade de qualidade comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País;

5. Universidade democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.

6. Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade.

7. Uma Universidade que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento;

8. Uma universidade que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente;

9.Uma universidade pública e popular.

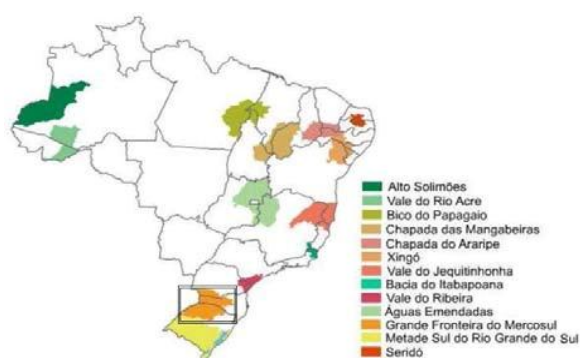
10.Uma universidade comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos.

2.1 Inserção regional

A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná. Esta Mesorregião localiza-se em área de fronteira com a Argentina (ver figura 1) e compreende 396 municípios, com área total de 120,8 mil quilômetros quadrados e população de 3,8 milhões de habitantes.

Figura 1 - Messorregiões

Messorregiões do Brasil



Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul



A Mesorregião tem a agropecuária e a agroindústria como base de sua estrutura produtiva e um grau de urbanização relativamente baixo em relação ao restante do País (em torno de 65%) e mesmo das demais regiões dos três estados, concentrando parcela significativa da população na zona rural. Em relação à região Sul, a Mesorregião representa um quarto do território e da população. No entanto, o Produto Interno Bruto (PIB) da Mesorregião representa pouco mais de um décimo e o PIB *per capita* (US\$ 3.285) é 40% menor que o da média da região Sul (US\$ 5.320).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Ministério da Integração Nacional (MI), classifica as microrregiões brasileiras como de “alta renda”, “baixa renda”, “dinâmicas” e “estagnadas”. A maior parte das microrregiões que compreendem a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul são classificadas como estagnadas. Os indicadores demonstram que a Mesorregião, em relação à Região Sul e ao Brasil, vem empobrecendo.

A Mesorregião possui uma identidade histórica forjada desde a chegada dos imigrantes europeus. O processo de colonização trouxe consigo novos valores, formas de organização da

produção e da vida comunitária, que implicaram na quase exclusão das populações nativas e negras. Ainda hoje a forte presença de imigrantes europeus, juntamente com remanescentes de indígenas e mestiços, é uma característica marcante da região. A religiosidade e o importante papel da igreja na organização popular, com a igreja acumulando, além de sua função eminentemente religiosa, também um papel político de destaque, é outro elemento característico da região.

A Agricultura familiar e camponesa é um elemento estruturador e dinamizador do desenvolvimento da região. O processo de modernização do campo, conhecido como Revolução Verde, trouxe à região um padrão tecnológico danoso ao ambiente e dependente da indústria, impondo máquinas, sementes selecionadas e tratadas, uso intenso de adubos e defensivos agrícolas industrializados. Nesse processo, coube à Agricultura Familiar e Camponesa o suprimento de matéria-prima para indústria, que visa a geração de oferta de alimentos e produtos para exportação, o que ocasionou a transferência de renda para o setor urbano, e a consequente evasão dos camponeses para a cidade.

A parcela das famílias que permaneceu no campo precisou adaptar-se aos novos modelos de produção agrícola, especialmente voltado a produção de grãos para exportação ou carne e leite para as grandes agroindústrias. Os excluídos desse processo migram, tardiamente, para as periferias das cidades onde, em geral, devido a falta de formação profissional para o meio urbano, acabam sobrevivendo através de atividades informais e do subemprego, em geral com baixos salários e consequente precárias condições de vida. Por outro lado, mesmo aqueles que permanecem no meio rural, apesar do crescente processo de “modernização” e tecnificação das atividades agrícolas, tem crescentemente aumentado seus níveis de endividamento e diminuído as margens de lucro e de rentabilidade vinculados às atividades de sua propriedade. Isso porque as novas tecnologias e equipamentos, necessários aos “novos tempos” da agricultura (mesmo aquela de tipo familiar) possuem alto custo, tanto de aquisição quanto de manutenção, o qual não é acompanhado de proporcional aumento da rentabilidade vinculada aos produtos vendidos pelos agricultores. Somado a isso, tem-se ainda o freqüente insucesso de técnicas de produção “importadas” de outros países e regiões, que sem as adequações necessárias à realidade ambiental, econômica e cultural da região, acabam por se mostrar ineficientes, comprometendo ainda mais as chances de sobrevivência dos agricultores familiares e de seu modo de vida.

Como consequência, o ainda intenso êxodo rural compromete a sobrevivência da agricultura familiar, não apenas como alternativa produtiva, mas também como forma de organização das sociedades e do modo de viver dos indivíduos e populações a ela vinculados. Nesse sentido, surgem os mais diversos problemas sociais como, por exemplo, a falta de filhos dispostos a assumirem a direção de propriedades rurais criando um vazio no processo de sucessão que

compromete a própria existência das pequenas unidades produtivas como característica da agricultura regional. Tanto o conjunto das causas desses processos como os seus potenciais efeitos ainda carecem de estudos sistemáticos, para os quais a UFFS surge como instituição que pode oferecer grande e valorosa contribuição.

O setor urbano industrial da Mesorregião possui uma profunda interdependência com a agropecuária, a exemplo das empresas agroindustriais. Além do setor agroindustrial, há uma forte presença de micro e pequenas empresas industriais e comerciais, também com intensa relação entre a cidade e o campo. De fato, apesar de, em média, os municípios dessa região apresentarem uma distribuição populacional de cerca de 50% associada ao meio rural, mesmo o meio urbano, em grande medida, sobrevive em função de atividades que dependem da agricultura. É o caso, por exemplo, do comércio nos pequenos municípios, que dependem quase exclusivamente dos recursos financeiros que giram em torno dessa atividade. Por isso, em anos que a agricultura padece, seja por problemas econômicos ou por fatores climáticos, todo o conjunto da economia do município é atingido, refletindo-se em demissões no comércio das cidades (meio urbano), baixa na arrecadação do município, diminuição dos recursos disponíveis para obras e serviços por parte das prefeituras, e assim por diante.

Cabe destacar ainda a importante rede de serviços que se constituiu para viabilizar e dinamizar os processos econômicos, sociais e culturais da Região. Seguindo a dinâmica da concentração populacional em centros regionais, já citados acima, este setor desenvolveu uma significativa inserção na vida e na dinâmica da população, suprindo as demandas de saúde, ensino, informação, tecnologia, cultura entre outros.

Um importante eixo de desenvolvimento para a Mesorregião, ainda em construção, é o do turismo, com forte potencial de geração de emprego e renda. São muitos os municípios que apresentam potencial para o desenvolvimento de pólos de ecoturismo ou para o desenvolvimento de esportes de aventura, além do turismo rural e associado à gastronomia e tradições culturais.

Do ponto de vista político, desenvolveu-se na Mesorregião uma dinâmica de organização de diferentes sujeitos sociais, determinando um rico aprendizado para a participação política e social. Como reflexo, surgiu uma densa rede de organizações da sociedade civil, a exemplo do Movimento Sindical, Movimento Popular, Movimento Cooperativo, ONGs, Associações de Municípios e Conselhos, movimentos vinculados à Igreja, especialmente oriundos das Pastorais da Terra e da Juventude, que constitui um grande patrimônio social e que serve de modelo para outras regiões do País.

Contudo, a região ainda preserva algumas características, relacionadas à tradição e à cultura política, que remontam a práticas tradicionais no que diz respeito ao entendimento e, principalmente, ao uso e apropriação das estruturas públicas de governo. Clientelismo,

personalismo, patrimonialismo e déficit democrático ainda constituem realidades presentes em muitos dos municípios da região, estando associados, com frequência, à ausência e/ou insucessos de políticas que poderiam combater as dificuldades acima apontadas.

Os pequenos municípios da Região são caracterizados pelo empobrecimento social refletido nas condições de moradia de parcela significativa da população, deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. Esse conjunto de elementos, associado à dificuldade de geração de trabalho e renda para a população, acaba gerando êxodo rural e emigração regional. Estes pequenos municípios carecem de uma instituição com capacidade de produzir conhecimento e tecnologia para articular políticas públicas no sentido de gerar um processo e desenvolvimento capaz de apontar soluções para este conjunto de problemas mediante a compreensão sistemática de seus fatores determinantes.

Parcela da população residente no meio urbano desta Mesorregião, concentrada especialmente nas cidades pólo já mencionadas, e enfrenta vários problemas, alguns comuns aos grandes centros urbanos e outros específicos de cidades localizadas em regiões distantes das capitais dos Estados. Entre estes problemas destacam-se o crescimento do desemprego, da pobreza, da violência, da falta de moradia e do deficiente saneamento básico. Cabe destaque ainda à baixa qualificação profissional, os baixos salários, as poucas oportunidades de opção profissional, a falta de oportunidades de educação superior, especialmente pela distância das Universidades Federais, bem como a falta de condições financeiras da maioria dos jovens de pagar sua formação superior, quando ela é ofertada por instituições de natureza comunitária e/ou privada .

Geograficamente distante dos centros de decisão política dos Estados e da União, a Mesorregião apresenta, desde sua colonização, uma trajetória marcada por baixos investimentos estatais e pela ausência de equipamentos públicos essenciais ao seu processo de desenvolvimento. Os investimentos em desenvolvimento na região seguiram a lógica da geração de empregos através da implantação de grandes empreendimentos econômicos privados, dando margem à aceleração de processos concentradores de riqueza e renda.

A ausência ou os baixos índices de investimentos estatais na Mesorregião, até 2010, são particularmente ilustrativos no que se refere à educação. No passado, para garantir educação aos filhos, os imigrantes tiveram que criar as chamadas “escolas da comunidade”, já que somente a partir da segunda metade do século XX percebe-se uma presença mais forte do Estado na área da educação. Em termos de educação superior pública, a ausência da ação do Estado na Mesorregião ausentes só foi revertida com as políticas de expansão da Educação Superior Pública, a partir de 20XXX, com a criação de XXXX IFSCs e da UFFS, assim como com a abertura de campi da UDESC. Até essa data, enquanto outras regiões contavam com Universidades Públicas Federais e/ou Estaduais, as Universidades Públicas mais próximas da Mesorregião encontravam-

se, em média, a mais de 400 quilômetros de distância.

Figura 2 - IFES Macrorregião Sul



Assim, até à criação da UFFS, em decorrência da falta de ação do Estado na área, foram criadas as chamadas Universidades Comunitárias e, mais recentemente, inúmeras instituições privadas. Esse modelo apresenta limites ao atendimento generalizado à população, justamente por estar condicionado à cobrança de mensalidades para sobreviver, o que exclui a população economicamente mais carente. Assim, a exclusão tem um claro recorte socioeconômico, visto que impede justamente o acesso ao ensino superior da população com menor poder aquisitivo. Este processo, além de excludente, é socialmente injusto, na medida em que contribui para extrair renda da população mais pobre, criando um ciclo vicioso e auto-reprodutivo, que intensifica cada vez mais a exclusão da qual é resultado e causa ao mesmo tempo. Assim como no passado os imigrantes tiveram que bancar a “educação básica”, hoje justamente a população de baixa renda é novamente obrigada a pagar para garantir aos filhos um curso superior. Na área da pesquisa e da extensão, os limites deste modelo são ainda maiores.

Se, por um lado, temos enormes avanços em termos de políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar e Camponesa, por outro lado, as políticas públicas de educação superior com capacidade de inovação científica e tecnológica indispensável para a inserção econômica qualificada ainda estão muito distantes. Esta realidade contribui com o deslocamento populacional do campo para a cidade, dos pequenos municípios para as cidades pólo de cada microrregião e, principalmente, da Mesorregião para outras regiões, num processo conhecido como litoralização da população. Tal movimento vem minando as forças produtivas locais e dificultando a geração de um processo de desenvolvimento endógeno, além de intensificar a concentração de renda e de terras também no meio rural, já que o êxodo acaba por inviabilizar as pequenas propriedades, as quais acabam sendo vendidas para poucos compradores.

Por essa razão, a oferta de ensino superior público e gratuito, especialmente à população mais carente, articulada com um forte investimento em pesquisa e extensão, que atenda os três Estados da Mesorregião com diversos *campi*, é condição essencial ao desenvolvimento regional. Foi nesse contexto que se inseriu a criação de uma universidade federal como estratégica para a promoção do desenvolvimento regional e da melhoria da qualidade de vida de sua população.

2.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas

A concepção de Universidade e de sua relação com a Sociedade

A Universidade é uma criação histórico-social. Ela é, portanto, uma instituição constituída e constituinte da sociedade, mas, ao mesmo tempo, tem a missão de ser instância de reflexão crítica da sociedade e de si, o que implica em pensar teórica e conceitualmente o tempo histórico em que se situa e a si própria em relação a ele. Portanto, é compromisso da universidade pensar, não apenas os problemas e as grandes questões de sua época, mas também refletir, crítica e profundamente, sobre si mesma, sobre seu papel, sobre sua responsabilidade e sobre os resultados do conhecimento que produz e dissemina acerca daquelas grandes questões. Assim, a UFFS entende que a Universidade deve assumir uma postura política voltada para o desenvolvimento de um processo investigativo e pedagógico vinculado organicamente aos processos sociais, comprometida com a construção de práticas orientadas pela justiça social, pela radicalidade democrática, por valores humanistas e coletivistas, pela ampliação e socialização do conhecimento e pela consolidação da ciência.

A relação entre Universidade e Sociedade será marcada pelo diálogo investigativo e crítico, de superação da hegemonia acadêmica e do determinismo econômico e político, como perspectiva de construção de um projeto acadêmico socialmente referendado. Nesse sentido, o diálogo com as instituições sociais inclui, entre outras, as instituições de ensino superior situadas no contexto regional, de modo especial as da esfera pública, como possibilidade de promover a plenitude das ações acadêmicas no contexto em que se situa.

A necessidade de comprometimento social da universidade precisa ser entendida como postura institucional, o que não significa, de modo algum, o abandono da autonomia, seja em termos da prerrogativa de estabelecer suas próprias prioridades e dinâmicas de funcionamento, seja no sentido de manter a postura crítica e de objetividade em relação ao conhecimento que produz. Isso significa que a universidade, embora comprometida com a transformação da sociedade da qual

faz parte, não se limitará a ser mero agente executor das demandas socialmente identificadas e delimitadas. Antes, cabe à universidade o papel de compreender, interpretar, analisar e produzir conhecimento científico sobre tais demandas e problemas, inclusive como condição para delimitar não apenas as possibilidades de intervenção junto a eles, mas a própria condição e *status* dos mesmos enquanto problemas.

Se a universidade não deve colocar-se acima da sociedade à qual pertence e à qual deve sua própria existência, tampouco pode abrir mão de sua essência enquanto instituição produtora e disseminadora de conhecimento científico em nome das necessidades imediatas de resolução dos problemas sociais ou, ainda pior, das demandas do mercado. Se o total isolamento da sociedade é prejudicial à necessária perspectiva de função social da universidade, a submissão dela às simples e diretas demandas sociais e de mercado podem comprometer sua própria condição de existência. Por isso, a UFFS assume o compromisso de permanente diálogo e interação com a sociedade, nas mais diversas práticas acadêmicas, sem deixar de manter sua autonomia enquanto instituição à qual cabe o papel de pensar não apenas sobre a solução dos problemas da sociedade, mas sobre a própria forma como a sociedade delimita e compreende tais problemas, produzindo sobre eles não apenas alternativas de solução, mas conhecimento científico.

Nesse contexto, o compromisso com a democratização do conhecimento expresso nos princípios institucionais exige a busca pela excelência na realização das atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão), o que requer a definição de princípios éticos e epistemológicos que traduzam a concepção de excelência acadêmica almejada. Esses princípios definidos na I COEPE, orientam as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS:

I.Humanismo: o humanismo, enquanto princípio orientador da relação que o investigador estabelece com o objeto investigado, implica na denúncia permanente do mito da neutralidade científica. Se traduz na capacidade de se indignar diante de qualquer forma de injustiça e de perda da dignidade humana; no respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de opções de vida, de estilos pessoais; na sensibilidade ecológica e no respeito ao meio ambiente, entre outros.

II.Pluralidade: o compromisso com a pluralidade implica na aceitação da convivência e da construção de diálogos possíveis entre diversos saberes e entre diversas perspectivas teórico-metodológicas e na rejeição à intolerância, ao sectarismo e ao autoritarismo, tanto na produção como na divulgação e/ou na aplicação do conhecimento produzido.

III.Justiça cognitiva: o princípio da justiça cognitiva implica na democratização plena de todas as formas de saber produzidos historicamente, especialmente os conhecimentos científicos e tecnológicos que a Universidade abriga, desenvolve e aprimora.

IV.Autonomia intelectual: inerente à atitude investigativa, a autonomia intelectual

requer a crítica permanente dos conhecimentos produzidos, de suas formas de produção e de seus usos, tendo em vista evitar que as atividades científicas sejam dominadas pela lógica competitiva e mercadológica ou sejam aprisionadas em modelos e/ou paradigmas cristalizados.

V.Cooperação: a defesa da cooperação enquanto um princípio da pesquisa implica na participação coletiva e solidária na organização e desenvolvimento das atividades de pesquisa.

VI.Sustentabilidade: o princípio da sustentabilidade coloca à pesquisa o desafio de construir alternativas ao atual modelo de produção e de consumo, que tem nas necessidades do mercado a sua principal referência e que reduz a natureza à condição de objeto e o homem à condição de consumidor. Exige, portanto, o investimento na produção de conhecimentos científicos e tecnológicos e na inovação pautada na promoção da justiça social e no estabelecimento de relações mais solidárias e responsáveis entre o homem e a natureza.

VII.Transformação social: a defesa deste princípio implica em assumir uma postura política voltada para o desenvolvimento de um processo investigativo e pedagógico vinculado organicamente com os processos sociais, comprometido com a construção de práticas orientadas pela justiça social, pela radicalidade democrática, por valores humanistas e coletivistas, o que requer a integração da Pesquisa com a Extensão e o Ensino e o esforço permanente para subsidiar a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades oriundas dos processos de desenvolvimento.

VIII.Indissociabilidade: entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão: a relevância social e científica das atividades de pesquisa e sua contribuição para a transformação social pressupõem a articulação dialética entre a teoria e a prática, num diálogo permanente entre as três áreas-fim da universidade.

IX.Interdisciplinaridade: a adoção deste princípio requer que sejam criados espaços e tempos de interlocução de diferentes saberes e disciplinas, buscando a formulação de questões mais complexas e de interpretações mais abrangentes, assim como uma intervenção mais qualificada na realidade.

Concepção de Educação

A UFFS pretende oferecer uma educação que faça jus ao conceito de formadora do ser humano e, de modo especial, à formação do pesquisador. Traduz-se na capacidade de se indignar e

de se posicionar diante de qualquer forma de injustiça e de perda da dignidade humana; pela manifestação da solidariedade e do companheirismo; pela igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de opções de vida e de crença, de estilos pessoais e do respeito às decisões coletivas; pela sensibilidade ecológica e pelo respeito ao meio ambiente, entre outros. Uma educação, enfim, entendida como processo socializante e democratizante do conhecimento, agente impulsionador do desenvolvimento humano e social e, portanto, direito de todo ser humano.

Concepção de Conhecimento

Trata-se de preparar o indivíduo para o desenvolvimento de uma postura investigativa nas atividades de ensino, na graduação e pós-graduação, articuladas entre si e amparadas na pesquisa e na extensão. O conhecimento decorre do cultivo permanente da interrogação e da problematização, da autonomia intelectual. Nesse sentido, precisa ser compreendido como resultado e como fomentador de uma postura investigativa diante do mundo, voltada à análise sistematizada, teórica e metodologicamente orientada, acerca dos mais diversos fenômenos.

O processo de construção do conhecimento que, por meio do diálogo e da integração entre diferentes saberes e disciplinas, possibilita a composição de interpretações mais abrangentes e complexas e, por conseguinte, uma intervenção mais qualificada na realidade.

Concepção de Processo de Ensino-Aprendizagem

O processo ensino-aprendizagem pressupõe a articulação do saber acadêmico com o saber popular, para mobilizar a construção do conhecimento científico, o desenvolvimento de habilidades e o compromisso social. Não se trata de assumir o conhecimento popular, dito de “senso comum” como possuindo qualquer status acadêmico-científico, mas de reconhecê-lo como elemento organizador da vida cotidiana e, portanto, ponto de partida das investigações científicas. É preciso dialogar com os saberes socialmente constituídos e legitimados, não para negá-los pelo seu caráter não científico, nem para elevá-los ao nível da superioridade pelo fato de serem populares, mas para estabelecer com ele uma relação de aprendizado pautada pelos critérios científicos de produção e validação do conhecimento.

Assim, é preciso buscar constantemente o desenvolvimento de uma postura dialógica, mobilizadora da investigação nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, processo primordial

para a autonomia intelectual. Com isso, consolidar a organização e desenvolvimento das atividades acadêmicas com base na participação coletiva, na crítica dialógica e na ação solidária.

Concepção de Avaliação

Ao invés de uma avaliação enquanto medição, quantificação, classificação e punição, adota-se o paradigma de avaliação processual e diagnóstica, pois o que importa é que professor e aluno possam acompanhar, avaliando, as atividades em realização, diagnosticando permanentemente o desenvolvimento do acadêmico e tomando as medidas necessárias à correção da atividade no próprio processo, se assim necessário.

A avaliação é entendida como reflexão sobre as práticas individuais e sociais com vistas a uma nova ação, e tem por função a modificação de comportamentos tendo em vista as modificações da realidade circundante a partir da adequação das ações de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. É o processo, portanto, que precisa ser avaliado enquanto tal, não apenas os sujeitos que participam dele. Por isso, o foco central da avaliação deve ser a melhoria dos processos de construção e socialização do conhecimento desde uma perspectiva futura, ou seja, de continuidade, e não pautado apenas na punição ou recompensa dos sujeitos a partir de desempenhos relativos às ações e estratégias passadas.

Enquanto diagnóstica e mediadora, a avaliação constitui-se num contributo fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo na busca do saber científico, tornando-se instrumento que tem por objetivo diagnosticar o estágio de desenvolvimento do aluno e subsidiar a ação do professor no sentido de sanar as dificuldades apresentadas, garantindo, assim, a organização, (re)elaboração, sistematização e construção das estruturas mentais necessárias ao conhecimento.

2.3 Políticas de ensino de graduação

Com o programa de Expansão das Universidades Federais, a UFFS nasce com um forte potencial de desenvolvimento agregado as Regiões Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná e Noroeste do Rio Grande do Sul, oferecendo oportunidades de profissionalização, desenvolvimento tecnológico e científico consolidando e garantindo a toda sociedade meios de acesso à educação superior. O compromisso com o ensino público, gratuito e de qualidade se traduz, prioritariamente, na consolidação dos cursos de graduação já existentes, para que possam atingir a qualidade e

excelência na formação dos acadêmicos.

De acordo com o PNE (Lei nº 10.172/2001), o programa de ampliação do ensino superior tinha como meta o atendimento a pelo menos 30% de jovens da faixa etária de 18 a 24 anos até o final de 2010. A criação da UFFS insere-se nesse programa estabelecido pelo MEC que prevê a descentralização, expansão e ampliação da oferta de cursos superiores e de vagas para estudantes em instituições públicas.

Neste sentido, os cursos de graduação já oferecidos e os próximos a serem ofertados pela UFFS deverão, estrategicamente, buscar o equilíbrio e a organização curricular interdisciplinar das áreas do saber, possibilitando o desenvolvimento das Regiões de abrangência da Instituição e seu entorno, para que essa se consolide como pólo de referência acadêmica e comprometida com o desenvolvimento humano e social.

Para tanto, é indispensável uma postura de autocrítica de permanente auto-avaliação por parte da instituição.

Tal movimento, mais do que refletir limites e necessidade de alteração dos documentos existentes, consolida o caráter autocrítico da UFFS, o qual deverá ser característica marcante de todo o seu fazer acadêmico. Além de refletir sobre o mundo à sua volta, a universidade deve também ser capaz de, e estar disposta a pensar de forma crítica e responsável sobre si mesma e sobre seu papel diante desse mundo.

Assim, são objetivos gerais do Ensino da Graduação:

- 1.Promover o acesso à Ciência, Tecnologia e Cultura e às suas formas de produção, sobretudo para as camadas sociais historicamente excluídas;
- 2.Fomentar o desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Cursos fortemente articulados com as demandas regionais e nacionais com a perspectiva de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais;
- 3.Realizar uma ação educativa dialética e problematizadora que promova o desenvolvimento da cognição e da afetividade na construção de novas significações sociais;
- 4.Promover a diversidade no espaço da Universidade e incluir as diferenças culturais do mundo contemporâneo no contexto curricular como pressuposto para a formação profissional e cidadã;
- 5.Criar um espaço intelectual e político plural, fomentando o diálogo e o debate entre diferentes posições teóricas, olhares e perspectivas;
- 6.Fomentar a cooperação entre os membros da comunidade acadêmica de diferentes cursos, *campi* e instituições com o intuito de promover processos e práticas pedagógicas orientadas por valores humanistas e coletivistas, justiça social e democracia;

7.Promover o exercício da reflexão crítica e a (re)construção de saberes por meio da investigação e da indagação permanente sobre as práticas sociais e profissionais, integrando as atividades de Ensino com as práticas de Pesquisa e de Extensão e articulando a Graduação com a Pós-Graduação;

8.Formar profissionais-cidadãos capazes de refletir autonomamente, com competência técnica e teórica, de modo a contribuir com a construção de uma sociedade justa, sustentável e solidária;

A concretização desses objetivos exige uma relação orgânica entre as atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão.

As políticas de ensino estão em constante atualização das matrizes curriculares em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais que estabelecem parâmetros para o Ensino Superior, as quais possibilitam a flexibilização dos currículos para atender às necessidades locais em que se inserem as instituições, sem perder de vista a sua articulação com a realidade global da qual fazem parte. Nesse sentido, adquire ainda mais importância a postura de permanente discussão e autocrítica da instituição, fomentadora de instâncias e movimentos coletivos de debate sobre os resultados das ações realizadas e sobre a necessidade de as possibilidades de sua reformulação e melhorias.

Diante disso, a UFFS vem desenvolvendo diversas políticas em vista da consolidação do ensino da graduação. Destacam-se algumas: política de formação (continuada) de professores, política de monitoria, especialmente para as disciplinas básicas de cada curso; institucionalização de grupos de estudo procurando sensibilizar o acadêmico para a responsabilidade na sua formação e visando inserí-lo na vida acadêmica na sua integralidade. Uma das metas para os próximos anos é ampliar o número de bolsas acadêmicas das diversas modalidades: monitoria, iniciação científica, apoio técnico e a criação de espaços culturais, para possibilitar a convivência entre os acadêmicos, fortalecendo as relações interpessoais e de conhecimento. Além da oferta de estágios, tanto externa quanto internamente, a UFFS vem desenvolvendo políticas de acessibilidade, no intuito de proporcionar condições equitativas de aprendizagem e permanência, bem como a viabilização da criação de núcleos de acessibilidade em todos os *campi*.

A UFFS fomenta a criação de mecanismos que garantam a expansão das matrículas nos cursos de graduação para os próximos anos, atendendo as demandas sociais locais e regionais e propiciando oportunidades adequadas de inclusão. Com isso, objetiva-se ampliar as possibilidades de participação do estudante em ações que contribuam para sua formação com relevância acadêmica e social. Almeja-se, ainda, promover as relações de cada curso com a respectiva área do conhecimento e de atuação profissional, tendo em vista a introdução de práticas mais condizentes

com a formação discente, a fim de criar e consolidar estruturas que garantam à realização de práticas acadêmico-profissionais. Ainda procura articular permanente discussão sobre a qualidade do ensino de graduação nos órgãos colegiados, com a participação de docentes e discentes: este fator reforça e resguarda os processos descentralizados e democráticos das decisões administrativas e acadêmicas da UFFS.

Ainda, as políticas de ensino da UFFS se constituem em um desafio, tanto teórico-conceitual quanto metodológico. As políticas e diretrizes do ensino de graduação da UFFS, amparadas na Legislação Nacional, fundamentam-se, principalmente, na interdisciplinaridade e na formação do sujeito na sua integralidade, tendo como principais indicadores a articulação entre as áreas do conhecimento, qualidade das relações interpessoais e socialização do conhecimento. Nesse sentido, as políticas de ensino, em sintonia com as políticas de pesquisa e extensão institucionais, atuam permanentemente em prol da expansão de vagas, da oferta de novos cursos e na adequada utilização da infraestrutura existente no âmbito da UFFS, em vistas a oferecer elementos que concretizem a relação das atividades de ensino com as necessidades do entorno da UFFS.

2.4 Políticas da Pós-graduação

Figurando entre as mais novas universidades públicas federais, a UFFS é parte integrante de uma estratégia governamental de enfrentamento da histórica dívida para com a região. Seu surgimento, nesse contexto, evidencia o papel primordial que lhe é atribuído na expansão da educação superior, e de modo particular no desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação. O desafio colocado é o de efetivamente contribuir, tanto no enfrentamento dos problemas regionais/nacionais, quanto nos de natureza global.

Destarte, conceber a pós-graduação na UFFS, especialmente o *stricto sensu*, implica em considerar as condições históricas referidas, principalmente a situação evidenciada nas assimetrias da pós-graduação brasileira, as quais também refletem as desigualdades sócio-econômicas entre as regiões do país.

O mapa das assimetrias da pós-graduação no Brasil demonstra que a região de abrangência da UFFS está quase que totalmente a descoberto quanto à oferta de programas *stricto sensu*. Tais disparidades, em relação a outras regiões do país, são consideradas e se constituem no grande desafio para a universidade. A oferta de cursos e programas de pós-graduação se constituirá em resposta aos históricos problemas, em particular das baixas taxas de acesso à educação superior e à formação continuada no âmbito da pós-graduação.

Os indicadores recentemente publicados pelo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) - 2011-2020, elaborados por mesorregiões geográficas, evidenciam que as regiões metropolitanas e litorâneas concentram a grande maioria dos programas, assim como a excelência da pós-graduação nacional. A título de exemplificação na região oeste de Santa Catarina são ofertados apenas quatro programas de Mestrado, os quais têm nota 3 na avaliação da Capes. A mesma tendência se aplica a toda a região de abrangência da UFFS.

O desafio que se coloca à UFFS, enquanto instituição pública é o de somar esforços para promover a criação de programas de pós-graduação em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional/nacional, na formação de profissionais para atuação no ensino superior e para atender o que determinam as políticas e diretrizes nacionais, como as diretrizes do Conselho Nacional de Educação³ (CNE), que definem com clareza as exigências para que uma instituição seja credenciada como universidade, e a o que dispõe o Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020)⁴.

Por sua vez o PNPG (2011-2020) reforça a necessidade de expansão do sistema de pós-graduação, especialmente por meio de programas, cujas áreas tenham estreita relação com as de interesse nacional e regional. Propõe que as políticas com vistas à redução dessas assimetrias devem contemplar a análise dos indicadores nacionais por mesorregião. Também apresenta a perspectiva de que, no período, o Brasil possa estar entre os dez maiores produtores de ciência no mundo. Para isso coloca como eixos a necessidade de manter o crescimento padronizado e a qualidade das universidades brasileiras e de ampliar os centros de excelência, independente da região onde estejam inseridos.

O PNPG (2011-2020) também propõe que a interação entre universidade e sociedade precisa diminuir a distância temporal entre a produção do conhecimento e sua apropriação pública. Isso torna imprescindível a criação de centros de excelência em ensino e em pesquisa, de padrão internacional, amparados em diretrizes de estímulo à formação de redes de pesquisa e de pós-graduação, por parcerias nacionais e internacionais.

Nessa perspectiva a política de pós-graduação da UFFS ancora-se nas políticas e diretrizes nacionais que orientam e organizam a pós-graduação, busca consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (2011-2020) e com o PNPG (2011-2020). Também considera os objetivos, as diretrizes e os princípios estabelecidos no documento final da I COEPE.

3

Resolução nº 3, de 14 de outubro de 2010 do CNE. (Ver art. 3º e art.11)

4

BRASIL. Projeto de Lei: Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). PL n. 8.035/2010. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições da Câmara, 2011, p. 41-42. (Ver meta 13 e 14)

Para o seu êxito requer, também, que a pós-graduação, no âmbito da universidade, fomente a pesquisa e estabeleça relação orgânica com o ensino e com a extensão, integrando tais dimensões. Como se estabelece o PNPG (2011-2020) “o núcleo da pós-graduação é a pesquisa”⁵.

A expansão do ensino no âmbito da pós-graduação visa à consolidação da pesquisa e, destarte, a promoção da autonomia dos estudantes e a resolução dos problemas que afligem a região de abrangência da UFFS, com vistas a sua inserção efetiva no mapa educacional e socioeconômico do país. Anseia formar quadros qualificados e comprometidos com a transformação da realidade, pelo enfrentamento das desigualdades e dos problemas que provocaram e provocam a depressão socioeconômica regional.

Assim, a pesquisa desenvolvida no âmbito da pós-graduação necessita lançar luzes sobre a solução dos problemas que afligem a região e o país, portanto, que seja socialmente relevante. Enquanto universidade pública, democrática e popular, a UFFS está aberta aos grupos sociais mais excluídos e comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário, capaz de construir cidadania, gerando a melhoria na qualidade de vida.

A promoção de ensino e de pesquisa de qualidade, no âmbito da pós-graduação *lato e stricto sensu* se constitui num caminho promissor também para qualificar os cursos de graduação da UFFS.

Considerando esse contexto os cursos e programas de pós-graduação da UFFS organizam-se a partir dos seguintes compromissos:⁶

- I. Compromisso com os princípios, finalidades e objetivos da UFFS.
- II. Compromisso com a promoção do desenvolvimento humano, cultural, socioeconômico e ambiental sustentável.
- III. Compromisso com a excelência acadêmica.
- IV. Compromisso com o avanço do conhecimento e a sua difusão.
- V. Compromisso com a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.
- VI. Compromisso com a flexibilidade curricular, de organização e de oferta.
- VII. Compromisso com o respeito à pluralidade teórica, metodológica e pedagógica.
- VIII. Compromisso com a interdisciplinaridade.

Em consonância com os compromissos, os objetivos específicos da pós-graduação da

⁵ BRASIL. MEC. Capes. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011/2020)**. Vol. 1. Brasília, 2011, p. 18.

⁶ Os compromissos e objetivos aqui propostos consideram o que estabelece o documento final da COEPE 2010.

UFFS almejam:

- I.Promover a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e a articulação entre a Graduação e a Pós-Graduação;
- II.Proporcionar ambiência acadêmica que favoreça a construção de conhecimento emancipatório;
- III.Promover a formação humana e a capacitação para o mundo do trabalho;
- IV.Capacitar pessoas a propor e a promover mudanças no modelo produtivo e de consumo, por meio da produção, difusão e socialização de conhecimentos e práticas nas diferentes áreas;
- V.Desenvolver estudos e pesquisas, básicas e aplicadas, para atender às demandas da sociedade contemporânea;
- VI.Formar pós-graduados com autonomia intelectual e capazes de conviver com a pluralidade de ideias e de culturas;
- VII.Promover a especialização e a integração entre as diversas áreas do conhecimento;
- VIII.Contribuir com o desenvolvimento da cultura e com o avanço do conhecimento científico e tecnológico nas diferentes áreas do saber;
- IX.Favorecer a cooperação e a inserção dos pesquisadores da UFFS no âmbito nacional e internacional, bem como sua participação em redes de pesquisa.
- X.Promover a cooperação com instituições nacionais e internacionais e o intercâmbio de professores e estudantes.
- XI.Criar espaços de publicação da produção científica que permitam dar visibilidade institucional aos Grupos de Pesquisa, e contribuam para a circulação do conhecimento;
- XII.Promover a especialização e a integração entre as diversas áreas do conhecimento.

2.5 Política de extensão

No contexto da democratização brasileira dos anos 80, surge uma inovadora concepção e dimensão da extensão, a partir de um novo quadro de dirigentes universitários eleitos com voto direto e comprometidos com os anseios da população. Partindo do princípio de que a relação entre a Universidade e a população em geral deveria ser vinculado ao ensino e a pesquisa desenvolvida na Universidade e não limitada a um acontecimento eventual, desvinculado das atividades acadêmicas, surgiu em 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

De acordo com Sousa ⁷ (2000, p. 98), após a primeira reunião do grupo foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, e entre suas bandeiras estava a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e a função social da Universidade. Ressalta-se neste contexto o compromisso social da Universidade, sendo que a extensão universitária passa a ser assim definida: “a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”.

Atualmente o Fórum é constituído por Pró-Reitores e pelos responsáveis pela extensão das Instituições de Ensino Superior Pública e reúne-se anualmente para definir as suas políticas básicas articulado com o MEC. O Fórum possui representação federal, estadual e municipal, com uma coordenação nacional e cinco coordenadorias regionais: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul.

Diante do exposto acima, durante as discussões na I Conferência sobre Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) entendeu-se que a política de extensão ⁸ da UFFS deverá seguir as diretrizes e orientações do Plano Nacional de Extensão e do Sistema de Dados e Informações da Extensão definidas nacionalmente pelo FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras), uma vez que o objetivo do fórum é garantir uma política nacional de extensão, objetivando uma qualificação maior das suas atividades, bem como de retirar a extensão do papel secundário a que estava colocada no mundo acadêmico e educacional, onde a pesquisa e o ensino tinham papel preponderante.

Entende-se que as definições em nível nacional, das quais a UFFS passará a fazer parte, a partir da sua representação institucional, não impede a Instituição de se adaptar aos seus princípios e necessidades institucionais. Com efeito, desde sua criação, a UFFS sempre teve na extensão um de seus eixos fundamentais. Socialmente comprometida com as grandes questões da mesorregião fronteira mercosul a UFFS tem na extensão o principal canal de diálogo e interação com as comunidades de seu entorno, junto das quais volta-se ao entendimento dos principais problemas e a construção de alternativas para resolvê-los.

Desse modo, a Extensão promove o desenvolvimento de programas e projetos comprometidos com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a formação do profissional cidadão.

O Plano Nacional de Extensão definiu as diretrizes para a Extensão Universitária que

⁷ SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas: Ed. Alínea, 2000.

⁸ A política de extensão da UFFS foi aprovada pela Câmara de Extensão e Cultura da UFFS em 16 de novembro de 2011.

devem estar presentes em todas as ações de Extensão, sendo expressas da seguinte maneira:

- I. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: Esta diretriz procura reafirmar a extensão como processo acadêmico-pedagógico, em que toda ação de extensão estará vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional e de sua formação cidadã, (FORPROEX 2001\2002, 2006)⁹. A Extensão universitária também deve se desenvolver a partir da flexibilização da formação discente, como reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, por intermédio da atribuição de créditos acadêmicos;
- II. Compromisso com a transformação social: Esta diretriz objetiva estabelecer uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, visando uma atuação transformadora, direcionada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Entende-se que uma das principais funções da Universidade é a de contribuir, a partir da formulação de políticas públicas participativas e emancipadoras, para a solução dos problemas sociais da população.
- III. Interação dialógica: Possibilitar aos docentes e acadêmicos da UFFS a interação com a realidade social da região por meio do diálogo com os diferentes grupos sociais. A extensão universitária desenvolverá suas atividades visando uma ação de mão dupla, de troca de saberes acadêmicos e populares, em que a Universidade contribui com seus conhecimentos à comunidade e também aprende com o saber dessas comunidades, ao respeitar a diversidade cultural.
- IV. Interdisciplinaridade: A interdisciplinaridade deve se caracterizar pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas.

As ações da extensão universitária da UFFS têm como objetivo geral garantir a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, promova uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, fomentando o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na construção da Universidade, bem como a participação da

9

FORPROEX. Documento atualizado do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Abril de 2006.

Universidade no desenvolvimento regional.

São objetivos específicos das ações da extensão:

- I. Desenvolver Programas e Projetos voltados para toda a sociedade, comprometidos com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.
- II. Difundir resultados e benefícios oriundos da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica.
- III. Manter a Universidade aberta à participação da população, promovendo amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos organizados da sociedade.
- IV. Proporcionar ambiência acadêmica, que favoreça, a partir da Extensão, a construção do conhecimento emancipatório, a capacitação para a atuação profissional do acadêmico e a sua formação cidadã.
- V. Promover o respeito à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.
- VI. Fomentar o desenvolvimento de programas e projetos a partir de métodos participativos e de pesquisa-ação objetivando promover a cidadania e os valores democráticos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos nas ações.

Assim, tendo como base as orientações do FORPROEX, todas as atividades de Extensão são classificadas em uma Área Temática principal e, opcionalmente, em Área Temática secundária, quando as ações estão relacionadas a mais de uma área (FORPROEX, 2011/2002). As áreas temáticas são as seguintes: I – Comunicação; II – Cultura; III - Direitos Humanos e Justiça; IV – Educação; V - Meio Ambiente; VI – Saúde; VII - Tecnologia e Produção; VIII - Trabalho:

As ações da extensão também estão agrupadas em linhas de Extensão, 53 no total, classificadas de acordo com o Plano Nacional de Extensão, sendo que para cada linha é apresentada uma descrição que auxilia nas ações a serem executadas (FORPROEX, 2001/2002).

Quanto a caracterização das ações/atividades da extensão elas são classificadas em Programa, Projeto, Curso, Evento e Prestação de Serviço, de acordo com as definições do FORPROEX (2001/2002).

No que diz respeito a proposição de ações de Extensão envolvendo a UFFS elas podem ser elaboradas a partir de:

I - Proposição Interna: proposição institucional da Universidade; proposta de docentes, acadêmicos e técnicos da UFFS - sendo que a coordenação do projeto deverá estar a cargo ou responsabilidade de um professor\docente - e que preferencialmente, estejam mencionadas\previstas nos PPP dos cursos de graduação.

II - Proposição Externa: proposta de ação de uma entidade não-governamental; demanda concreta da comunidade ou de representantes da comunidade; demanda de órgãos governamentais para contribuir com o desenvolvimento das políticas públicas.

As proposições das ações de extensão devem seguir as seguintes modalidades:

I - Comunitária: envolve a relação entre a Universidade e a Comunidade definida no Plano Nacional de Extensão Universitária, visando a transformação social, por meio do diálogo e da troca de saberes entre a Universidade e os demais setores da sociedade.

II - Formação Acadêmica Permanente: possibilita a construção do conhecimento e a geração de produtos acadêmicos, através da execução de ações voltadas para a comunidade universitária – docentes, técnico-administrativos e acadêmicos – por meio do oferecimento de cursos, oficinas e palestras, tendo em vista o seu aprimoramento acadêmico e profissional.

A execução das atividades de extensão são orientadas pelo Regulamento da Extensão e acompanhadas pelo Comitê Assessor de Extensão e Cultura e pela Câmara de Extensão e Cultura.

Os programas e projetos de extensão da UFFS são desenvolvidos a partir de aprovação em editais internos e externos, projetos de demanda espontânea e por meio de convênios e contratos. Para viabilizar os princípios e os objetivos da extensão, foi criado o **Programa de Iniciação em atividades de extensão da UFFS (PIBEX)** que é uma modalidade vinculada ao Programa de Bolsas de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) e tem como principais objetivos: I) Estimular a constituição de Programas e Projetos de Extensão na UFFS; II) Estimular a prática da extensão como uma das atividades estruturantes do fazer universitário; III) Fomentar a socialização, a sistematização e a produção do conhecimento por meio das experiências de extensão; IV) Possibilitar o aprimoramento do ensino-aprendizagem através do envolvimento de estudantes e professores em ações de extensão. Discute-se ainda a criação do Programa de apoio aos Programas de Extensão e dos Núcleos Temáticos de Extensão e Pesquisa.

2.6 Políticas de pesquisa

A criação da UFFS se deu em um momento histórico em que as contradições do modelo de desenvolvimento econômico do país criaram condições para que os movimentos sociais incluíssem o desenvolvimento social como uma estratégia prioritária das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação. A evolução dessas políticas pode ser percebida nos temas e discussões das Conferências de Ciência e Tecnologia realizadas neste milênio.

Em 2001, a 2ª Conferência de Ciência e Tecnologia, ao fazer um balanço do desempenho na área na década de 1990, alertou para o pequeno impacto, em termos de desenvolvimento

econômico e social, do grande avanço científico e tecnológico do país registrado no período. Com base nesses resultados, foram elaboradas políticas e diretrizes orientadas para o incentivo à colaboração entre os setores público e privado, em um esforço para consolidar um sistema de Ciência e Tecnologia que apoiasse o desenvolvimento de inovações tecnológicas, visando melhorar a competitividade do setor produtivo em termos internacionais.

A 3ª Conferência, realizada em 2005, incluiu a Inovação em seu próprio título: 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Procurou analisar as políticas já implantadas, seus objetivos e consequências. Nesta Conferência, foram introduzidas algumas questões e conceitos importantes, como desenvolvimento sustentável e inclusão social. A ampla participação de diversos setores propiciou o debate em torno da distribuição das riquezas e dos benefícios proporcionados pelos avanços científicos e tecnológicos, problematizando o próprio conceito de desenvolvimento. A partir de um amplo diagnóstico da situação nacional, foram apontadas as quatro prioridades estratégicas, contempladas posteriormente no Plano Nacional de Ciência e Tecnologia (2007-2010) ¹⁰ : 1) Expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia; 2) Promoção da expansão tecnológica nas empresas; 3) Pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas; 4) Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento social.

No último ano de execução do plano nacional, a IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em todas as regiões do país no primeiro semestre de 2010, mostrou que o 4º eixo prioritário, ou seja, a Capacitação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento social teve poucos avanços e requer esforços de toda a sociedade para que sejam atingidos os resultados desejados: superação das desigualdades e da exclusão social ¹¹ . Com base nessa avaliação, a 4ª Conferência propôs como objetivo estratégico para o País um desenvolvimento científico e tecnológico inovador, calcado em uma política de redução de desigualdades regionais e sociais, de exploração sustentável das riquezas do território nacional e de fortalecimento da indústria, agregando valor à produção e à exportação através da inovação e reforçando o protagonismo internacional em ciência e tecnologia ¹² .

10

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plano de ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento nacional - Investir e inovar para crescer.** Brasília: MCT, 2010.

11

Os documentos das conferências estão disponíveis em:

http://www.cgee.org.br/cncti4/index.php?option=com_docman&Itemid=78

12

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável – Brasília: MCT/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

Esse objetivo reafirma as prioridades estratégicas que já tinham sido definidas na terceira conferência e reitera a preocupação em “construir um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que respeite a natureza e os seres humanos. Um modelo que necessariamente deverá se apoiar na ciência, na tecnologia e na educação de qualidade para todos os brasileiros”¹³. Essa preocupação foi traduzida no relatório final da Conferência, que passou a incluir em seu título a expressão “para o Desenvolvimento Sustentável”. Temos, portanto, uma evolução na orientação das políticas de Ciência e Tecnologia que se expressa na sucessiva inclusão das expressões “Inovação” (3ª Conferência) e “para o Desenvolvimento Social” (4ª conferência), nos próprios títulos das Conferências.

Para atingir o objetivo proposto, a 4ª Conferência definiu uma agenda de longo prazo que prevê, além do estabelecimento de metas para a consolidação e otimização do próprio Sistema de Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a adoção de medidas que garantam o desenvolvimento científico e tecnológico voltado para o uso sustentável dos biomas nacionais; a redução das desigualdades regionais, tanto no que se refere à exclusão social como à realização de atividades científicas e tecnológicas; e a melhoria na qualidade da educação, com a preocupação de qualificar profissionais de nível médio e superior e aumentar o número de pesquisadores nas empresas, nas universidades e nos institutos de pesquisa.

Desta forma, sendo resultado de uma ampla mobilização e participação nacional, as orientações para as políticas de pesquisa, tecnologia e inovação, convergem em larga medida com os princípios da UFFS, o que não é surpreendente, na medida em que ela própria resultou de um longo processo de lutas da sociedade regional e dos movimentos sociais. Nesse sentido, a história, a missão e os princípios da UFFS colocam às atividades de Pesquisa alguns desafios que devem estar presentes na elaboração das políticas institucionais. Esses desafios se apresentam para as diferentes áreas do conhecimento como problemas a serem enfrentados e, portanto, a serem traduzidos em questões de pesquisa sintonizadas com os interesses e necessidades da região e do país.

Por isso, logo em seu primeiro ano, a UFFS procurou definir diretrizes para a Pesquisa que lhe permitissem equacionar a necessidade de investimentos na produção de conhecimentos científicos e inovações tecnológicas de que o país carece, e a democratização do acesso aos mesmos para as populações tradicionalmente excluídas. Para isso, realizou a I COEPE, na qual a comunidade acadêmica e representantes de várias instituições e movimentos sociais reafirmaram a

13

DAVIDOVICH, Luís. Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. – Brasília: MCT/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. (Epígrafe)

missão da UFFS de “contribuir para que a construção do conhecimento científico e a inovação tecnológica façam parte de um projeto de desenvolvimento que priorize a formação humana, a inclusão social e a preservação das riquezas naturais, combatendo as desigualdades regionais e garantindo o acesso à formação superior na própria região”.

Assim, a COEPE assumiu as posições que fundamentaram a própria construção da UFFS, defendendo que o desenvolvimento social requer a participação cultural e política e exige que o controle e a tomada de decisões sobre os rumos da sociedade seja garantido às populações historicamente excluídas de quaisquer instâncias de poder. Com isso, a COEPE desafiou as áreas acadêmicas da UFFS a assumirem a responsabilidade de contribuir para que estas populações se apropriem do conhecimento necessário para controlar os sistemas básicos que garantem o funcionamento do país e conquistem a liberdade e o poder de preservar sua cultura e identidade. Em outras palavras, a UFFS deve contribuir para que as populações, sobretudo as da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, sejam protagonistas do processo de desenvolvimento econômico, promovendo a geração e distribuição de riquezas para seu próprio benefício, superando o modelo tradicional que visa à mera qualificação de uns poucos para um mercado formal de trabalho que não dá conta de absorver a maioria dessas populações.

Nesse contexto, a UFFS é instada a organizar as atividades de Pesquisa de forma a dialogar com a sociedade, reafirmando seu compromisso com a construção de uma instituição pública, popular e de qualidade e desempenhando seu papel de *locus* de problematização da realidade social. Assim, a Pesquisa se compromete a observar, na definição das suas finalidades, no uso das metodologias, na divulgação dos resultados e na utilização das verbas públicas, os princípios da ética científica e os princípios éticos e epistemológicos que orientam as atividades-fim da UFFS, conforme decisão da I COEPE.

Para garantir o cumprimento desse princípios, as atividades de pesquisa devem obedecer às normas e diretrizes constantes do Regulamento da Pesquisa e serão reguladas e acompanhadas pelas seguintes instâncias: Comitê Assessor de Pesquisa (CAP); Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP); Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA); Comissão Interna de Biossegurança (CIBio).

Os princípios éticos e epistemológicos citados acima, orientaram a formulação dos dois objetivos gerais da Pesquisa na UFFS :

- I.Promover o avanço do conhecimento, da tecnologia e da inovação, nas diferentes áreas de conhecimento, visando ao desenvolvimento social, cultural e econômico de forma sustentável e solidária.
- II.Contribuir com a qualificação permanente de todas as atividades-fim da UFFS e aprofundar a integração entre elas.

Parte-se da definição de pesquisa como uma atividade coletiva de produção de conhecimento, que se efetiva por meio de um conjunto de ações organizadas sistematicamente para responder a um ou mais problemas. Nessa atividade, o conhecimento produzido deve ser convertido em objeto de discussão e de avaliação da comunidade científica. A dinamicidade das atividades de pesquisa exige um esforço permanente de formação de novos pesquisadores o qual pressupõe uma forte integração entre a Pesquisa e o Ensino, tanto da Graduação como da Pós-Graduação. Além disso, o cumprimento dos objetivos gerais da pesquisa pressupõe também uma forte integração com a extensão.

Assim, as atividades de pesquisa na UFFS se desenvolvem em torno de eixos estratégicos, cada um com seus objetivos específicos, que orientam a criação de Programas e a definição das iniciativas e das ações prioritárias que os constituem. Estas serão estimuladas e/ou fomentadas e regulamentadas por meio de editais específicos de cada Programa. No momento, estão organizados dois eixos: 1) Criação e manutenção de condições estruturais, materiais e humanas para a qualificação da produção científica e tecnológica na UFFS e 2) Iniciação Científica e Tecnológica.

O Eixo 1 está focado uma das prioridades da UFFS, que é o incentivo ao trabalho cooperativo dos pesquisadores, tanto no que se refere à pesquisa básica como à pesquisa aplicada, o qual se viabiliza no apoio à produção dos grupos de pesquisa. Assim, o Eixo 1 tem os seguintes objetivos específicos:

- Fortalecer a pesquisa enquanto atividade coletiva e interdisciplinar, promovendo a interlocução, o debate e a cooperação dos pesquisadores dos diferentes *campi e com outras* instituições;
- Criar espaços plurais, propiciando o diálogo e o debate entre diferentes posições teóricas, olhares e perspectivas;
- Delinear campos de problematização que permitam a investigação sob a perspectiva resultante da interlocução de diferentes áreas do conhecimento, buscando formular novas questões e construir propostas inovadoras;
- Assegurar a divulgação dos conhecimentos produzidos e a inserção da UFFS na comunidade científica;
- Potencializar a formação de pesquisadores por meio de parcerias, intercâmbios e acordos de cooperação com outras instituições de ensino e de pesquisa, nacionais e estrangeiras.

Para viabilizar esses objetivos, este eixo inclui dois Programas. O **Programa de Apoio aos Grupos de Pesquisa** articula as iniciativas relacionadas ao fortalecimento da produção científica e tecnológica, por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa que envolvem o trabalho

coletivo e a colaboração entre pesquisadores, organizados em grupos e/ou núcleos de pesquisa, de acordo com as normas e diretrizes constantes do Regulamento da Pesquisa. O **Programa de Apoio à Formação de Pesquisadores** articula as iniciativas de formação de pesquisadores, tanto as que são desenvolvidas na universidade como as que envolvem parcerias, intercâmbios e acordos de cooperação com outras instituições de ensino e de pesquisa. As iniciativas que compõem este Programa são desenvolvidas em conjunto com a Pós-Graduação.

O Eixo 2 volta-se para outra das prioridades da UFFS, que é o envolvimento de estudantes nos projetos e demais atividades de pesquisa e inovação, com os seguintes objetivos:

- Estimular pesquisadores produtivos a engajar estudantes de graduação no processo de investigação científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, no âmbito das linhas e dos grupos de pesquisa institucionalizados;
- Iniciar os estudantes na prática da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação, enquanto instrumento de produção do conhecimento e de formação intelectual e para a cidadania, promovendo o desenvolvimento do pensamento investigativo, crítico e inovador;
- Possibilitar aos estudantes a aprendizagem de métodos e de técnicas de pesquisa, bem como de atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e aos processos de inovação.
- Contribuir para a formação de recursos humanos para que participem de forma criativa e empreendedora na sua comunidade e se dediquem ao fortalecimento da capacidade inovadora em diferentes arranjos produtivos;
- Possibilitar aos estudantes a prática da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Contribuir para a criação de ambiência de pesquisa e inovação na UFFS.

Esses objetivos se viabilizam por meio do **Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica**, que articula as iniciativas que envolvem os estudantes de graduação em atividades de pesquisa científica, tais como: concessão de bolsas de iniciação científica e de iniciação tecnológica; auxílio à participação dos estudantes vinculados a projetos de pesquisa em eventos acadêmicos e científicos qualificados; incentivo à formação de comunidades e grupos de discussão sobre ciência e tecnologia; incentivo à mobilidade acadêmica dos estudantes; realização anual de seminários de iniciação científica e de mostras de desenvolvimento tecnológico e processos de Inovação, oportunizando a apresentação de trabalhos dos estudantes bolsistas de todos os *campi*.

No momento, está sendo iniciada a discussão visando a criação de um novo eixo, com foco no desenvolvimento tecnológico e na inovação. Os programas que comporão esse eixo exigirão o

aprofundamento da integração da pesquisa com a extensão.

2.7 Organização didático-pedagógica dos cursos de Graduação

A organização didático-pedagógica objetiva contribuir com o ensino nas seguintes dimensões: nos trabalhos técnico-pedagógicos; na organização curricular dos cursos; na articulação entre a formação teórica e prática do docente; na promoção do ensino de qualidade que viabilize a formação integral do educando como cidadão consciente, atuante e criativo e como profissional responsável e competente para desempenhar de forma plena seu papel social, político e econômico na sociedade.

As linhas gerais da organização didático-pedagógica da UFFS apresentam-se na I COEPE, realizada com a comunidade acadêmica e externa nos cinco *campi* da instituição ao longo do ano de 2010. Este documento referencia princípios de um trabalho didático-pedagógico voltado para a democratização do ensino e a produção de conhecimento, pressupondo a articulação com objetivos coesos e coerentes, que tenham como base processos de democratização do país.

A definição de diretrizes organizacionais da Graduação, em articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação, das Licenciaturas e dos Cursos objetiva assegurar que o ensino da Graduação se estruture de forma a viabilizar a realização de seus objetivos. São três as diretrizes gerais da Graduação da UFFS, articuladas entre si, a saber: (1) a democratização do acesso e da permanência, com qualidade; (2) a flexibilização curricular; (3) a construção coletiva e democrática dos Projetos Pedagógicos dos cursos.

(1) a democratização do acesso e da permanência, com qualidade

A política de ingresso nos cursos de graduação da UFFS traduz seu compromisso com a democratização da Educação, nomeadamente do ensino superior.

Desde sua criação até 2012, o processo seletivo para ingresso na UFFS era composto pela nota do Enem, acrescentado o fator escola pública, o qual consiste na bonificação na nota do candidato, conforme o tempo de estudos em escola pública no ensino médio, sendo a bonificação correspondente a 10% (dez por cento) por ano do ensino médio cursado em escola pública, tendo como limite a bonificação de 30% (trinta por cento) para os candidatos que houverem cursado 03(três) anos ou mais do ensino médio em escola pública.

A utilização da nota do ENEM, como fase única do processo seletivo, somado a aplicação

do fator escola pública proporcionou à instituição, via processos seletivos realizados, o ingresso de 94,83% (noventa e quatro vírgula oitenta e três por cento) de acadêmicos oriundos de escola pública (que cursaram todo o ensino médio em escola pública), contribuindo, dessa forma, com a inclusão social e o desenvolvimento econômico, social e cultural da região de abrangência da instituição.

A partir do Processo Seletivo para ingresso em 2013 a UFFS adotou uma nova política de ingresso, a qual é apresentada a seguir.

Política de ingresso na graduação: o modelo de acesso da UFFS

A UFFS, em obediência ao marco legal do Estado Brasileiro (especialmente a Lei nº 12.711/2012, o Decreto nº 7.824/2012 e a Portaria Normativa MEC nº 18/2012) e a seus princípios institucionais, formulou o modelo de ingresso explicitado a seguir, o qual será implantado integralmente em 2013, contemplando todos os cursos de graduação, em todos os turnos de oferta.

Da distribuição percentual das vagas

A legislação exige a reserva de, no mínimo, 50% das vagas nos cursos de graduação para candidatos oriundos do ensino médio público, permitindo às instituições o estabelecimento da porcentagem a ser praticada. A UFFS, com base no Censo Escolar (Inep/MEC/2011), observou a distribuição das matrículas no ensino médio, por categoria administrativa, e obteve os seguintes percentuais para os estados de sua abrangência (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul):

Estado	Escola pública	Escola privada
Paraná	87%	13%
Santa Catarina	86%	14%
Rio Grande do Sul	89%	11%

A distribuição das matrículas no ensino médio, por categoria administrativa, é a referência geral para o modelo do processo seletivo da UFFS. A Lei, entretanto, não contempla o aluno que cursou parcialmente o ensino médio em escola pública ou frequentou instituições privadas porém mantidas, em parte, por recursos públicos.

Os processos seletivos anteriores da UFFS demonstraram que há um percentual de candidatos próximo a 5% que está nessa condição e cujo perfil não lhe dá chances reais de participar, com sucesso, da ampla concorrência. Por isso, no âmbito de sua autonomia, a UFFS reserva 5% de suas vagas para alunos que cursaram pelo menos um ano do ensino médio, com aprovação, em escola pública ou que frequentaram escolas privadas cujo orçamento institucional seja, no mínimo, 50%

composto por recursos públicos.

O segmento de 5% das vagas reservado para os alunos que cursaram parcialmente o ensino médio público está inserido, proporcionalmente, entre o segmento do integralmente público e o da ampla concorrência, isto é, são deduzidos 4 (quatro) pontos percentuais do quantitativo referente à escola pública em cada unidade da Federação e 1 (um) ponto percentual do quantitativo correspondente à ampla concorrência. Gráficamente, fica o conjunto assim configurado:

Estado	Integralmente escola pública	Parcialmente escola pública	Ampla concorrência
Paraná	83%	5%	12%
Santa Catarina	82%	5%	13%
Rio Grande do Sul	85%	5%	10%

A legislação estabelece que, das vagas destinadas a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública, a metade seja destinada a alunos oriundos de famílias com renda bruta *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio. A representação gráfica dessa repartição é como segue:

Estado	Integralmente escola pública		Parcialmente escola pública	Ampla concorrência
Paraná	83%		5%	12%
	Renda até 1,5 salário mínimo 50%	Renda superior a 1,5 salário mínimo 50%		
Santa Catarina	82%		5%	13%
	Renda até 1,5 salário mínimo 50%	Renda superior a 1,5 salário mínimo 50%		
Rio Grande do Sul	85%		5%	10%
	Renda até 1,5 salário mínimo 50%	Renda superior a 1,5 salário mínimo 50%		

A reserva de vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas deve ser realizada, conforme legislação, levando em conta o percentual identificado pelo IBGE (censo mais recente) para cada estado da Federação. De acordo com o Censo de 2010, os percentuais, arredondados para cima, nos estados de abrangência da UFFS são os seguintes: Paraná, 29%; Santa Catarina, 16%; e Rio Grande do Sul, 17%. Essa reserva é para candidatos que cursaram integralmente a escola pública e será inserida, nessa porcentagem, em cada um dos seguintes segmentos:

- Renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio;
- Renda familiar bruta *per capita* superior a um salário mínimo e meio, conforme gráfico a

seguir:

Estado	Integralmente escola pública				Parcialmente escola pública	Ampla concorrência
Paraná	83%				5%	12%
	Renda até 1,5 salário mínimo		Renda superior a 1,5 salário mínimo			
	50%		50%			
	Auto declarado preto, pardo e indígena	Renda até 1,5 salário mínimo	Auto declarado preto, pardo e indígena	Renda até 1,5 salário mínimo		
	29%	71%	29%	71%		
Santa Catarina	82%				5%	13%
	Renda até 1,5 salário mínimo		Renda superior a 1,5 salário mínimo			
	50%		50%			
	Auto declarado preto, pardo e indígena	Renda até 1,5 salário mínimo	Auto declarado preto, pardo e indígena	Renda até 1,5 salário mínimo		
	16%	84%	16%	84%		
Rio Grande do Sul	85%				5%	10%
	Renda até 1,5 salário mínimo		Renda superior a 1,5 salário mínimo			
	50%		50%			
	Auto declarado preto, pardo e indígena	Renda até 1,5 salário mínimo	Auto declarado preto, pardo e indígena	Renda até 1,5 salário mínimo		
	17%	83%	17%	83%		

Das vagas suplementares

A UFFS entende que a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas poderá sofrer distorções no formato dado pela legislação, ou seja, compondo um segmento único somando os índices de pretos, pardos e indígenas de cada unidade da Federação. As condições socioeconômicas, culturais e escolares desses três segmentos nem sempre se aproxima, sendo possível que o estrato dos pardos monopolize as vagas ofertadas.

Se isso acontecer, o modelo da UFFS apresentará um dispositivo de correção, criando uma vaga suplementar para estrato autodeclarado indígena e uma vaga suplementar para o autodeclarado preto. Para que esse mecanismo seja acionado, é necessário que, entre os inscritos e classificados de

determinado curso, haja pretos e/ou indígenas e nenhum deles tenha sido selecionado para a matrícula. Esse dispositivo só entrará em funcionamento por ocasião do fechamento da última chamada para matrícula.

Com isso, A UFFS garante a presença em seus cursos de graduação dos segmentos sociais de acordo com a trajetória escolar, as condições econômicas das famílias e o perfil étnico da população.

Dos grupos de vagas

Cada candidato aos cursos da UFFS optará por um dos seguintes grupos de vagas ofertadas:

Grupo I: vagas reservadas a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública(*), que tenham renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* e que o autodeclarem pretos, pardos ou indígenas;

Grupo II: vagas destinadas a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública (*), que tenham renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*;

Grupo III: vagas reservadas a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública (*), que tenham renda familiar bruta superior a um salário mínimo e meio *per capita*, que tenham renda familiar bruta superior a um salário mínimo e meio *per capita* e que se autodeclarem pretos, pardos ou indígenas;

Grupo IV: vagas destinadas a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública (*), que tenham renda familiar bruta superior a um salário mínimo e meio *per capita*;

Grupo V: vagas reservadas a candidatos que tenham cursado parcialmente o ensino médio em escola pública (pelo menos um ano com aprovação) ou em instituições de direito privado sem fins lucrativos cujo orçamento seja proveniente do poder público em, pelo menos, 50%;

Grupo VI: vagas de ampla concorrência, destinadas a todos os candidatos, independentemente da procedência escolar, renda familiar e etnia.

(*) Inclui também egressos do EJA, candidatos certificados pelo ENEM e Encceja ou outras formas de certificação pelos sistemas estaduais, conforme Art. 4º do Dec. nº 7.824/2012.

Do sistema de seleção

Em cada chamada, serão primeiramente preenchidas as vagas destinadas à ampla concorrência (grupo VI), segundo ordem decrescente geral de classificação, independentemente do grupo

selecionado pelo candidato por ocasião da inscrição.

O preenchimento das vagas reservadas por Lei dar-se-á na seguinte ordem: Grupo I, Grupo II, Grupo III e Grupo IV. Conforme ação afirmativa da UFFS, na sequência serão ocupadas as vagas reservadas ao Grupo V. Os inscritos em cada um desses grupos concorrerão entre si e ocuparão apenas as vagas reservadas ao respectivo grupo.

A possibilidade de inscritos em um determinado grupo ocuparem vagas destinadas a outro está condicionada à existência de vagas remanescentes, que serão preenchidas na seguinte sistemática:

- Vagas remanescentes do grupo I serão preenchidas por candidatos inscritos nos grupos II, III e IV, nessa ordem;
- Vagas remanescentes do grupo II: serão preenchidas por candidatos inscritos nos grupos I, III e IV, nessa ordem;
- Vagas remanescentes do grupo III: serão preenchidas por candidatos inscritos nos grupos IV, I e II, nessa ordem;
- Vagas remanescentes do grupo IV: serão preenchidas por candidatos inscritos nos grupos III, I e II, nessa ordem.

As vagas remanescentes do grupo V serão preenchidas pela ordem decrescente geral de classificação.

Do ENEM

O candidato ao ingresso na UFFS será avaliado, unicamente, de acordo com seu desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em cada processo seletivo serão aceitas as notas obtidas nas duas provas do ENEM mais recentes. Caso o candidato tenha participado das últimas edições do exame, deverá indicar, na inscrição, com qual delas deseja participar do processo seletivo da UFFS.

(2) a flexibilização curricular

Os currículos do curso de graduação constituem-se de um corpo de conhecimentos organizado em três eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento. Entende-se por Domínio Comum o conjunto de componentes curriculares comuns a todos os cursos de graduação da UFFS, organizado em dois eixos de formação: 1) Contextualização Acadêmica, com o objetivo de desenvolver habilidade/competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e

no contexto social e profissional; 2) Formação Crítico Social, cujo objetivo é desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito aos valores sociais, às relações de poder, à responsabilidade sócio-ambiental e à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos.

Entende-se por Domínio Conexo o conjunto de componentes curriculares que se situam em espaço de interface interdisciplinar entre áreas do conhecimento e/ou conjunto de cursos de graduação da UFFS.

Entende-se por Domínio Específico o conjunto de componentes curriculares identificadas como próprias de um determinado curso e fortemente voltadas à sua dimensão profissionalizante.

Os estudantes da UFFS têm, em seus cursos, possibilidades de integralização curricular diferenciadas, sendo a eles permitido cursar componentes curriculares optativos ao longo do curso.

A política do ensino de graduação da UFFS estuda e propõem atividades complementares, como forma de promover a flexibilidade curricular, representadas por seminários de atualização, colóquios de discussões, projetos de extensão, programas de iniciação científica, semanas acadêmicas, monitoria de ensino, participação em atividades do grupo Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), além de congressos e outros eventos que assegurem a interdisciplinaridade e a articulação do mundo acadêmico com o mundo do trabalho.

As atividades práticas e de estágio estão previstas ao longo dos cursos de graduação da instituição e vão se efetivando de diferentes maneiras, segundo as normas específicas de cada curso. Os estudantes poderão vivenciar atividades práticas na medida em que cumprem as horas de Atividades Curriculares Complementares (ACCs), participação em eventos científicos, viagens de estudo, congressos, simpósios, grupos de estudo, minicursos, disciplinas isoladas, dentre outras situações.

O estágio, de acordo com normativa construída coletivamente na instituição, é concebido como um tempo-espço de formação teórica-prática orientada e supervisionada que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa e de redimensionamento dos projetos de formação.

(3) a construção coletiva e democrática dos Projetos Pedagógicos dos cursos.

Especificamente tratando do ensino de graduação e sua organização didático-pedagógica,

pressupõe-se um trabalho de construção coletiva desde a concepção até a efetivação de cada PPC, bem como o esforço para que haja uma relação orgânica entre ensino, pesquisa e extensão. A construção de cada PPC esteve atrelada a espaços de debate e reflexões sobre o papel dos cursos na região em que estão inseridos. Logo, estes assumem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento regional e passam a ter, em seu fazer pedagógico, o compromisso de formar egressos para a autonomia do agir e do pensar, mediados pelos conhecimentos técnicos e científicos e orientados pelo compromisso social.

O curto prazo entre a chegada dos primeiros servidores, técnico-administrativos e docentes e o início das aulas, no ano de 2010, implicou na construção de PPC's que, na época, foram resultado de processos de discussão que não contavam com profissionais de todas as áreas de abrangência dos cursos. Por isso, e à medida que novos servidores, especialmente docentes, foram chegando na instituição, amplos e comprometidos movimentos de rediscussão e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos foram realizados, especialmente ao longo do ano de 2012

Desse modo, a organização didático-pedagógica do ensino de graduação da UFFS, em seus princípios político-pedagógico, fundamenta-se em práticas que se estabelecem com o diálogo entre servidores técnico-administrativos, docentes, estudantes e comunidade, vinculado a uma visão histórica, científica, ética e política integrada, materializada no âmbito do projeto institucional.

2.8 Políticas de gestão

A competência institucional da UFFS corresponde às principais responsabilidades ou atribuições a serem executadas para atender às demandas dos seus beneficiários diretos e indiretos. Essas estão contempladas pela Lei de Criação da instituição e ainda pelo seu Estatuto.

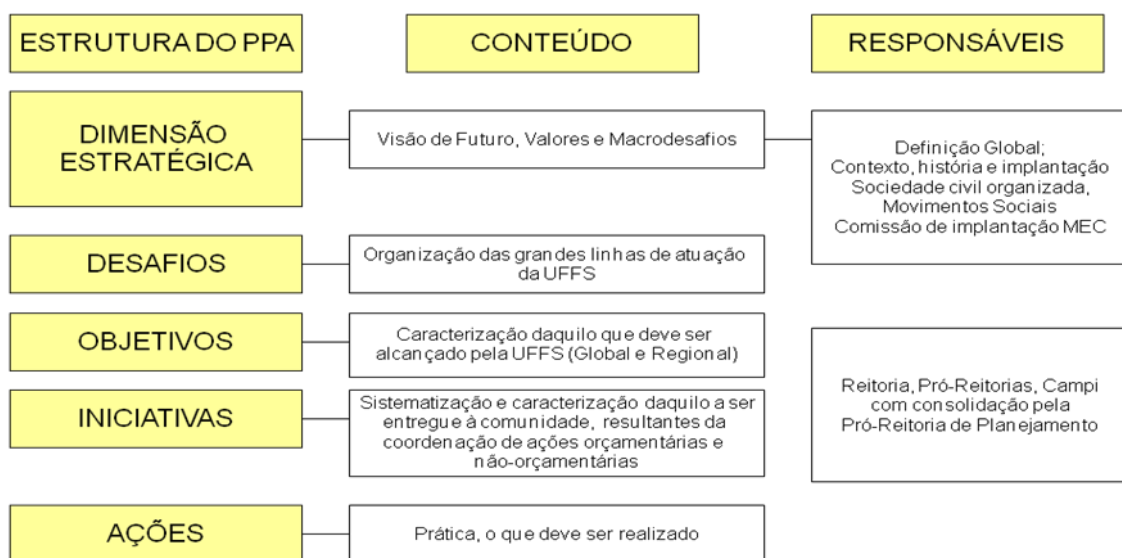
As principais responsabilidades da UFFS aparecem, em essência, no âmbito de suas atividades fins, a saber, **o ensino**, cujo foco é a formação de excelência acadêmica e profissional, inicial e continuada, nos diferentes campos do saber, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, **a pesquisa** e atividades criadoras em todos os campos do saber, de modo especial em temas ligados à problemática científico-tecnológica, social, econômica, ética, estética, cultural e ambiental, empreendendo ações que busquem alternativas e soluções e **a extensão** universitária, visando ao aperfeiçoamento da organização social e o desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência, da tecnologia, da economia e da política.

Para gerenciamento e atendimento dessas grandes responsabilidades, estas são traduzidas em linhas de atuação que, nas políticas de gestão e planejamento da UFFS, sintetizam-se nos

Desafios apresentados no Plano Plurianual (PPA) da instituição. Os desafios representam as ações para concretização das políticas públicas elaboradas em âmbito ministerial, cabendo à UFFS, em período de implantação, o trabalho em termos de gerenciamento e execução.

O PPA da UFFS é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma unificada, as diretrizes, objetivos e metas da: Administração Pública Federal; do PNE 2011-2020; I COEPE. Os desdobramentos do PPA apresentam a estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais (Desafios da UFFS), pactuadas com a comunidade universitária e equipe diretiva da UFFS, para viabilizar a missão e o conceito de universidade proposto para esta instituição (pública, gratuita e de qualidade), além de ser um elemento fortalecedor do desenvolvimento regional da fronteira sul. Além disso, o referido plano organiza as ações institucionais na busca de um melhor desempenho da administração da instituição no alcance dos objetivos e metas. O PPA 2012–2015 da UFFS está estruturado conforme figura 3, a seguir.

Figura 3 - Estrutura do Plano Plurianual da UFFS 2012-2015



Sendo que:

✓ **Dimensão Estratégica:** é a orientação estratégica que tem como base os macro desafios e a visão de longo prazo do Governo Federal, através do PPA 2012-2015 do Governo; metas e prioridades do MEC definidas no PNE e as diretrizes, objetivos e ações definidas pela comunidade universitária e pela sociedade da fronteira sul na I COEPE.

✓ **Desafios:** representam a Dimensão Estratégica do plano. Fazem a ligação com Orçamento do Governo Federal, organizam as grandes linhas de atuação da UFFS e sintetizam as responsabilidades institucionais.

✓ **Objetivos:** materialização dos Desafios. Expressam o que deve ser alcançado e as situações a serem alteradas. Contemplam metas e prioridades do MEC definidas no PNE e

as diretrizes, objetivos e ações definidas pela comunidade universitária e pela sociedade da fronteira sul na I COEPE.

✓ **Iniciativas:** definem os caminhos exequíveis para o alcance dos Objetivos e das transformações definidas na Dimensão Estratégica. A Iniciativa declara as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de Ações orçamentárias e não orçamentárias.

✓ **Ações:** é a prática, aquilo que de fato será desenvolvido ao longo de um ano. Relaciona-se com o desempenho das atividades institucionais no nível da eficiência. Busca-se com as Ações a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.

A gestão do Plano Plurianual - PPA consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução de Objetivos, Iniciativas, Ações e Metas da Universidade declarados no plano, assegurando o desenvolvimento institucional e o acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas de educação superior.

A gestão do PPA busca o aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do Planejamento Institucional da UFFS e da gestão administrativa e pedagógica, observando os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade

A Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN mantém sistema de informações sobre a implementação e o acompanhamento do PPA para apoio à gestão, que são atualizadas permanentemente, além de disponibilizá-las de forma estruturada e organizada no sítio da UFFS. O monitoramento do PPA é atividade estruturada a partir da implementação de cada Desafio Temático, e orientada para o alcance das metas da UFFS. A avaliação consiste na análise dos Desafios Temáticos com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação. A PROPLAN promove a adoção de mecanismos de estímulo à cooperação entre setores e *campi* da UFFS com vistas à produção, ao intercâmbio e à disseminação de informações para subsidiar a gestão do Plano Plurianual.

A administração central da UFFS promove a participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e avaliação do Planejamento Institucional, através das audiências públicas do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS e nas Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão, envolvendo a participação de todos os segmentos da Comunidade Universitária.

Objetivos e Metas

No âmbito da gestão, os objetivos e as metas da UFFS, durante a vigência do PDI, estão organizados a partir das principais linhas de atuação da universidade desde a sua Lei de Criação. Como descrevem, abaixo os quadros 1 (Objetivos da UFFS) e 2 (Metas da UFFS), tais linhas representam a dimensão estratégica da UFFS, sintetizando as suas responsabilidades institucionais e fazendo ligação com o Orçamento do Governo Federal. Deste modo, as grandes linhas de atuação da universidade compreendem: (i) a manutenção e o funcionamento da UFFS, (ii) a implantação de sua estrutura física, (iii) a assistência ao estudante do ensino superior, (iv) o fomento às ações de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, (v) os auxílios e assistências aos serviços, (vi) a capacitação de servidores e (vii) a capacitação de professores, gestores e profissionais da educação básica.

Quadro 1 - Objetivos da UFFS

DESAFIOS	OBJETIVOS
<p>1 - Funcionamento da Universidade Federal da Fronteira Sul Descrição: Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFFS, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observando os limites da legislação vigente, aquisição de material bibliográfico e promover subsídios para estudos, análise, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como as demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.</p>	<p>Desenvolver ações para assegurar a manutenção, adequação física e funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação da UFFS a fim de formar profissionais de alta qualificação técnica com compromisso social para atuar nos diferentes setores da sociedade, contribuindo para o processo de desenvolvimento regional e nacional do país.</p> <p>Manter, atualizar e ampliar o acervo bibliográfico destinado à Instituição, contribuindo para os estudos, pesquisas e publicações científicas. Consolidar os cursos de graduação (reconhecimento dos cursos, acrescentar as palavras início da discussão da política de graduação).</p> <p>Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior.</p>
<p>2 - Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul Descrição: Garantia da implantação física da UFFS, propiciando a construção da infraestrutura e das edificações, projetos de arquitetura e engenharia, licitações para contratações de obras, compras de equipamentos e mobiliários, bem como para o desenvolvimento das demais ações pertinentes e necessárias à efetiva implantação da universidade.</p>	<p>Implantar a estrutura física da UFFS consolidando as instalações para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas da instituição.</p>

	<p>Implantar serviços de infraestrutura de Tecnologia da Informação necessária para o funcionamento das atividades meio e fim da UFFS (comunicação, segurança, infraestrutura, recursos tecnológicos, armazenamento). Criação da comissão de sustentabilidade no ano de 2012, e desenvolvimento de uma metodologia de acompanhamento e avaliação de suas atividades nos anos subsequentes.</p>
<p>3 - Assistência ao Estudante do Ensino Superior Descrição: apoio a projetos educacionais que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de populações específicas, tais como, do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento ou auxílio a alimentação, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas da assistência ao estudante e que contribua para o bom desempenho do aluno no ensino superior. Concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção dos estudantes carentes, inclusive estrangeiros, matriculados em cursos de graduação da UFFS.</p>	<p>Promover a Políticas de acesso de estudantes de baixa renda na UFFS.</p> <p>Promover a permanência do estudante no ensino de graduação, evitando a evasão e a retenção na universidade.</p>
<p>4 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação Descrição: Desenvolvimento de programas e projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão universitária e de atendimentos às comunidades como: implementação de ações educativas e culturais, manutenção da infraestrutura da extensão universitária para garantir seu funcionamento, e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão; formação de grupos tutoriais, compostos por alunos dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrados ou doutorandos sob a orientação de docentes que possua título de doutor; realização de cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos; realização de projetos, eventos e demais atividades voltados à promoção e incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais, além de outras atividades necessárias ao desenvolvimento dos projetos em questão.</p>	<p>Fomentar o desenvolvimento de projetos pedagógicos de cursos de graduação, Programas de Pós-Graduação e Projetos de Extensão na UFFS, articulando-os com as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional da Educação.</p> <p>Elaborar Políticas de Graduação, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação que promovam ações educativas e culturais junto a comunidade acadêmica e a sociedade civil tendo como referência as diretrizes da Primeira Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão – COEPE. Criar um sistema unificado (através do setor de gestão da informação) de avaliação institucional para padronizar e qualificar os processos de apresentação e seleção de projetos de pesquisa e extensão. Promover o aperfeiçoamento operacional e gerencial do sistema de controle acadêmico. Elaborar a política de acompanhamento aos egressos em 2014. Institucionalizar programas de cooperação com diversos países, com ênfase para Portugal e países do Mercosul.</p>

<p>5 - Auxílios e Assistências aos Servidores Descrição: Concessão de Auxílios e benefícios como: assistência médio-hospitalar e odontológica, auxílio-transporte, assistência pré-escolar, auxílio-alimentação e exames médicos periódicos aos servidores, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. Além de Pagamento de Proventos oriundos de direito previdenciário, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.</p>	<p>Proporcionar aos servidores, seus dependentes e pensionistas, condições para a qualidade da saúde física, intelectual e profissional.</p> <p>Implantar programa de exames periódicos aos servidores.</p>
<p>6 - Capacitação de Servidores Públicos Federais da UFFS em Processo de Qualificação e Requalificação Descrição: Realização de ações diversas voltadas à formação e treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamentos de passagens e diárias, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</p>	<p>Promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas a finalidade da melhoria continuada dos processos de trabalho dos índices de satisfação pelos serviços prestados a sociedade e do crescimento profissional.</p> <p>Analisar alternativas para realização de cursos no formato MINTER e DINTER, voltados aos servidores da instituição.</p> <p>Aprovar e implantar política de afastamento para qualificação de servidores docentes e técnico-administrativos.</p>
<p>7 - Capacitação e Treinamento de Profissionais, Professores, Gestores para a Educação Básica Descrição: incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.</p>	<p>Criação de programa integrado das licenciaturas para divulgar e esclarecer aos alunos da Educação Básica sobre as possibilidades da carreira docente.</p>

Quadro 2 - Metas da UFFS

DESAFIO	METAS 2012	METAS 2013	METAS 2014	METAS 2015	METAS 2016
<p>1 - Funcionamento da UFFS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Início da instalação dos campi definitivos com a devida infraestrutura; - Padronização da estrutura organizacional da UFFS (elaboração de fluxogramas, normas internas); - Fortalecimento do espírito colaborativo dos servidores por meio de instrumentos e mecanismos que corroboram às relações interpessoais; - Aprovação da política de comunicação e informação; - Consolidação dos cursos de graduação (reconhecimento dos cursos, políticas de graduação, estrutura física, avaliação qualitativa do ensino); - Instituir mecanismos de divulgação da produção científica; - O PDTIC deverá ser avaliado no final de 2013 e elaborado nova versão para 2014-2015. - Criação da comissão de sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação da política de comunicação e informação; - Implantação das Unidades Organizacionais dos Campi definitivos; - Implementação do desenho organizacional; - Construção dos manuais de procedimentos setoriais; - Ampliação das ações no âmbito da avaliação institucional; - Otimização da gestão dos recursos orçamentários visando o provimento das atividades institucionais; - Implantação do Regimento Geral; <ul style="list-style-type: none"> - Implantação da gestão documental e arquivística nas Unidades Institucionais; - Institucionalização do uso do SGPD; - Capacitação de servidores no uso do SGPD; - Implantação do programa de eliminação de documentos impressos através do uso do programa SGPD; - Disponibilizar plataforma para o portal de periódicos eletrônicos; - Estudo de viabilidade de implantação do repositório Institucional; - Implantação de Editora e do Portal de Periódico; 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação da política de comunicação e informação; - Elaboração dos regimentos das Unidades Organizacionais; - Padronização das ações da Assessoria de Planejamento nos Campi da UFFS; - Implantação de manuais de procedimentos setoriais; - Otimização da gestão dos recursos orçamentários visando o provimento das atividades institucionais; - Avaliação da implantação da gestão documental e arquivística nas Unidades Institucionais; - Atualização da plataforma do portal de periódicos; - Implantação do repositório Institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão da política de comunicação e informação; - Publicação dos regimentos internos das Unidades Organizacionais; - Avaliação do desenho organizacional; - Consolidação da sistemática de Planejamento nos Campi da UFFS; - Avaliação dos manuais de procedimentos setoriais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação dos regimentos internos das Unidades Organizacionais; - Adequação orçamentária institucional à matriz ANDIFES;

		- Implantação da ouvidoria.		
--	--	-----------------------------	--	--

DESAFIO	METAS 2012	METAS 2013	METAS 2014	METAS 2015	METAS 2016
Desafio 2 - Implantação da UFFS	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação dos espaços provisórios para garantir as condições básicas que permitam a oferta das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão nas estruturas provisórias dos campi e reitoria da UFFS; - Concluir as obras do bloco A em todos os Campi e bloco B no campus Chapecó; - Concluir as obras dos laboratórios em todos os campi exceto o <i>campus</i> Chapecó; - Iniciar a migração das estruturas provisórias para as definitivas; - Tomar providências para a estabilidade dos sistemas de TI, agregando novas funcionalidades, como o registro de atividades docentes, até abril de 2012, e sistemas de gerenciamento de atividades do setor de obras até junho de 2012; - Garantir serviços básicos de telecomunicações (telefonia, internet e rede MPLS); - Garantir serviços básicos de energia elétrica, água, esgoto e arreamento; - Garantir a infraestrutura de TI nos blocos e laboratórios concluídos; - Início da instalação dos 	<ul style="list-style-type: none"> - Concluir as obras dos RU's de todos os <i>campi</i>; - Concluir a obra da Biblioteca e Datacenter no <i>campus</i> Chapecó; - Concluir a obra do Prédio dos professores em todos os campi; - Concluir as obras dos laboratórios do campus Chapecó; - Migrar do Datacenter provisório para o Datacenter definitivo no <i>campus</i> Chapecó; - Tomar providências para prover serviços básicos de telecomunicações (telefonia, internet e rede MPLS) em todos os <i>campi</i>; - Efetivação do processo de implantação da infraestrutura urbana (arruamento, praças, paisagismo, cercamento, reservatório de água, etc) - Iniciar a construção do bloco C em Chapecó e bloco B nos demais campi - Construção do prédio de serviços gerais em todos os campi (almoxarifado, manutenção, terceirizados); - Garantir a infraestrutura de TI nos blocos e prédios concluídos; - Instalação dos 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção da Fase I do Centro de eventos em todos os campi; - Conclusão do bloco C em Chapecó e blocos B nos demais <i>campi</i>; - Tomar providências para conexão de rede IP de pelo menos 1Gbps no campus Chapecó e 100 Mbps nos demais campi, referencialmente via RNP; - Tomar providências para a infraestrutura de TI nos blocos e prédios concluídos; - Instalação de equipamentos complementares nos laboratórios definitivos; - Complementação das áreas experimentais; - Construção da fase II do hospital veterinário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão da Fase I do Centro de eventos em todos os campi; - Construção da Moradia estudantil em todos os <i>campi</i>; - Construção da Reitoria no campus Chapecó e do Centro Administrativo em todos os campi; - Implantação de salas de telepresença em todos os campi; - Tomar providências para a infraestrutura de TI nos blocos e prédios concluídos; - Instalação de equipamentos complementares nos laboratórios definitivos; - Complementação das áreas experimentais; - Construção da fase III do hospital veterinário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção da Fase II do Centro de eventos em todos os campi; - Ampliação da estrutura predial de laboratórios; - Conclusão da Reitoria no campus Chapecó e do Centro Administrativo em todos os campi; - Conclusão da infraestrutura urbana; - Tomar providências para a infraestrutura de TI nos blocos e prédios concluídos; - Conclusão do hospital veterinário.

	<p>equipamentos nos laboratórios definitivos nos campi Realeza e Laranjeiras do Sul;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Iniciar a construção das obras dos RU's; - Licitar as obras dos prédios dos professores em todos os campi e contratar a obra no campus Erechim - Planejamento das áreas experimentais básicas; - Finalizar as obras do Ginásio de Esportes de Cerro Largo; - Elaboração do projeto do hospital veterinário; - Início da Construção da Biblioteca e Datacenter no campus Chapecó. 	<p>equipamentos básicos para garantir as aulas praticas de graduação nos laboratórios definitivos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantação das áreas experimentais básicas; - Construção da fase I do hospital veterinário; 			
--	--	--	--	--	--

DESAFIO	METAS 2012	METAS 2013	METAS 2014	METAS 2015	METAS 2016
3 – Assistência ao Estudante do Ensino Superior	<ul style="list-style-type: none"> - Integração entre a assistência estudantil e as pró-reitorias fins (extensão, pesquisa e ensino); - Construção e consolidação das políticas e ações de inclusão; - Estabelecer programas de análise e monitoramento dos fatores que contribuem para os índices de evasão e repetência e promover ações que possibilitem a reversão do quadro. 	A definir	A definir	A definir	A definir

DESAFIO	METAS 2012	METAS 2013	METAS 2014	METAS 2015	METAS 2016
4 - Fomento as Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-	- Assegurar as condições e os processos necessários para o reconhecimento dos cursos de	- Reconhecimento dos cursos de graduação da UFFS;	- Organização no processo de implantação dos cursos novos;	A definir	A definir

<p>graduação.</p>	<p>graduação da UFFS.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantação dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> nos diferentes campi da instituição; - Promover a extensão e cultura como estratégias de integração e permanência, institucionalizando a extensão e a cultura como processos formativos; - Fortalecer os grupos de pesquisa, assegurando que os mesmos funcionem como promotores e dinamizadores da pesquisa na UFFS; - Fortalecimento da integração das áreas acadêmicas, por meio das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, tendo o SEPE, como evento de referência, e a implantação da Editora, para o cumprimento para esta meta; - Reestruturação e consolidação da matriz institucional (domínio comum, conexo e específico). 	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão do processo de reestruturação dos PPCs; - Aprovação das políticas de graduação; - Fortalecimento da política de inclusão, do NAP (Núcleo de Apoio Pedagógico) e do LABSA (Laboratório Superior de Ensino e Aprendizagem); - Integralização curricular das primeiras turmas concluintes; - Implantação dos cursos de pós-graduação lato sensu e de <i>stricto sensu</i> nos campi da instituição, de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Pós-Graduação; - Consolidação dos programas de pós-graduação implantados; - Implantação da Editora UFFS; - Elaboração e implementação da Política de Periódicos Científicos e do Portal de Periódicos da UFFS; - Aprovação dos Planos de Desenvolvimento da Graduação, da Pós-Graduação, da Pesquisa e da Extensão; - Fortalecimento do CAP (Comitê Assessor de Pesquisa), CEP (Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos), CEUA (Comissão de Ética para Uso 	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento dos egressos; - Realização da II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão; - Oferta de programas de capacitação docente, modalidade DINTER; - Realização do IV SEPE. 		
--------------------------	--	---	--	--	--

		<p>de Animais) e CB (Comissão de Biossegurança);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantação da infraestrutura laboratorial para o desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa; - Cooperação com Portugal e países do Mercosul; - Inserção da UFFS nas políticas e programas de internacionalização acadêmica, de docentes e discentes; - Elaboração e a aprovação das políticas de extensão e cultura; - Fortalecimento do Comitê Assessor de Extensão e Cultura; - Realização do III SEPE. 			
--	--	--	--	--	--

DESAFIO	METAS 2012	METAS 2013	METAS 2014	METAS 2015	METAS 2016
5 – Auxílios e Assistências aos Servidores	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação dos exames periódicos aos servidores; - Buscar alternativas para aprimorar e complementar o atendimento à saúde; - Manter os servidores informados sobre a disponibilidade e alcance dos auxílios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de políticas de qualidade de vida no trabalho; - Disponibilização de mais uma opção de plano de saúde e odontológico; - Implantação dos exames periódicos aos servidores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento e avaliação de políticas de qualidade de vida no trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprimoramento de políticas de qualidade de vida no trabalho. 	A definir

DESAFIO	METAS 2012	METAS 2013	METAS 2014	METAS 2015	METAS 2016
6 - Capacitação de Servidores Públicos Federais da UFFS em processo de qualificação e	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o programa de capacitação dos técnicos, promovendo a conscientização da importância do mesmo para a atuação profissional dos 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de regulamento para saída de servidores para fins de capacitação (mestrado, doutorado e pós-doutorado); 	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento e avaliação de política de acolhimento e ambientação do servidor; - Avaliação do fluxo de 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprimoramento das políticas de acolhimento e ambientação do servidor; 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação do programa de gestão por competências.

requalificação.	<p>servidores;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer um programa de formação continuada para os docentes; - Aumentar a participação dos docentes nas atividades de formação promovidas pela UFFS. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de política de acolhimento e ambientação do servidor; - Elaboração de programa de capacitação virtual institucional; - Elaboração de programa de gestão por competências. 	<p>pedidos de qualificação externa custeados pela UFFS;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantação de programa de capacitação virtual institucional; - Mapeamento das competências de cargos e funções. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprimoramento do fluxo de pedidos de qualificação externa custeados pela UFFS; - Avaliação de programa de capacitação virtual institucional; - Análise do mapeamento das competências de cargos e funções. 	
------------------------	--	---	---	--	--

DESAFIO	METAS 2012	METAS 2013	METAS 2014	METAS 2015
<p>7 – Capacitação e Treinamento de Profissionais, professores, gestores para a educação básica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer programas e projetos institucionais de incentivo às licenciaturas; - Fortalecimento dos programas e projetos de pesquisa, ensino e extensão, articulados entre si, e entre os cursos da UFFS e as escolas da educação básica; - Promover ciclos de cursos e palestras sobre o sistema educacional brasileiro e sobre a realidade das escolas do entorno dos campi e a inserção da UFFS neste contexto. 	A definir	A definir	A definir

2.9 Responsabilidade social

O termo “responsabilidade social” tornou-se uma dimensão obrigatória expressa na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o SINAES. De acordo com o art. 3º da referida lei:

A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

(...) III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Observando a lei em seu conjunto, pode-se compreender que o termo Responsabilidade Social encontra-se atrelado à noção, conforme nos indica o art. 1º, § 1º, de eficácia institucional, efetividade acadêmica e social, especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

De maneira análoga, a Portaria nº 300/2006 do MEC contempla o tema como sinônimo de compromisso social da IES, na qualidade de portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e multicultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da Instituição de Ensino Superior (IES).

Nessa direção, a responsabilidade social da UFFS se propaga por meio de suas ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento da missão a que a instituição se propõe, qual seja: promover o desenvolvimento regional integrado (condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos na região da fronteira sul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso); assegurar o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região, a qualificação profissional e o compromisso de inclusão social; e desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador e a interação entre as cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno.

Concretamente, na área de extensão a responsabilidade social se traduz nos projetos de extensão, os quais possuem o compromisso com a transformação social, com a promoção da interação entre a Universidade e a Sociedade; com a articulação do saber acadêmico com o saber popular, instaurando um processo socializante, democratizante do conhecimento; com a

contribuição para a inclusão social; com o respeito aos direitos humanos; com o desenvolvimento regional sustentável; com uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na Universidade.

Cabe ressaltar que a responsabilidade social da UFFS está presente desde a sua concepção, expressa no seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), já mencionado anteriormente e foi ampliada e fortalecida por meio das discussões que ocorreram nos seguintes fóruns temáticos da I Conferência sobre Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE): 1)Conhecimento, cultura e formação humana; 2)História e memória regional; 3)Movimentos Sociais, emancipação e cidadania; 4)Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento regional; 5)Energias renováveis, meio ambiente e sustentabilidade; 6)Desenvolvimento regional, tecnologia e inovação; 7)Gestão das cidades, sustentabilidade e qualidade de vida; 8)Políticas e práticas de promoção da saúde coletiva; 9)Educação básica e formação de professores; 10) Juventude, cultura e trabalho e 11) Linguagem e Sociedade

Seguem as políticas adotadas pela Instituição, no que diz respeito à Responsabilidade Social, de acordo com os subtemas presentes no item III, do artigo 3. da lei n. 10.861.

1. Inclusão Social

Na área do ensino, a responsabilidade social da UFFS se expressa nas políticas de acesso e permanência dos acadêmicos na instituição, visando um processo de formação contínua.

A política de acesso da UFFS visa “atender” o candidato oriundo de escola pública, tendo em vista que, na região de abrangência da instituição (sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul), há poucas instituições de ensino superior públicas, dado o fato de que essas regiões foram historicamente excluídas do processo de desenvolvimento, no tocante ao ensino superior, quando comparadas às áreas mais próximas do litoral brasileiro.

Além da política de acesso, outras políticas de inclusão estão sendo discutidas e implementadas na instituição. Destaca-se a discussão de políticas de ações afirmativas para acesso e permanência de negros, quilombolas e indígenas e pessoas com necessidades especiais. No caso da inclusão dos negros, quilombolas e indígenas ressalta-se a expedição da Portaria das Cotas da UFFS, de 2012 que orientou o processo seletivo institucional de 2013 e a criação de uma comissão para discussão do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas da Universidade, via portaria n. 688, de 2012. Acrescenta-se a isso os esforços voltados à implantação do núcleo de acessibilidade para atendimento às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Outro fator que contribui com a responsabilidade social na área do ensino são as políticas

de permanência, as quais são compostas por bolsas, de diferentes modalidades, entre elas as de esportes, lazer e cultura, e auxílios financeiros, como auxílio moradia, alimentação e transporte. Também são ofertadas bolsas vinculadas a projetos de pesquisa e extensão voltados para a inclusão social, financiadas, em sua maioria, por recursos próprios da UFFS.

2. Meio ambiente

Entre os princípios norteadores estabelecidos no Projeto Político Pedagógico Institucional (PDI), consta a preocupação da criação de uma Universidade “comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da região sul do Brasil”. Sendo assim, na área do ensino, foram criados cursos voltados para esta perspectiva, como engenharia ambiental, agronomia com ênfase em agroecologia, educação do campo e outros, bem como disciplinas específicas voltadas para o meio ambiente no tronco comum, do currículo dos cursos da Universidade.

Além disso, a Instituição está envolvida com projetos de extensão e pesquisa na área de energias renováveis, de tratamento de resíduos sólidos, de educação ambiental e sustentabilidade, tanto no espaço urbano, como rural, de apoio à Educação Básica, entre outros. Ressalta-se ainda a participação dos gestores, professores e alunos, em fóruns de planejamento de implantação das políticas de gestão ambiental.

Nesse contexto, merece destaque o trabalho realizado pela Comissão de Desenvolvimento do Plano de Sustentabilidade da UFFS, instituída através da portaria nº 1135/GR/UFFS/2012. Esta Comissão foi criada com o objetivo de desenvolver de forma conjunta o Plano de Sustentabilidade da UFFS, a qual está identificando as ações que já estão sendo desenvolvidas pela instituição, bem como a realização de proposição de novas ações de sustentabilidade.

3. Desenvolvimento econômico e social

Tendo como um dos seus princípios a transformação social, desde o seu início a Instituição está preocupada em fomentar ações, tanto na área de ensino, como de pesquisa e extensão, voltados para a melhoria da qualidade de vida da população mais excluída da cidade e do campo. No caso destes últimos, a Universidade, a partir do seu PDI, tem na agricultura familiar “um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento” e como “premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente”. Novamente no ensino foram criados cursos voltados para este fim, como agroecologia, engenharia ambiental, administração, com ênfase em agricultura familiar, desenvolvimento regional.

A Universidade também está comprometida com a promoção tecnológica nas empresas, com a pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas, visando o desenvolvimento social e o desenvolvimento humano, especialmente para a região de abrangência da UFFS.

Ressalta-se também a criação de empresas juniores na Instituição, com o objetivo de contribuir com a sociedade por meio da prestação de serviços de qualidade, preferencialmente às micro, pequenas e médias empresas privadas; empresas, entidades ou órgãos públicos, organizações do terceiro setor e cooperativas, com destaque para projetos de impacto social, ambiental, educacional e/ou econômico.

4. Preservação da memória e do patrimônio cultural

Durante as discussões da COEPE houve a preocupação da comunidade acadêmica e regional em construir uma agenda voltada para a “vitalização da cultura e da memória regional, assim como à promoção de pesquisa e extensão sobre as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que influenciaram a formação da Mesorregião da Fronteira do Mercosul” (livro COEPE).

Vários projetos de pesquisa e de extensão da Instituição estão trabalhando com a cultura e a memória regional. Destaca-se ainda a criação em 2012, de uma diretoria de arte e cultura, vinculado a Pró-reitoria de extensão e cultura, para fomentar, tanto ações na área cultural, como também projetos e ações na área da preservação da memória e do patrimônio cultural.

No dia 28 de novembro de 2012 foi constituída na UFFS a Comissão da Verdade que tem como objetivo contribuir com o levantamento de informações e desenvolvimento de pesquisas sobre o período da Ditadura Militar na região da Fronteira Sul. “A função do grupo de pesquisa é criar metodologias e dinâmicas que propiciem estudos e trabalhos de extensão sobre o tema Ditadura Militar, Direitos Humanos e Cidadania”.

5. Comunicação Social

As Diretrizes da Comunicação possuem como parâmetro fundamental a missão da Universidade Federal da Fronteira Sul, colocando-se a serviço de sua divulgação. Por isso, as atividades desenvolvidas dizem respeito à comunicação institucional.

O principal foco da comunicação é que a missão da instituição torne-se visível e seja apropriada pelos públicos de interesse. Para Bueno (2009, p. 314), a comunicação institucional é um “Conjunto integrado de processos, estratégias, ações, produtos e planos que têm como objetivo estabelecer, consolidar e ampliar o relacionamento de uma organização com todos os seus públicos

de interesse.”

Ainda, segundo Kunsch (2003, p. 165),

[...] a comunicação institucional é a responsável direta pela construção e formação de uma imagem e identidade corporativas fortes e positivas de uma organização. A comunicação institucional está diretamente ligada aos aspectos corporativos institucionais que explicitam o lado público das organizações, constrói uma personalidade creditiva organizacional e tem como proposta básica a influência político-social na sociedade onde está inserta.

O principal desafio da gestão de comunicação é a criação de condições estruturais e de recursos humanos para dar visibilidade à missão da instituição. Para isso, ela precisa ter um lugar estratégico na gestão da Universidade e contar com profissionais de diversas áreas, a fim de que a comunicação com o seu público de interesse seja efetiva. Em uma universidade *multicampi*, como é o caso da UFFS, é fundamental uma estrutura geral que dialogue com as *equipes específicas dos campi* e as oriente.

O trabalho de comunicação da Universidade Federal da Fronteira Sul será realizado a partir dos princípios expressos a seguir.

- **BEM PÚBLICO** - A Universidade é um bem público; como tal, é um bem da e para a comunidade. Este princípio orienta o trabalho da comunicação no sentido de ampliar cada vez mais o público que recebe as suas informações, adotando como estratégia a intensificação do trabalho jornalístico e reforçando-o com os materiais da programação visual. Desse princípio decorre, também, a opção institucional de não comprar espaços publicitários, nem contratar agências.
- **INSTITUCIONAL** - A comunicação orienta-se pelo princípio institucional, em que o foco maior é a visibilidade da missão da UFFS a partir de uma mesma linha de comunicação.
- **FORTALECIMENTO DA IMAGEM** - A imagem de uma instituição é reforçada ou fragilizada pelas ações de todos os seus integrantes. O trabalho da comunicação institucional é consolidar uma imagem positiva da Universidade, com a divulgação dos seus pontos fortes e de ações direcionadas aos públicos de interesse. Fortalecendo a imagem da UFFS, toda a comunidade acadêmica será fortalecida.
- **DISCURSO INSTITUCIONAL** - Todos os servidores e estudantes de uma instituição são identificados pelo espaço em que atuam; quando fazemos parte de uma repartição pública, principalmente, a nossa imagem e a nossa ação são associadas a ela. Por isso, é fundamental

que todos conheçam a missão da UFFS e os seus documentos básicos, além das informações sobre as ações em andamento. Assim, a UFFS trabalha com porta-vozes adequados para cada situação comunicativa. Por isso, diante de qualquer solicitação de posicionamento, a Diretoria de Comunicação será acionada para que se mobilize e organize a fala institucional.

- **PÚBLICOS DE INTERESSE** - Públicos de interesse (*stakeholders*) é a forma de nominar os públicos que mais se relacionam com uma instituição e aqueles dos quais ela gostaria de se aproximar. A comunicação da UFFS será orientada para a ampliação do relacionamento com os públicos de interesse; esse será o princípio para a criação de estratégias, fluxos e veículos de comunicação.

6. Serviço de Informação ao Cidadão

O Serviço de Informação ao Cidadão tem como base a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/12, que assegura o direito de acesso à informação do cidadão. Qualquer interessado pode apresentar pedido de acesso à informações da UFFS por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

O acesso à informação requerida deve ser disponibilizado imediatamente pela instituição. Não sendo possível disponibilizar de imediato, a UFFS deve conceder o acesso em até 20 (vinte) dias, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, neste caso, sendo comunicado ao requerente com justificativa a prorrogação do prazo.

3 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

A UFFS oferta cursos de graduação nas modalidades de bacharelado e licenciatura oferecidos nos cinco campi da instituição, com ingresso de turmas no primeiro semestre letivo de cada ano, sendo que alguns cursos possuem ingresso de turma também no segundo semestre letivo do ano.

Os cursos de pós-graduação ofertados pela instituição são em níveis de *lato sensu*, compreendendo os cursos de especialização, e *stricto sensu*, abrangendo os programas de mestrado¹⁴ e doutorado¹⁵.

Em relação à projeção de expansão de cursos de graduação, a UFFS optou por primeiramente focar no reconhecimento dos cursos existentes e reestruturar os que forem necessários, para posteriormente tratar da expansão dos cursos. Estima-se que esse processo de reconhecimento e reestruturação encerre-se em 2013, ano em que também terá início o movimento institucional de debate acerca do processo de expansão, o qual deverá ser feito por meio de ampla intensa participação da comunidade acadêmica e das representações da sociedade, através das instâncias de representação constituídas e eventos organizados para tal fim.

Adicionalmente, umas das preocupações no processo de criação e implantação de novos cursos deverá ser a priorização de cursos vinculados a áreas de conhecimento que permitam aproximação e diálogo com aqueles já existentes na UFFS. Isso por que, além de permitir maior otimização do corpo docente existente na instituição, possibilita a consolidação de áreas de conhecimento e de pesquisas e projetos a elas relacionados, elemento fundamental na busca pela consolidação de espaços de excelência acadêmica e científica, objetivos centrais da universidade.

Além disso, a UFFS também mantém, como política institucional, a constante observação e sintonia com as políticas de educação superior do Ministério da Educação, visando integrar-se às ações de expansão, como novo REUNI e Pró-Engenharias, na medida em que tais iniciativas mostrarem-se viáveis e potencialmente interessantes para a instituição e para os cursos ofertados e/ou com potencial de implantação.

Desta forma, a instituição projeta para o biênio 2013/2014 um amplo debate com a comunidade interna e externa para elaboração de um plano abrangente de oferta de novos cursos.

14

Durante o período de elaboração deste PDI houve a abertura do Processo Seletivo do primeiro mestrado ofertado pela instituição, Mestrado em Estudos Linguístico.

15

Os cursos de doutorado ofertados pela instituição estão previstos para iniciar em 2015.

Para isso, pretende priorizar a implantação de cursos que tiverem vinculação com as áreas dos cursos já existentes, com as estruturas já implantadas e com previsão de fomento externo. Assim, a UFFS pretende também estimular iniciativas provindas de demandas por novos cursos em modalidades, regimes e níveis diversos que contem com potencialidades internas ou advindas de parcerias com organismos externos.

Dentro deste contexto, surge com importância central e, portanto, prioridade institucional, a realização da II COEPE – Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão – a qual deverá ser realizado ao longo do ano de 2013.

3.1 Graduação

A UFFS disponibiliza anualmente as vagas para ingresso nos cursos de graduação por meio do Processo Seletivo. Para inscrever-se no Processo Seletivo e concorrer a uma vaga em um dos cursos de graduação, o candidato deve possuir certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente e ter realizado o ENEM.

Substituir o parágrafo taxado, abaixo, por informações oficiais sobre o processo seletivo a partir da lei de cotas de 2012.

Outra forma de ingresso na UFFS é por meio de transferência ou pelas modalidades de aluno-ouvinte e/ou aluno especial ou ingresso de graduado. As vagas para essas modalidades de ingresso são disponibilizadas por edital específico, semestralmente, conforme vagas disponíveis, seguindo os critérios estabelecidos no regulamento dos cursos de graduação da UFFS (Portaria nº 263/GR/UFFS/2010).

A seguir apresentam-se as informações de cada curso de graduação nas modalidades de bacharelado e licenciatura, compreendendo: carga horária, período de duração, turno de oferta, vagas disponibilizadas no Processo Seletivo e campus de oferta do curso.

3.1.1 Bacharelados

A UFFS conta com 12 cursos de bacharelados distribuídos em seus 05 (cinco) campi, conforme apresentado a seguir.

Quadro 3 - Cursos de Bacharelado

CURSO	CARGA HORÁRIA	DURAÇÃO	VAGAS ANUAIS	CAMPUS DE OFERTA
Administração	3.270 horas	09 semestres para período diurno 10 semestres para período noturno	100	Chapecó
Administração ¹⁶	3.390 horas	08 semestres em período integral	55	Cerro Largo
Arquitetura e Urbanismo	4.020 horas	10 semestres em período integral	50	Erechim
Agronomia (Ênfase em Agroecologia)	4.515 horas	10 semestres em período integral	200	Cerro Largo (50 vagas) Erechim (50 vagas) Laranjeiras do Sul (50 vagas) Chapecó (50 vagas)
Ciências da Computação	3.090 horas	08 semestres no período matutino 10 semestres no período noturno	100	Chapecó
Ciências Econômicas ¹⁷	3.330 horas	08 semestres no período matutino 09 semestres no período noturno	58	Laranjeiras do Sul
Enfermagem	4.395 horas	10 semestres em período integral	40	Chapecó
Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	4.230 horas	10 semestres em período integral	150	Cerro Largo (50 vagas) Chapecó (50 vagas) Erechim (50 vagas)
Engenharia de Alimentos	4.470 horas	11 semestres em período integral	50	Laranjeiras do Sul
Engenharia de Aquicultura	3.765 horas	10 semestres em período integral	50	Laranjeiras do Sul
Nutrição	3.990 horas	10 semestres em período integral	40	Realeza
Medicina Veterinária	4.860 horas	11 semestres em período integral	50	Realeza
Medicina*	8.280 horas	12 semestres em período integral	40	Passo Fundo

* Inserido no PDI conforme Ofício Circular n 002/2013-CEGC/DIFES/SESu/MEC de 21 de março de 2013.

Com previsão de início das atividades para 2013, a UFFS contará ainda com o curso de Medicina, nos *campi* de Chapecó e Passo Fundo (este com criação e início da implantação também em 2013).

3.1.2 Licenciaturas

Na área de licenciaturas, a UFFS conta com 11 (onze) cursos de licenciatura em seus 05 (cinco) *campi*, distribuídos conforme segue.

¹⁶

Curso iniciado com a denominação Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial.

¹⁷

Curso iniciado com a denominação Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial.

Quadro 4 - Cursos de Licenciatura

CURSO	CARGA HORÁRIA	DURAÇÃO	VAGAS ANUAIS	CAMPUS DE OFERTA
Ciências Biológicas		08 semestres em período integral	60	Cerro Largo
Ciências Biológicas		10 semestres em período integral	40	Realeza
Ciências Naturais		08 semestres no período noturno	50*	Realeza
Física		09 semestres no período noturno	30	Cerro Largo
Física		10 semestres no período noturno	30	Realeza
Química		09 semestres no período noturno	30	Cerro Largo
Química		10 semestres no período noturno	30	Realeza
Interdisciplinar em Educação no Campo	3.405 horas	09 semestres em período diurno e noturno	60	Laranjeiras do Sul
Filosofia	3.075 horas	08 semestres no período matutino 09 semestres no período noturno	150	Chapecó (100 vagas) Erechim (50 vagas)
História	3.030 horas	09 semestres no período matutino 10 semestres no período noturno	150	Chapecó (100 vagas) Erechim (50 vagas)
Geografia	3.225 horas	08 semestres no período matutino 09 semestres no período noturno	150	Chapecó (100 vagas) Erechim (50 vagas)
Ciências Sociais	3.285 horas	08 semestres no período matutino 09 semestres no período noturno	150	Chapecó (100 vagas) Erechim (50 vagas)
Pedagogia	3.375 horas	09 semestres no período matutino 10 semestres no período noturno	150	Chapecó (100 vagas) Erechim (50 vagas)
Letras: Português e Espanhol	3.855 horas	09 semestres no período matutino 10 semestres no período noturno	120	Cerro Largo (30 vagas) Chapecó (60 vagas) Realeza (30 vagas)
Ciências Biológicas – Licenciatura	3.705 horas	8 semestres em período integral	60	Cerro Largo (60 vagas)
Química - Licenciatura	3.300 horas	9 semestres no período noturno	30	Cerro Largo (30 vagas)
Física - Licenciatura	3.135 horas	9 semestres no período noturno	30	Cerro Largo (30 vagas)

* Conforme o art. 3º da Resolução nº 020/2012- CONSUNI, o curso de Ciências Naturais do Campus Realeza não terá mais oferta

3.2 Projeção da oferta de curso de pós-graduação *lato sensu*

A partir da I COEPE realizada na UFFS de junho a setembro em 2010, houve mobilização da comunidade acadêmica e foram levantados os primeiros objetivos e ações prioritárias também

para área da pós-graduação.

No decorrer de 2011 e 2012 a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação solicitou aos campi que informassem a previsão de cursos que pretendiam implantar nos próximos anos.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, projetados para o período de vigência do PDI são:

Quadro 5 - Projeção de Cursos de Especialização

CURSO	CAMPUS DE OFERTA	VAGAS 2012	VAGAS 2013	VAGAS 2014	VAGAS 2015	VAGAS 2016
Educação Integral	Chapecó		50			
Educação Integral	Laranjeiras do Sul	50				
Educação Integral (Pato Branco/PR)	Laranjeiras do Sul	50				
Educação Integral	Erechim	50				
História Regional	Chapecó		35			
Literatura do Cone Sul	Chapecó	30		30		
Saúde Coletiva	Chapecó		30		30	30
Produção de Leite Agroecológico	Laranjeiras do Sul		40			40
Produção de Leite Agroecológico	Chapecó		40			40
Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica	Cerro Largo	35				
Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar	Cerro Largo	35			35	
História da Ciência	Erechim	35		35		
Administração	Chapecó			30		30
Agroecologia	Laranjeiras do Sul		30			
Apreciação da Arte	Chapecó			35		
Boas Práticas de Manejo de Peixes na Agricultura Familiar	Laranjeiras do Sul		30			
Ciência da Computação	Chapecó			30		
Cooperação Internacional e Desenvolvimento Rural	Laranjeiras do Sul		30			
Cultura e Política	Laranjeiras do Sul			30		
Cultura e Política Brasileira	Chapecó		30			
Desenvolvimento de Aplicativos para Web	Chapecó		30			
Economia Solidária e Desenvolvimento Regional	Cerro Largo			35		
Educação do Campo e Pedagogia da Alternância	Laranjeiras do Sul			30		
Educação e Ensino de Gênero/Diversidade	Laranjeiras do Sul			30		
Enfermagem Oncológica	Chapecó		30		30	
Engenharia Ambiental	Chapecó		30			
Ensino de Ciências	Cerro Largo		30			
Ensino de Ciências	Realeza		30			
Espanhol	Chapecó		30			
Espanhol	Cerro Largo		25			
Estudos do Texto	Laranjeiras do Sul			30		
Filosofia	Chapecó		30			

Gestão Agroindustrial	Cerro Largo			25		
Gestão Ambiental Urbana	Erechim			30		
Gestão da Tecnologia da Informação	Chapecó		30			30
Gestão de Cooperativas	Laranjeiras do Sul		30			
Gestão e Implementação de Projetos Agroindustriais	Cerro Largo		25			
Linguagens	Cerro Largo		25			
Literaturas	Cerro Largo			25		
Olericultura Agroecológica	Chapecó		30			
Orientação Educacional	Cerro Largo	35				
Políticas Públicas e Governabilidade	Erechim		30			
Políticas Públicas: ênfase em Educação	Realeza			30		
Processos Pedagógicos em Educação Básica	Erechim	35				
Produção Vegetal Sustentável	Laranjeiras do Sul		30			
Segurança Alimentar e Nutricional	Realeza			30		30
Gestão universitária	Chapecó			30		
Energia solar	Chapecó		30		30	
Epistemologia e Metafísica	Erechim	35				
Ensino de Língua e Literatura	Realeza		35			
Teorias Linguísticas Contemporâneas	Erechim		30			

3.3 Projeção da oferta de Programas de pós-graduação *stricto sensu*

Na área da pós-graduação *stricto sensu*, programas de mestrado, projeta-se para o período de vigência do PDI os seguintes programas:

Quadro 6 - Projeção de Programas de Mestrado

CURSO	CAMPUS DE OFERTA	VAGAS				
		2012	2013	2014	2015	2016
Agroecologia	Laranjeiras do Sul			20	20	20
Ciência de Alimentos	Laranjeiras do Sul			20	20	20
Ciência da Computação	Chapecó			20	20	20
Educação	Chapecó		20	20	20	20
Estudos Linguísticos	Chapecó	20	20	20	20	20
História	Chapecó			20	20	20
Filosofia	Erechim				20	20
Ciências Sociais	A definir				20	20
Sustentabilidade Ambiental	Erechim			20	20	20
Matemática (PROFMAT)	Chapecó		15	15	15	15

Saúde animal	Realeza			20	20	20
Desenvolvimento Regional	Cerro Largo				20	20
Educação	Cerro Largo				20	20
Ensino de Ciências e Matemática	Cerro Largo				20	20

Na área da pós-graduação *stricto sensu*, programas de doutorado, os programas projetados para o período de vigência do PDI são:

Quadro 7 - Projeção de Programas de Doutorado

CURSO	CAMPUS DE OFERTA	VAGAS 2012	VAGAS 2013	VAGAS 2014	VAGAS 2015	VAGAS 2016
Desenvolvimento Regional	Cerro Largo					10
Educação	Chapecó					10
Estudos Linguísticos	Chapecó				10	

Os quadros acima apresentam proposições de nomes para os cursos de pós-graduação. Isso se deve ao fato de a maioria dos mesmos já ser objeto de discussões e elaborações por parte de colegiados, grupos de pesquisa e comissões especificamente montadas para tal fim. Contudo, mais do que limitar objetivamente o escopo das proposições, eles apontam para áreas de conhecimento, delimitadas em função do perfil da instituição e de seu compromisso de inserção regional, dentro das quais as propostas finais de cursos poderão sofrer ajustes.

4 PERFIL DO CORPO DOCENTE

Os docentes efetivos da UFFS são pertencentes ao cargo de Professor de Magistério Superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, admitidos mediante habilitação em concurso público de provas e títulos. Já os docentes substitutos são admitidos por meio de Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor Substituto.

4.1 Composição

O corpo docente da UFFS é composto, em julho de 2012, por 431 (quatrocentos e trinta e um) professores efetivos, sendo 01 (um) especialista, 238 (duzentos e trinta e oito) mestres e 192 (cento e noventa e dois) doutores, e 06 (seis) professores substitutos, sendo 02 (dois) graduados e 04 (quatro) mestres.

4.2 Plano de carreira

Os servidores docentes efetivos da UFFS pertencem ao Cargo de Professor de Magistério Superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, conforme Decreto nº 94.664, de 23 de junho de 1987.

Os professores substitutos da UFFS estão enquadrados em conformidade com a Lei 8.745, de 09 de dezembro de 1993, a qual dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

4.3 Critérios de seleção e contratação

Os critérios estabelecidos seguem o disposto no art. 12 do Decreto nº 94.664 e ao contido nos artigos 10 e 19 do Decreto 6.944/2009, o ingresso na carreira do Magistério Superior dar-se-á mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, somente podendo ocorrer no nível 1 (um) de qualquer classe. Para inscrição no concurso, a que se refere este artigo do Decreto, é exigido: diploma de graduação em curso superior, para a classe de Professor Auxiliar; grau de Mestre, para a classe de Professor Assistente; título de Doutor ou de Livre-Docente, para a classe de

Professor Adjunto.

A contratação de professores substitutos da UFFS ocorre por meio de processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público, conforme Lei 8.745, de 09 de dezembro de 1993.

4.4 Procedimentos para substituição dos professores do quadro

A substituição definitiva dos docentes ocorre quando há vacância de cargo ocupado. Dessa forma, o art. 33, da Lei 8.112 de onze de dezembro de 1990, prevê que a vacância do cargo público decorrerá de: Exoneração; Demissão; Promoção; Readaptação; Aposentadoria; Posse em outro cargo inacumulável; Falecimento.

Nos termos do art. 8º da Lei 8.112, são formas de provimento de cargo público: Nomeação; Promoção; Readaptação; Reversão; Aproveitamento; Reintegração; Recondução.

As substituições temporárias são realizadas através de Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor Substituto, em conformidade com a Lei 8.745 de 09 de dezembro de 1993 e Decreto 7.485 de 18 de maio de 2011.

4.5 Cronograma

O quadro de docentes na instituição, em julho de 2012, é composto da seguinte forma:

Quadro 8 - Composição do Quadro Docente Efetivo

Professores Efetivos		
REGIME	ESPECIALISTA	MESTRE
20h	0	0
40h	0	01
Dedicação Exclusiva	1	237
Total	01	238

Quadro 9 - Composição do Quadro Docente Substituto

Professores Substitutos		
REGIME	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO
20h	02	00
40h	0	0
Total	02	00

Diante do cenário previsto para crescimento da instituição, projeta-se até 2013 a ampliação do quadro de docentes, considerando o número de vagas pactuadas com o Ministério da Educação – MEC, conforme segue:

Quadro 10 - Projeção do Quadro Docente

Docentes			
ANO	ESPECIALISTA	MESTRES	DOCTORES
2011	00	184	136
2012	01	238	192
2013	00	270	290
2014	00	00	00
2015	00	00	00
2016	00	00	00

Tendo em vista o processo de expansão, já apresentado acima, bem como o consequente aumento do número de cursos (de graduação e pós-graduação) ofertados, um intenso debate precisará ser feito junto ao Ministério da Educação, visando uma nova pactuação que contemple o aumento do número de docentes na UFFS, condição fundamental à consolidação da instituição e de seus cursos como referência acadêmica. A criação de novos cursos, a reestruturação daqueles já ofertados e o aumento significativo do número de alunos, projeções para os próximos anos, são projeções que dependem, para serem executadas com qualidade, da ampliação do número de docentes junto à UFFS e constituem, portanto, prioridade institucional.

5 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UFFS

A organização administrativa da UFFS está prevista em seu Estatuto, aprovado, e em seu Regimento, o qual está em discussão no Conselho Universitário.

5.1 Estrutura organizacional, instâncias de decisão e organograma institucional

A estrutura da UFFS é composta por Órgãos Superiores, de Base, de Deliberação, de Administração Central, e de Controle, Fiscalização e Supervisão.

São Órgãos Superiores de Deliberação:

- I. Conselho Universitário;
- II. Conselho de Campus.

São Órgãos da Administração Central:

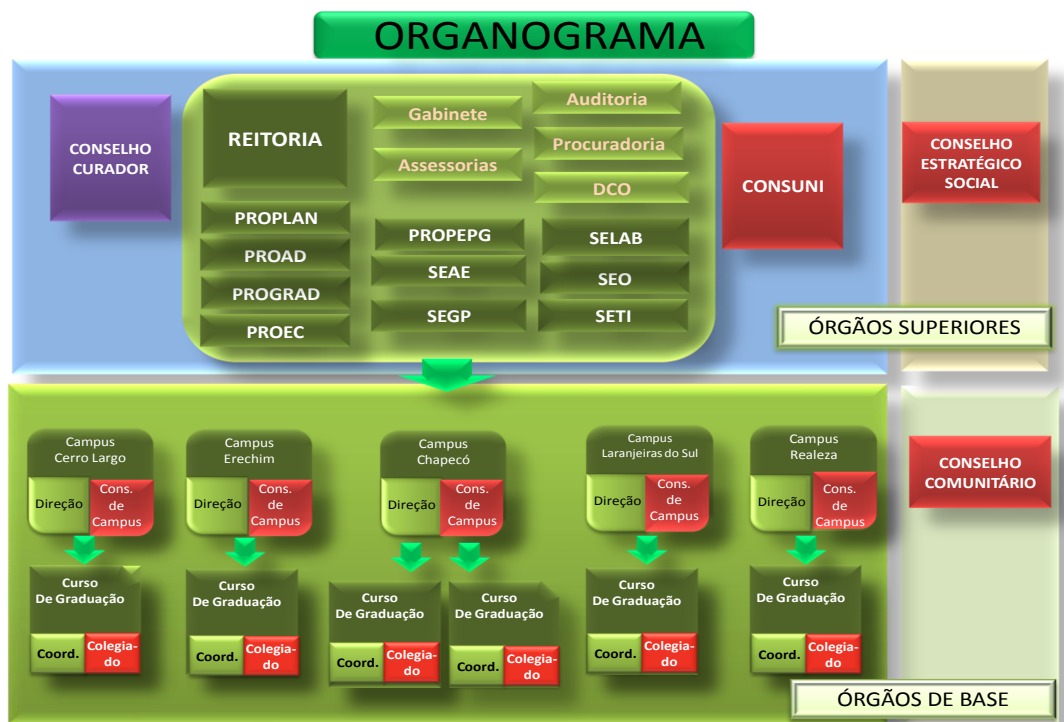
- I. Reitoria;
- II. Direção de Campus.

São Órgãos de Controle, Fiscalização e Supervisão:

- I. Conselho Curador;
- II. Auditoria Interna.

Com base na estrutura administrativa apresentada em seu Estatuto, a UFFS possui o seguinte Desenho Institucional:

Figura 4 - Organograma Institucional



5.2 Órgãos colegiados: competências e composição

A UFFS possui como órgãos colegiados o CONSUNI, o Conselho de Campus e os Colegiados de Curso de graduação.

5.2.1 Conselho Universitário

O CONSUNI possui a seguinte composição:

- I.Reitor;
- II.Vice-Reitor;
- III.Diretores dos campi;
- IV.30 (trinta) docentes, eleitos diretamente entre seus pares, com a seguinte composição:
 - a.10 (dez) lotados no Campus Chapecó;
 - b.05 (cinco) lotados no Campus Erechim;
 - c.05 (cinco) lotados no Campus Cerro Largo;
 - d.05 (cinco) lotados no Campus Laranjeiras do Sul;
 - e.05 (cinco) lotados no Campus Realeza.
- I.06 (seis) técnicos administrativos, sendo:

- a.02 (dois) lotados no Campus Chapecó;
- b.01 (um) lotado no Campus Erechim;
- c.01 (um) lotado no Campus Cerro Largo;
- d.01 (um) lotado no Campus Laranjeiras do Sul;
- e.01 (um) lotado no Campus Realeza.

I.06 (seis) discentes, sendo:

- a.02 (dois) matriculados no Campus Chapecó;
- b.01 (um) matriculado no Campus Erechim;
- c.01 (um) matriculado no Campus Cerro Largo;
- d.01 (um) matriculado no Campus Laranjeiras do Sul;
- e.01 (um) matriculado no Campus Realeza.

I.03 (três) representantes da comunidade externa.

O CONSUNI é presidido pelo Reitor, sendo que os Pró-Reitores possuem assento nas reuniões do pleno, com direito a voz, e sem direito a voto; e presidem as câmaras temáticas referentes às respectivas áreas, nas quais, em nome do reitor, exercem os direitos de voto e voz. Os membros do CONSUNI são distribuídos em 04 Câmaras Temáticas: Câmara de Administração, Câmara de Graduação, Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e Câmara de Extensão.

Os representantes docentes e técnicos administrativos são eleitos pelos seus pares para mandato de 02 (dois) anos. Os representantes discentes são eleitos pelos seus pares para mandato de 01 (um) ano. Os representantes da comunidade externa são indicados pelo Conselho Estratégico Social para mandato de 02 (dois) anos. Ambas categorias admitem uma recondução e possuem um suplente para substituí-los em suas ausências e impedimentos.

Compete ao Conselho Universitário:

I. Fixar normas e deliberar sobre:

- a. Políticas gerais e planos globais de ensino, pesquisa, criação, inovação e extensão da universidade;
- b. Planejamento anual, diretrizes orçamentárias, proposta orçamentária e prestação de contas da universidade;
- c. Criação e modificação de *campi* universitários e demais órgãos;
- d. Política patrimonial e urbanística dos *campi*, aprovando a variação patrimonial: aquisição, construção e alienação de bens imóveis;
- e. Recrutamento, seleção, admissão, regime de trabalho, remoção e dispensa do pessoal técnico-administrativo e docente, respeitados os princípios da administração descentralizada;

- f. Normas gerais a que se devam submeter os *campi* universitários e demais órgãos;
 - g. Criação, instalação, funcionamento, modificação e extinção de cursos e programas;
 - h. Fixação, ampliação e diminuição de vagas nos cursos de graduação e de pós-graduação;
 - i. Recrutamento, seleção, admissão e habilitação de alunos;
 - j. Reconhecimento de graus e títulos acadêmicos de graduação e de pós-graduação;
 - k. Avaliação institucional e dos cursos;
 - l. Ética acadêmica;
 - m. Consultorias, prestação de serviços e outras atividades nas interfaces entre universidade, governos e sociedade;
 - n. Propriedade intelectual, direitos autorais, registros, patentes, *royalties* e rendimentos auferidos do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e artístico, e das atividades de extensão, educação permanente e serviços;
 - o. Concessão de títulos e dignidades universitárias.
- I. Delegar competência, constituir, com aprovação de maioria qualificada, assessoria e comissões, quando necessário;
 - II. Supervisionar o desempenho em geral dos *campi* universitários e dos demais órgãos e serviços da instituição, compondo, se necessário, comissão de avaliação para esse fim;
 - III. Julgar os recursos interpostos das decisões em primeira instância;
 - IV. Instituir o Regimento Geral da Universidade e o seu próprio Regimento Interno, e homologar a proposta de Regimento Interno dos *campi*, assim como homologar os regimentos gerais dos cursos, programas de pós-graduação, atividades de Pesquisa, de Extensão, e das atividades administrativas;
 - V. Decidir sobre matéria omissa neste Estatuto e no Regimento Geral da Universidade.

5.2.2 Conselho de Campus

A composição dos Conselhos será definida no regimento de cada unidade, assegura em qualquer caso, a participação dos seguintes integrantes:

- I. Diretor do *Campus*;
- II. Coordenador Acadêmico;
- III. Coordenador Administrativo;
- IV. Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-Graduação;
- V. Representantes dos técnicos administrativos eleitos pelos seus pares;
- VI. Representantes docentes eleitos pelos seus pares;

VII.Representantes discentes eleitos pelos seus pares;

VIII.Representantes da Comunidade externa.

O Conselho do Campus será presidido pelo Diretor do Campus com direito somente a voto de qualidade. O mandato dos representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e da comunidade externa dos membros do Conselho de Campus terá a mesma duração dos mandatos dessas representações no CONSUNI, sendo que 70% (setenta por cento) do total de assentos do Conselho de Campus serão ocupados por docentes.

Compete ao Conselho do Campus:

- I.Estabelecer, em consonância com as normas superiores da universidade, regulamentos e instruções para os órgãos e atividades do campus;
- II.Deliberar sobre assuntos de sua alçada em concordância com as normas e práticas superiores da universidade;
- III.Manifestar-se sobre qualquer matéria da competência do diretor, quando por ele solicitado;
- IV.Modificar o Regimento do Campus, em sessão especialmente convocada para este fim, com aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos presentes, para posterior aprovação do Conselho Universitário;
- V.Homologar decisões tomadas por órgãos e setores do campus, quando essa providência for exigida regimentalmente;
- VI.Delegar competências a outras instâncias deliberativas no âmbito do campus;
- VII.Apreciar o plano de gestão e o relatório anual do campus;
- VIII.Apreciar propostas de criação de cursos de graduação e pós-graduação a serem coordenados pelo campus, antes de serem encaminhados ao Conselho Universitário;
- IX.Apreciar os projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, promovendo a articulação e a compatibilização das atividades do campus;
- X.Avaliar o desempenho global do campus e de suas principais atividades;
- XI.Propor a realização de concursos para docentes e técnicos administrativos, na forma prevista no Regimento Geral da Universidade e de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional e demais diretrizes da UFFS;
- XII.Acompanhar a implementação e avaliar as políticas de desenvolvimento de pessoal adotadas pela universidade, no âmbito do campus;
- XIII.Pronunciar-se a respeito da distribuição de encargos docentes e técnico-administrativos, e os critérios e casos de remoção, redistribuição e cedência de servidores;
- XIV.Propor ao Conselho Universitário a criação de Órgãos Auxiliares vinculados ao campus, para colaborar no ensino, na pesquisa, na extensão e na preservação de bens culturais;
- XV.Propor ao Conselho Universitário a concessão de títulos e dignidades universitárias;

- XVI. Criar, fundir ou extinguir, a partir das necessidades do campus, comissões especiais para tratar de questões de planejamento e acompanhamento de atividades administrativas e acadêmicas;
- XVII. Reunir-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou por 1\3 (um terço) de seus membros;
- XVIII. Atuar como instância recursal máxima no âmbito do campus, bem como avocar o exame e a deliberação sobre qualquer matéria de interesse do campus;
- XIX. Decidir sobre matéria omissa no seu Regimento;
- XX. Propor ao reitor destituição do diretor, dos coordenadores acadêmico e administrativo, na forma da lei, com aprovação de 2/3 (dois terços) dos conselheiros, em sessão especialmente convocada para esse fim.

5.2.3 Colegiados de curso de graduação

A coordenação didática e a integração de estudos de cada Curso de Graduação são efetuadas pelo Colegiado de Curso em cada campus em que o referido curso é ofertado.

São atribuições do Colegiado do Curso:

- I. Estabelecer a proposta pedagógica do curso e o perfil profissional do egresso;
- II. Elaborar o seu regimento interno, observadas as normas institucionais, para posterior aprovação pela Câmara de Graduação do Conselho Universitário;
- III. Elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações;
- IV. Analisar, aprovar e avaliar os planos de ensino dos cursos, propondo alterações, quando necessárias;
- V. Estabelecer procedimentos para promover a integração e a interdisciplinaridade entre os Componentes Curriculares (CCRs) do curso, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- VI. Fixar normas quanto à integralização do curso, respeitando o estabelecido pelo Conselho Universitário;
- VII. Deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso;
- VIII. Emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de Cursos de Graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;
- IX. Deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do Presidente do Colegiado do Curso;
- X. Exercer as demais atribuições conferidas neste Regulamento e no Regimento Interno da UFFS.

O Colegiado do Curso será constituído pelo Coordenador do Curso, pelos docentes que ministram CCRs no curso no semestre letivo (esse parâmetro será mantido? Ele, claramente, tornará inviável a operacionalização dos colegiados à medida que os cursos passam a contar todas as turmas e CCR's ofertados. Talvez seja temerário deixar esse critério aqui, já que ele pode impedir alterações necessárias durante o período de vigência deste PDI), pelos docentes do Núcleo Estruturante, e por um representante do corpo discente, eleito anualmente entre os seus pares.

O colegiado será presidido pelo Coordenador de Curso. A representação do Núcleo Docente Estruturante deve contemplar docentes dos três domínios que compõem a matriz curricular: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. O representante discente terá um suplente, eleito pelo mesmo processo e na mesma ocasião da escolha do titular, ao qual substitui nas faltas, impedimentos ou vacância. Cabe à Pró-Reitoria de Graduação a cada semestre, formalizar a composição dos docentes do Colegiado do Curso.

5.3 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

O apoio às atividades acadêmicas da UFFS é prestado pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), o qual visa ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos professores da UFFS e de articulação para a formação docente.

O NAP acolhe os novos professores apresentando aos mesmos a instituição, os objetivos, as diretrizes e os documentos norteadores da UFFS; fomenta o debate político-pedagógico na UFFS; fortalece a comunicação e a interdisciplinaridade entre os professores, entre as áreas do conhecimento e entre os componentes curriculares; promove a formação continuada dos professores; proporciona apoio pedagógico aos docentes a partir de necessidades apontadas; estabelece diálogo com o Laboratório Superior de Ensino e de Aprendizagem Paulo Freire; promove o aperfeiçoamento didático-pedagógico por meio de cursos e eventos para refletir sobre e a partir da prática docente.

Há também a secretaria acadêmica, a qual visa: atender e orientar os alunos sobre procedimentos e prazos. Efetuar Matrículas, rematrículas e ajustes. Atualizar dados dos alunos em curso. Emitir documentos de competência da secretaria aos alunos. Responsável pelos registros da vida acadêmica dos alunos. Receber e encaminhar os pedidos de transferências externas, internas e aproveitamentos de disciplinas.

Corroborar a secretaria geral de cursos, que objetiva: prestar atendimento aos coordenadores de cursos e colegiados de cursos, no que se refere a aos cursos de graduação e pós-graduação. Coordenação dos estágios

6 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

As políticas de atendimento aos discentes da UFFS têm como objetivos principais: reduzir as taxas de retenção e evasão; assegurar condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal; e, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior. Nesse contexto, o aprimoramento e a criação de ações no que concerne à política de atendimento aos discentes será constante, e as atividades serão reguladas por editais específicos.

6.1 Programas de apoio pedagógico e financeiro

A UFFS disponibiliza, para apoiar pedagogicamente e financeiramente os acadêmicos, um conjunto de bolsas e auxílios, a partir de diversos programas de apoio, conforme descrição a seguir.

6.1.1 Apoio financeiro:

_ Bolsa Permanência: modalidade de auxílio socioeconômico que consiste no repasse de dinheiro aos estudantes com carência comprovada e pode-se somar a outros auxílios e outras bolsas como pesquisa, extensão, etc. Esta modalidade de bolsa visa disponibilizar as condições de permanência dos estudantes com carência comprovada no ensino superior para reduzir os índices de evasão e garantir tranquilidade aos estudantes para que possam se focar nos seus estudos e melhorar sua formação acadêmica. Sua concessão ocorre mediante análise socioeconômica e análise documental. A duração pode ser até 10 meses, contemplando o período em que é concedida até o final do ano letivo.

_ Bolsa Esporte: modalidade de bolsa concedida ao acadêmico dentro de determinadas modalidades para facilitar a realização de esportes na UFFS como prevê o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Tem como objetivos: fomentar a prática de esportes entre os acadêmicos; preparar para os jogos universitários; fortalecer o movimento estudantil. Sua concessão sucede mediante edital de seleção que afere aptidões do estudante na modalidade que pretende a bolsa, sendo sua duração de 10 meses.

_ Auxílio alimentação: a manutenção e pagamento deste auxílio estão diretamente ligados a concretização do Restaurante Universitário. Discentes com vulnerabilidade socioeconômica comprovada terão isenção ou redução dos valores pagos no RU.

_ Auxílio moradia: concedido aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica não

contemplados pelas vagas da moradia estudantil.

_ Auxílio transporte: tendo em vista a distância dos campi em relação aos centros urbanos faz-se necessário garantir o pagamento desse auxílio.

_ Auxílio creche: benefício concedido aos acadêmicos com vulnerabilidade socioeconômica com o intuito de estimular sua permanência na universidade. Este auxílio será concedido aos estudantes não contemplados com vagas nas creches públicas.

_ Auxílio material didático: auxílio financeiro que tem o objetivo de custear parte das despesas dos alunos com material didático para a participação dos mesmos nas atividades acadêmicas, especialmente para aqueles cursos que demandam maiores gastos.

_ Viagens de estudo, apresentação de trabalhos e participação em eventos: o estudante receberá o auxílio financeiro para custear suas despesas mediante comprovação de vinculação direta da atividade com a área de formação do curso.

- BOLSA PERMANÊNCIA: Esta modalidade de bolsa visa disponibilizar condições financeiras para a permanência dos acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior a fim de reduzir os índices de evasão, possibilitando condições mais igualitárias para que o estudante possa responder às demandas de uma formação universitária de qualidade. Sua concessão depende da análise socioeconômica, conforme resolução própria, bem como de editais específicos. Além da bolsa permanência, o estudante pode receber um auxílio (moradia, transporte e alimentação) mais outra bolsa acadêmica. A duração da bolsa será definida em edital específico. (no texto está 10 meses)

6.1.2 Estrutura Física:

_ Restaurante Universitário: O Restaurante Universitário contribui como um estímulo à permanência dos discentes na UFFS a medida que possibilita à comunidade universitária refeições básicas e necessárias, por um valor acessível, de qualidade para que possa permanecer em tempo integral na Universidade e desempenhar suas atividades acadêmicas de modo satisfatório. O julgamento do processo de isenção é independente do processo de seleção de acesso à moradia estudantil, contudo, interligados

_ Moradia Estudantil: A oferta de Moradia Estudantil tem como objetivo atender discentes oriundos do Sistema Público de Ensino e/ou em estado de comprovada carência financeira que o impeça de custear despesas com moradia. É necessário, como condição de acesso ao auxílio que os discentes pertençam a outras regiões ou cidades em que o deslocamento o impeça de atender aos compromissos acadêmicos. Os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica não contemplados

pelas vagas da moradia estudantil terão direito ao auxílio moradia.

_ Ginásio poliesportivo: construção ou locação de espaços que permitam a realização de atividades esportivas. Tais atividades estão previstas no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

6.1.3 Apoio psicopedagógico

_ Acontece por meio do acompanhamento/nivelamento pedagógico que tem como objetivo atender à comunidade discente em suas dificuldades psicopedagógicas. Para tanto, serão implementadas as seguintes ações: levantamento estatístico dos dados dos históricos dos discentes; diagnóstico para mapeamento dos aspectos cognitivos e sociais; identificação dos estudantes com maiores dificuldades e necessidades especiais e acompanhamento psicopedagógico do discente com vistas à solução dessas dificuldades. A auto-avaliação estudantil será implementada com o objetivo de sensibilizar o discente com relação a sua responsabilidade para com sua formação e identificar demandas psicopedagógicas e sociais. Realizando atendimento aos estudantes através de uma equipe multidisciplinar composta por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, técnico em assuntos educacionais e nutricionista. Atividades estas integradas aos Laboratório de Ensino Aprendizagem Paulo Freire.

6.1.4 Núcleo de acessibilidade:

O estímulo à permanência ocorre também com o Núcleo de Acessibilidade, sendo o atendimento aos discentes portadores de necessidades especiais um dos compromissos Institucionais da UFFS. Nesse sentido, serão implementadas políticas que visam ações de entrada e permanência desses discentes. Com o mesmo objetivo serão apoiadas ações que visem a conscientização da comunidade acadêmica através do apoio e incentivo à realização de eventos pedagógicos e culturais com tal fim. Nesse sentido, a construção de políticas de apoio e inclusão acadêmica procurará oferecer todas as condições para que os portadores de necessidades especiais obtenham autonomia e participem de todos os espaços de convivência e estudos que a UFFS oferecerá.

O núcleo de Acessibilidade terá os seguintes objetivos:

- * Propor e implementar políticas de flexibilização do processo ensino-aprendizagem de modo a atender às diferenças individuais;
- * Apoiar políticas de adoção de currículos abertos e de propostas curriculares diversificadas para

atender a todos e propiciar o progresso de cada um em função das possibilidades e diferenças individuais;

*Propor adequação de espaços físicos sempre que houver demanda para tal.

A UFFS tem como diretriz pautar o seu desenvolvimento em consonância com a Política Nacional de Acessibilidade, principalmente no que se refere a Lei da Acessibilidade nº10098/94, entre outras . As ações visam facilitar o acesso das pessoas com necessidades ao ambiente acadêmico, para o desenvolvimento de suas atividades em condições adequadas, com o suporte de tecnologias assistivas que favoreçam a autonomia pessoal. Com isso, objetiva-se contribuir para o exercício pleno da cidadania e para uma vida digna, produtiva e independente.

Em menos de três anos de existência, a UFFS conta em seu quadro discente com PNEs surdos, baixa visão, cegos, deficientes físicos e altas habilidades.

O Núcleo de Acessibilidade está sendo implantado de forma a oferecer aos alunos com deficiência, TGDs e/ou altas habilidades/superdotação, atendimento educacional especializado e atendimento humanizado. Além disso, está em construção a Política Interna de Acessibilidade e as Políticas de Ações Afirmativas, que direcionam o olhar acadêmico para as comunidades indígenas, quilombolas e afrodescendentes, de forma a garantir o acesso dos diversos sujeitos à Universidade Pública e assegurar a sua permanência.

6.1.5 Estágios e Monitorias:

São oferecidos estágios obrigatório e não-obrigatório. O estágio obrigatório constitui-se num componente integrante da matriz curricular dos projetos dos cursos, com carga horária própria, cujo cumprimento é requisito para aprovação e obtenção do diploma. O estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional complementar, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Ambos têm como objetivo a formação acadêmico-profissional do aluno. Conforme legislação um aluno pode estagiar por no máximo dois anos em uma mesma entidade, exceção é feita aos alunos portadores de necessidades especiais.

A UFFS compreende a importância dos estágios na formação de todas as áreas de conhecimento e procura contribuir nesse processo colocando-se a disposição, mediante análise, para receber alunos de outras instituições de ensino para a realização de estágios obrigatórios.

Eventualmente, conforme necessidade, são disponibilizadas vagas nos setores da UFFS para a realização de estágios não obrigatórios. Essas vagas de estágio não obrigatório são disponibilizadas mediante processo de seleção regido por edital específico. Os alunos selecionados são contratados como estagiários pela UFFS recebendo bolsa e auxílio transporte conforme a legislação vigente.

O Programa de Monitorias é caracterizado como uma modalidade de ensino e aprendizagem que contribui com a formação do acadêmico e integra as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação. Tem por finalidade despertar e sensibilizar nos acadêmicos o interesse pelo fazer docente, bem como contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de graduação. O programa abrange duas modalidades: Monitoria remunerada e Monitoria não remunerada.

Desenvolve-se por meio da elaboração e execução de projeto de monitoria de um ou mais componentes(s) curricular(es), dos cursos. Cada projeto de monitoria poderá ter um ou mais professores orientadores, limitando a orientação de cada professor orientador a no máximo 04 (quatro) monitores. Entretanto, somente um professor será responsável pelo projeto de monitoria, respondendo institucionalmente pelo seu andamento.

O monitor desempenha suas atividades, durante o período estipulado no projeto de monitoria, cumprindo 12 horas semanais sendo acompanhado pelo docente responsável pelo projeto e pelo colegiado do curso ao qual está vinculado o projeto. As atividades de monitorias são realizadas mediante edital institucional que organiza e regulamenta as atividades dos monitores juntos aos cursos de graduação.

BOLSA ESPORTE: é concedida ao acadêmico dentro de determinadas modalidades esportivas, tendo como objetivos fomentar a prática de esportes entre os acadêmicos e incentivar a participação no jogos universitários, contribuindo para o fortalecimento do movimento estudantil e buscando o desenvolvimento integral do estudante, conforme prevê o Plano Nacional De Assistência estudantil (PNAES). A seleção dos bolsistas é regida por edital específico, bem como a sua duração. (no texto está 10 meses)

6.2 Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil

O Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil é outro fator que contribui como um estímulo a permanência dos discentes na instituição, pois objetiva apoiar e oportunizar aos discentes a realização de atividades de pesquisa e extensão e de cursar disciplinas da graduação e pós-graduação em instituições conveniadas dentro e fora do País. Essas políticas dependerão da existência de convênios previamente firmados e reconhecidos como legítimos por Instituições e Estados, da compatibilidade/aproveitamento das disciplinas dos programas, do reconhecimento pelo MEC do Curso/disciplina, da realização de seguro de vida pelo discente através da UFFS e autorização de saída do discente dos setores responsáveis da UFFS.

6.3 Organização Estudantil

A UFFS apoiará a organização estudantil dentro das formas legais do Estado de Direito e Democrático. A sua forma de organização e manutenção deverá ser estipulada em Estatuto Próprio e de tal modo a não ferir o PDI da UFFS, o PPC do Curso que representa e qualquer outra resolução legal da UFFS, inclusive no âmbito dos Cursos. Será assegurada a representatividade nos colegiados a presença de um representante discente com o intuito de contribuir ao bom andamento das atividades do curso e representar os anseios de seus pares

6.4 Acompanhamento dos Egressos

A UFFS é uma instituição nova e em fase de implantação. Nesse contexto, as políticas definidas para estabelecer processos e procedimentos para o acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão estão em construção.

Todavia, a universidade reconhece a necessidade da construção de políticas, instrumentos e procedimentos para traçar o perfil do egresso em comparação com os objetivos e propósitos dos cursos ofertados para integralizar a sua formação ética e profissional.

Nesse sentido, a instituição pretende elaborar um cadastro para acompanhamento dos concluintes, destacando aspectos referentes aos cursos oferecidos pela UFFS, a partir das expectativas sociais e mercadológicas e contribuindo para o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos.

6.5 Estímulos à permanência

Para estimular a permanência dos acadêmicos na UFFS a meta é desenvolver um programa de acompanhamento pedagógico, visando melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes e reduzir os índices de repetências e evasão. Para tanto, serão implementadas em cada campus as seguintes ações: levantamento estatístico dos dados dos históricos dos discentes; diagnóstico psicológico (através de entrevistas e preenchimento de questionários com esse fim) para mapeamento dos aspectos cognitivos e sociais; identificação dos estudantes com maiores dificuldades e necessidades especiais e acompanhamento psicopedagógico do discente com vistas à solução dessas dificuldades. A autoavaliação estudantil será implementada com o objetivo de sensibilizar o discente com relação a sua responsabilidade para com sua formação e identificar demandas psicopedagógicas.

Corroborar, ainda, com o estímulo a permanência na UFFS, a oferta de Moradia Estudantil, que tem como objetivo atender discentes oriundos do Sistema Público de Ensino e/ou em estado de *comprovada* carência financeira que o impeça de custear despesas com moradia. É necessário, como condição de acesso ao auxílio que os discentes pertençam a outras regiões ou cidades em que o deslocamento o impeça de atender aos compromissos acadêmicos. Em época de vestibular poderão ser disponibilizados a todos aqueles que atendam as condições acima estipuladas moradia temporária, no período de realização da seleção unicamente e sob demanda.

O Restaurante Universitário contribui como um estímulo à permanência dos discentes na UFFS a medida que possibilita à comunidade universitária refeições básicas e necessárias, por um valor módico, de qualidade para que possa permanecer em tempo integral na Universidade e desempenhar suas atividades acadêmicas de modo satisfatório. A isenção ou redução de valores poderá ser requisitada mediante a *comprovada* carência financeira para custear sua alimentação. O julgamento do processo de isenção é independente do processo de seleção de acesso à moradia estudantil, contudo, interligados. Discentes com bolsas e auxílios não terão o direito de requer isenção no RU.

O Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil é outro fator que contribui como um estímulo a permanência dos discentes na instituição, pois objetiva apoiar e oportunizar aos discentes a realização de atividades de pesquisa e extensão e de cursar disciplinas da graduação e pós-graduação em instituições conveniadas dentro e fora do País. Essas políticas dependerão da existência de convênios previamente firmados e reconhecidos como legítimos por Instituições e Estados, da compatibilidade/aproveitamento das disciplinas dos programas, do reconhecimento pelo MEC do Curso/disciplina, da realização de seguro de vida pelo discente através da UFFS e autorização de saída do discente dos setores responsáveis da UFFS.

7 INFRAESTRUTURA

Neste item apresentam-se a estrutura física da instituição, informações da biblioteca, dos laboratórios, os recursos tecnológicos utilizados e disponibilizados. Aborda-se também a política de acessibilidade pretendida pela UFFS.

7.1 Infraestrutura física

As atividades da UFFS estão sendo desenvolvidas em espaços provisórios, os quais são locados por período determinado, tendo em vista que as instalações definitivas estão em fase de construção. Dessa forma, apresenta a seguir a infraestrutura física que a instituição ocupa atualmente e na sequência o espaço definitivo que está sendo construído.

7.1.1. Instalações provisórias

✓ *Campus Chapecó*

A UFFS em Chapecó terá, a partir de 2012, novas instalações além do Edifício Engemed, destinado à Reitoria, da Unidade Seminário e Bom Pastor com atividades majoritariamente acadêmicas e também de expediente. Tratam-se de novas locações como o Edifício Mantelli, no centro da cidade de Chapecó, que abrigará todas as Atividades das Pró-Reitorias com espaço para cem postos de trabalho, liberando assim, as Unidades Bom Pastor e Seminário para atividades acadêmicas. As instalações da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) servirão para atividades de ensino, como Salas de Aula e Salas de Professores.

✓ *Campus Cerro Largo*

Na cidade de Cerro Largo o antigo Seminário São José abriga hoje, o campus provisório da UFFS - Unidade Seminário, o qual já é patrimônio da UFFS desde o ano de 2010 e posteriormente será reformado para contemplar a demanda por moradia estudantil. Atualmente as salas de aula, laboratórios, biblioteca e administração funcionam perfeitamente em suas instalações. A unidade Seminário é composta por uma capela e gruta, um ginásio de esportes (atualmente em reforma) e uma edificação de 04 andares totalizando uma área 5.759,66m². Estão sendo previstos para o ano de 2013, obras de melhorias no edifício, incluindo instalação de elevador, regularização de pisos, reforma de banheiros, além do asfaltamento da entrada e a abertura de estacionamento para veículos

(frente ao edifício) e adequações do edifício tendo em vista os padrões de acessibilidade. Atualmente está em curso reforma das instalações elétricas, a fim de dar suporte ao funcionamento dos equipamentos de climatização, que já estão instalados em salas de aula, administrativas e laboratórios. Para o ano de 2012 foi realizada a locação de 1.463,97m² de salas de aula do prédio da Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável (SAEMA), prédio vizinho às instalações provisórias da UFFS. Tendo em vista que o imóvel é, desde 2010, propriedade da UFFS, as reformas já realizadas e aquelas que ainda serão feitas foram todas pensadas em termos de utilização do espaço no longo prazo. Isso por que, mesmo depois concluído e em uso o campus definitivo, o espaço do antigo Seminário São José continuará abrigando atividades do *campus* Cerro Largo, seja como local de atividades de pesquisa e extensão, seja como espaço permanente de cursos de graduação e pós-graduação.

✓ **Campus Erechim**

No campus Erechim/RS, o Seminário Nossa Senhora de Fátima - Unidade Seminário abriga as instalações provisórias da Universidade Federal da Fronteira Sul. Atualmente, laboratórios, biblioteca, salas de aula e salas administrativas estão distribuídas neste edifício com área total de 2.228m² divididos em 03 andares. No ano 2011, a Mitra Diocesana promoveu uma ampliação à área com a construção de cinco novas salas de aula totalizando mais 400 m² construídos, o qual já está em uso pela UFFS. Para 2012, o auditório do Seminário passará por reformas para instalação de novas salas de professores e salas de aula. No ano de 2011, outro local que já está sendo utilizado pela UFFS, é a Escola Érico Veríssimo - na Unidade Érico Veríssimo vizinha à edificação da Unidade Seminário, atendendo plenamente a demanda de crescimento para 2012.

✓ **Campus Laranjeiras do Sul**

O campus Laranjeiras do Sul da UFFS está funcionando em um prédio da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro), cedido à UFFS. Ali estão concentradas as atividades acadêmicas e administrativas em 1425 m² de área. No ano de 2011, a instituição construiu mais uma área junto ao prédio principal, a qual está sendo utilizada para a biblioteca e cantina. Este espaço está sendo complementado e prevê a cobertura do corredor de ligação entre os blocos além do fechamento em alvenaria do hall, ampliando o seu uso. Para 2012 no campus em Laranjeiras do Sul serão ocupadas as salas de aula da Escola Municipal Francisco Freitas, cedida pela Prefeitura Municipal. Estas salas irão abrigar os professores e setores administrativos do *campus* Laranjeiras do Sul.

✓ **Campus Realeza**

O campus provisório de Realeza da UFFS está situado no Centro de Eventos Municipal, disponibilizado e adaptado pela Prefeitura Municipal de Realeza. O *campus* tem previsão de reforma e a adequação do espaço do auditório, transformando-o em salas de aula, laboratório de línguas e salas administrativas. Além da Unidade do Centro de Eventos, a UFFS em Realeza no ano de 2011, iniciou a utilizar um espaço contíguo ao *campus* definitivo, destinado inicialmente à Embrapa. Este espaço, com auxílio da administração municipal, foi adaptado para uso como laboratório didático do curso de medicina veterinária. Neste espaço, denominado de Unidade Embrapa, para o ano de 2012, está prevista a instalação pela UFFS de uma guarita para vigilância patrimonial.

7.1.2. Implantação das instalações definitivas

Os cinco campi da UFFS foram planejados através de um modelo de uso e ocupação do solo com zoneamento por funções para aglutinar usos e atividades complementares e separar atividades ruidosas ou indesejáveis. O zoneamento proposto prevê, portanto três zonas distintas: Zona Agrícola/Experimental, Zona Comunitária e Esportiva e Zona Acadêmica.

A Zona Agrícola e Experimental deverá permanecer isolada do centro de atividades de ensino, pelas necessidades inerentes ao programa, das quais se pode destacar: uso de equipamentos e máquinas agrícolas de grande porte e presença de animais confinados. O afastamento explica-se pelo desconforto do ruído gerado e o desconforto olfativo, respeitando também uma organização das atividades. É ali que se encontrarão as ETE que deverá tratar os efluentes de maneira exemplar. O mesmo tratamento exemplar deverá se aplicar a reciclagem e tratamento de descarte.

A Zona Comunitária e Esportiva deverá localizar-se contiguamente à Zona Acadêmica, para proporcionar acesso com facilidade à comunidade. Existe uma complementaridade entre as funções dos edifícios projetados: Moradia - Restaurante Universitário - Área Esportiva. Da Moradia Estudantil que inicialmente foram propostos para situarem-se contíguos, porém a geografia e a ocupação das expansões não permitiu este artifício, restando muito embora a dispersão dos edifícios satélites ao núcleo central conformado pela zona acadêmica. De maneira geral, a zona comunitária estará colocada próxima ao ingresso principal do campus para prover uma área de lazer e convívio importante para a circunvizinhança e atrair o grande público para a instituição. O afastamento do Restaurante Universitário da Praça Central - ao contrário do que podemos observar em outras Universidades - explica-se pelo desconforto olfativo gerado. O preparo dos alimentos provoca odores desagradáveis em certos horários. Anexo ao Restaurante Universitário foi introduzido um

anfiteatro para 500 lugares sentados e mais uma área de entorno para acomodar manifestações culturais e artísticas a céu aberto.

A Zona Acadêmica terá a Praça Central como elemento organizador e estruturador. Esta deverá responder às condicionantes nas situações de verão e inverno, alternando espaços de lazer contemplativo, caminhos cobertos e abrigados em dias de chuva ou vento. Os blocos que a encerram estarão dispostos de forma a complementar os usos de atividades contíguas. Assim temos: Biblioteca, Centro de Cultura e Vivência, Salas de Aula, Bloco dos Professores, Bloco Administrativo, Reitoria, dispostos na busca da melhor exposição ao sol – com eixo colocado no sentido leste-oeste. As salas de aula deverão localizar-se entre o Bloco de Professores e Biblioteca para facilitar o acesso ao conhecimento e ensino. O Bloco Administrativo deverá situar-se contíguo ao Bloco dos Professores e ao ingresso principal no campus proporcionando celeridade no tratamento de informações e legibilidade da instituição. Os laboratórios contarão com instalações consideráveis como: capelas químicas e biológicas, zonas de descarte, instalações de gases e geradores. Este fato implica em certo distanciamento da zona acadêmica que permita o acesso não direto à Praça Central por meio de desníveis ou recuos, mas como elemento de convergência, dos principais edifícios da instituição nos cinco campi.

✓ ***Campus Chapecó***

O terreno do campus de Chapecó tem uma área de 916.000m² e localiza-se no km 02 da rodovia SC-459 (afastado 800 metros), em direção ao município de Guatambu-SC. O terreno possui sua dimensão maior no sentido Norte-Sul com aproximadamente 2000 metros de extensão e 500 metros aproximadamente no sentido leste-oeste. O acesso ainda não pavimentado dista em média 12,5 km na direção oeste da cidade em uma área de expansão após os Bairros EFAPI e entorno das indústrias alimentícias Sadia, Aurora e Bondio. Em praticamente toda sua extensão o terreno confronta com um ribeirão e um olho d'água com mata ciliar a ser preservada. Anteriormente, o terreno era destinado à silvicultura e pastagens de gado bovino e nas proximidades encontram-se algumas dezenas de aviários. O terreno oscila entre as cotas altimétricas 590-660 com declividades médias favoráveis a implantação de praças (5 a 10%), em alguns pontos encontram-se banhados com zonas de bacias de drenagem pluvial com ligação para o ribeirão que atravessa a extensão do córrego.

✓ ***Campus Cerro Largo***

Os terrenos do campus de Cerro Largo situam-se nas franjas do centro habitado da cidade com quase 200.000 m² e 455.000m² e estão localizados ambos, sobre a Avenida Jacob Reinaldo Haupenthal, próximos ao Parque Municipal de Exposições e a uma distância de 2 km da praça

central onde se desenrola o núcleo urbano. As duas frações apresentam-se como retângulos regulares com comprimento maior no sentido leste-oeste. Os terrenos possuem respectivamente: 1600 metros por 250 metros no primeiro e 1000 metros por 100 metros na fração 2, entre as cotas altimétricas 170 e 230.

No terreno mais próximo ao centro, que denominamos fração 1, temos uma topografia ligeiramente plana próxima à testada do lote com declividades médias de 7% onde será construída a zona comunitária com Restaurante Universitário e Centro Esportivo. Logo após, uma inclinação mais rápida (20%) destinada a talude sem construções. No platô situado na parte mais alta - cota altimétrica 230 metros do nível do mar – será designada à zona acadêmica por sua morfologia plana longe dos ruídos urbanos, com ótima potencialidade paisagística e com possibilidade de expansão na direção de fundos do terreno. O acesso se dará por uma avenida na extensão sul do terreno. Um acesso secundário pela Avenida Jacob Reinaldo Haupenthal cortará o terreno em duas partes desembocando no anel viário da zona acadêmica. A fração 2 será destinada a zona agrícola também distante das zonas acadêmicas. O terreno do Seminário, localizado no núcleo urbano, atuais instalações provisórias, e que no futuro serão adequadas para moradia estudantil (aproximadamente 60.000m²).

✓ *Campus Erechim*

Entre as rodovias RS-135 e a 1,7km da BR-153 está situado o terreno que abrigará o campus da UFFS em Erechim. A gleba possui 943.480,01m² de área disposta em um terreno de geometria irregular com 16 limites de divisa com sessão maior no sentido leste-oeste e que distam 12 quilômetros ao sul do centro urbano da cidade de Erechim em direção da cidade de Getúlio Vargas. O terreno pode ser dividido em duas grandes áreas generosamente trabalhadas por uma topografia acidentada e divididas por um magnífico vale com 40 metros de profundidade e onde se apresenta um córrego perene. Trata-se de uma região da cidade dedicada à agroindústria com destaque para a avicultura.

A parte que margeia a RS-135 foi destinada a zonas, acadêmica e comunitária, onde se procurou destinar a parte mais plana com inclinação de 7% para ocupação da praça central. Desta forma, os edifícios tendem a ocupar as áreas terraplanadas. As duas zonas acadêmica e comunitária estão separadas por um açude que posteriormente fará parte da implantação paisagística, servindo de borda d'água para os usuários do campus. Uma linha de transmissão de alta tensão atravessa a extensão menor do campus na altura da cota 750 metros, onde está proposta a implantação de um centro esportivo. Araucárias, ipês-amarelos, cedros e pequenos bosques de árvores pioneiras serão preservados em íntima relação com a praça central. A conformação desta praça, portanto, dar-se-á linearmente, ao contrário dos outros campi, situando os edifícios na porção maior faceando norte

para evitar a insolação direta. A parte posterior do campus (mais próxima a BR-135 será dedicada a zonas experimental ambiental, meteorológica e agrícola por seu afastamento da zona acadêmica). Ali, alguns cuidados demandados pela presença de córregos d'água e charcos e zonas de infiltração devem ser previstos.

✓ ***Campus Laranjeiras Do Sul***

O terreno do campus de Laranjeiras do Sul, com 968.000,00m² encontra-se às margens da BR-158, aproximadamente 6,0km do centro urbano da cidade. O terreno apresenta grandes extensões de terras para reflorestamento, mata ciliar em torno do córrego e áreas dedicadas ao cultivo e pecuária. Áreas planas sem cobertura vegetal e estradas sem pavimentação no seu interior utilizado anteriormente como pequenos assentamentos da reforma agrária destinados a policultura. O cadastro nos mostra um terreno com geometria irregular com aproximadamente 2300 metros no sentido leste-oeste e 900 metros no sentido norte-sul. Algumas áreas planas no miolo do terreno são aproveitáveis para implantação da zona acadêmica.

Uma Zona Agrícola será implantada mais ao fundo do terreno em uma região com declividades maiores. Uma área a montante da Sanga do Bigode que divide o terreno em duas porções será dedicada à zona de aquicultura com uma Estação de Piscicultura. Um buffer ou zona de amortização de 30 metros será resguardada para proteção de matas ciliares. Da mesma forma se dará com os 98.000m² confrontantes com o terreno a norte em área destinado à preservação ambiental. Uma grande área plana em um dos cantos da geometria abrigará o Restaurante Universitário e área esportiva. O Centro de Pedagogia da Alternância e a Moradia complementam o zoneamento a norte da implantação. Visitas ao local demonstraram que existe inclusive possibilidade de acessos múltiplos ao campus por estradas vicinais a oeste.

✓ ***Campus Realeza***

O terreno do campus de Realeza, com área de 1.069.000,89m², está localizado ao sul, nos limites do perímetro urbano da cidade em direção do município de Santa Izabel do Oeste (6 km). O futuro acesso se dará por uma avenida projetada em uma área de expansão disponibilizada pela prefeitura de Realeza conforme intervenções viárias expostas abaixo. O terreno situa-se entre a Rodovia PR-182 e a Estrada Geral para Santa Izabel do Oeste, sendo possível a utilização de dois acessos até o campus. O terreno anteriormente foi utilizado em grande parte para a lavoura, definindo assim sua cobertura vegetal. A exceção é um pequeno córrego com mata ciliar em uma das suas extremidades. Em função das declividades, de 7% a 15% aproximadamente, da posição do terreno em relação à cidade e da orientação solar, a implantação segue um esquema que prioriza a parte central colocando ali os principais equipamentos comunitários e zona acadêmica. A

implantação da área edificada do campus foi definida na área mais plana do terreno. Como nos outros casos o sistema viário interno e estacionamentos ficarão dispostos de forma a conformar a praça central. Está prevista uma zona veterinária próxima à rodovia estadual com um Hospital e áreas externas de pastejo a sul. Um grande número de redes de média tensão atravessa os limites do campus. Estas foram retificadas para acomodar a implantação do campus.

7.2 Biblioteca

As informações da biblioteca da UFFS são apresentadas a seguir, divididas em diversos subitens, contendo dados atuais e as projeções de expansão para o período de vigência deste PDI.

7.2.1 Acervo por área de conhecimento

As áreas de conhecimento estão divididas da seguinte forma:

Quadro 11 - Acervo Bibliográfico

Denominação da área	Número da Área	Títulos	Exemplares
Ciência da computação, informação, obras gerais	0	394	3169
Filosofia e Psicologia	100	664	4523
Religião	200	53	190
Ciências sociais	300	3211	17642
Linguagem e Línguas	400	547	2406
Ciências naturais	500	1279	13103
Tecnologia (Ciências aplicadas)	600	1642	7532
Artes	700	173	646
Literatura e Retórica	800	1069	2139
Geografia e História	900	737	4078
Total		9769	55428

7.2.2 Espaço físico para estudos

Atualmente a biblioteca da UFFS dispõe dos seguintes espaços:

✓ *Campus Chapecó*

A biblioteca de Chapecó/Seminário está instalada em um espaço físico de 40,50 m² destinados à área administrativa e atendimento, 83,33 m² para o acervo, 43,07 m² para a sala de

estudo em grupo com 9 mesas e 34 cadeiras para os usuários, uma sala de meios com 24 computadores, e área de guarda-volumes.

A biblioteca de Chapecó/Centro está instalada em um espaço físico de 182 m² destinados à área administrativa e atendimento, acervo e área para estudo em grupo com 20 mesas e 55 cadeiras para os usuários e ainda área para guarda-volumes.

✓ **Campus Laranjeiras do Sul**

No campus de Laranjeiras do Sul a biblioteca ocupa um espaço de 100 m². Possui uma sala de estudos em grupo com 23 m², 9 mesas e 25 cadeiras; laboratório de informática de 6,4 m², com cinco computadores; acervo 45,5m², área para técnicos administrativos de 12,4 m² e área para os guarda-volume de 3m².

✓ **Campus Realeza**

Já a biblioteca do campus de Realeza conta com espaço físico de 400 m². Destinados a área de estudos (10 mesas e 31 cadeiras), acervo, espaço para técnicos administrativos e para atendimento. Possui laboratório de informática com 8 computadores, 15 mesas e 15 cadeiras.

✓ **Campus Cerro Largo**

No campus de Cerro Largo a biblioteca possui sala de estudos em grupo com 8 mesas e 18 cadeiras, o espaço é de 44,15 m², sala dos técnicos administrativos 17,31 m².

✓ **Campus Erechim**

A Biblioteca do Campus de Erechim, conta com área de 115 m². A sala de estudos dedicada aos usuários, o acervo e a sala dos técnicos administrativos estão localizados no mesmo ambiente. Para os alunos estão disponíveis 14 mesas e 27 cadeiras. Conta ainda com 12 computadores.

Nas novas instalações as bibliotecas dos campi de Cerro Largo, Laranjeiras do Sul, Erechim e Realeza contarão com uma estrutura de 1.200m², dos quais 530m² serão destinados ao administrativo, 470 m² às áreas de estudo e 200 m² para acervo.

A biblioteca do campus Chapecó contará com aproximadamente 1.870 m² destinados ao acervo, 2.580 m² destinados a áreas de estudo e 756 m² para áreas de circulação e atividades culturais e 565 m² para administrativo.

7.2.3 Quadro de pessoal técnico-administrativo

O setor responsável pela gestão da informação da UFFS compreende as áreas de arquivo, biblioteca, planejamento e apoio a projetos, serviços administrativos, tecnologia, inovação e desenvolvimento de produtos e formação de acervo e tratamento da informação.

A equipe da área de gestão da informação é composta por arquivistas, administradores, bibliotecárias, analista de TI, assistente em administração e secretária executiva. Até 2016, a esta estrutura deverão ser acrescentados técnico de audiovisual, técnico de som, animador cultural, recepcionista e técnicos de arquivo.

O quadro de pessoal atual das Bibliotecas da UFFS e a projeção para 2016 estão descritos a seguir:

✓**Campus Chapecó:** A equipe da biblioteca Chapecó conta com sete assistentes em administração e uma bibliotecária, os quais atendem as duas unidades. Nas futuras instalações serão necessários mais cinco bibliotecários e quinze assistentes.

✓**Campus Laranjeiras do Sul:** A biblioteca no Campus de Laranjeiras conta com dois bibliotecários e um assistente em administração. Serão necessários mais dois bibliotecários e oito assistentes

✓**Campus Realeza:** A equipe da Biblioteca Campus Realeza é formada por dois bibliotecários e dois assistentes em administração. Serão necessários mais dois bibliotecários e oito assistentes.

✓**Campus Cerro Largo:** Quatro assistentes em administração e dois bibliotecários compõe a equipe na Biblioteca campus Cerro Largo. Serão necessários mais dois bibliotecários e oito assistentes.

✓**Campus Erechim:** Em Erechim, a equipe é formada atualmente por dois bibliotecários, quatro assistentes em administração. Serão necessários mais dois bibliotecários e dez assistentes.

O número de servidores foi projetado tendo em vista o tamanho dos prédios e a diversidade de serviços, bem como o horário de atendimento em três turnos e aos sábados.

7.2.4 Serviços oferecidos

Além dos serviços ofertados atualmente, a UFFS prevê a disponibilização de novos serviços a Comunidade Acadêmica, conforme segue:

➤ **Serviços prestados**

A Diretoria de Gestão da Informação da UFFS conta com diversos serviços para atender as necessidades de seus usuários.

- ✓ **Consulta ao acervo:** Catálogo no qual pode-se realizar pesquisas no acervo da biblioteca.
- ✓ **Empréstimo, reserva, renovação, e devolução:** Acesso livre ao acervo no qual realiza-se as seguintes operações: empréstimo, reserva, renovação e devolução.
- ✓ **Empréstimo entre bibliotecas:** Solicitação de livros das bibliotecas de outros campi para empréstimo.
- ✓ **Empréstimos de notebooks:** as bibliotecas contam com equipamentos disponíveis para empréstimo domiciliar.
- ✓ **Teleatendimento:** Atendimento ao aluno por telefone na realização de pesquisa, reserva e renovação.
- ✓ **Salas de estudos:** Salas de estudos em grupo dedicadas aos usuários.
- ✓ **Acesso internet wireless:** Acesso livre à rede de internet sem fio.
- ✓ **Acesso internet laboratório:** Disponibiliza computadores para trabalhos acadêmicos e acesso à internet.
- ✓ **Serviço de referência online:** A Referência compreende o atendimento personalizado aos usuários, prestando-lhes informações sobre questões bibliográficas, instrucionais ou de pesquisa, o atendimento é prestado através do software Skype.
- ✓ **Comutação bibliográfica:** Através do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), são obtidas cópias de artigos de periódicos, teses, anais de congressos e partes de documentos, localizados em bibliotecas do país ou no exterior que fazem parte do programa, mediante pagamento de taxa.
- ✓ **Orientação normalização de trabalhos:** Orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos através das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de forma presencial e mediante uso de tutoriais disponíveis na página da Biblioteca e plataforma Moodle.
- ✓ **Catálogo na Fonte:** A catalogação na fonte gera uma ficha catalográfica, a qual é impressa no verso da página de rosto de um livro, tese, dissertação ou monografia pertencente à produção da UFFS. A ficha é feita quando a obra está em fase de impressão e é obrigatória para efeito de depósito legal e recomendada pela ABNT.
- ✓ **Serviço de Alerta:** Através do Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas é enviado aos usuários avisos de: retirada de livro, data de devolução, reserva disponível e informações relevantes sobre a biblioteca.

✓ **Visita Guiada:** Visitas agendadas previamente por professores, diretórios acadêmicos ou mesmo por grupos de alunos, que propiciam o conhecimento da estrutura das Bibliotecas e dos serviços oferecidos.

✓ **Serviço de Disseminação Seletiva da Informação:** Através de cadastro no Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas, o usuário poderá escolher as áreas do conhecimento que deseja receber informações.

✓ **Divulgação de novas aquisições e serviços:** É listada mensalmente as obras adquiridas pela UFFS no Website da Biblioteca.

✓ **Assessoria Editorial:** Este serviço é oferecido pela Diretoria de Gestão da Informação visando à colaboração com a área da graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão na definição e implantação das políticas institucionais para a publicação de anais de eventos, boletins, periódicos e livros, seja no suporte impresso ou digital, visando também a sua inserção no repositório institucional, contribuindo para a visibilidade da produção acadêmica, científica e cultural da UFFS. Solicitação de ISBN e ISSN, elaboração de ficha catalográfica e orientação à normalização da publicação.

➤ **Serviços em fase de implantação**

✓ **Capacitação no uso dos recursos de informação:** Treinamento dos usuários na utilização das fontes de informação disponíveis, adotando a oferta de programas presenciais nas bibliotecas e à distância, fazendo uso da plataforma Moodle e do sistema de videoconferência.

✓ **Gestão portal periódicos:** Suporte às comissões editoriais dos periódicos científicos online a serem editados pela UFFS. O Portal de Periódicos da UFFS será gerenciado pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), baseado no software desenvolvido pelo Pubic Knowledge Project (Open Journal Systems) da Universidade British Columbia, desenvolvido para a construção e gestão de uma publicação periódica eletrônica.

✓ **Gestão do repositório institucional:** O repositório institucional reunirá os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS e outros documentos que, por sua área de abrangência e/ou caráter histórico, sejam de interesse da instituição visando centralizar sua preservação e difusão. O repositório utilizará o Dspace, software livre desenvolvido pelo MIT e HP. Compatível com o protocolo OAI (Arquivos abertos), permitir fácil recuperação dos metadados, através dos serviços de busca na internet.

✓ **Portal de Eventos da UFFS:** recebe as informações de eventos aprovados na UFFS

para gerar a publicação de Anais. Para isto utiliza o Sistema Online de Acompanhamento de Conferências (SOAC), versão traduzida pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT), do Open Conference Systems (OCS), desenvolvido pela Public Knowledge Project (PKP), na University of British Columbia, Canadá.

7.2.5 Formas de atualização e cronograma de expansão do acervo

O acervo das Bibliotecas, nesta fase de consolidação dos seus cursos vem adquirindo semestralmente a bibliografia básica e complementar dos cursos de graduação e dos Programas de Pós-graduação em implantação, em número de exemplares baseados no número de alunos que cursam cada uma das disciplinas. E, com base na política de desenvolvimento de coleções a ser adotada (em fase de aprovação no CONSUNI), estará junto ao comitê assessor (a ser criado) definindo todas as questões referentes à expansão do acervo.

Ao mesmo tempo vem ocorrendo a aquisição de livros eletrônicos e outras bases de dados para atender as demandas dos cursos existentes. Também foram adquiridos os seguintes e-books: Editora Springer: 3494 títulos (livros estrangeiros); Editora Zahar: 136 títulos de história, geografia, filosofia, psicologia, ciências sociais (em português); Editora Atheneu: 61 títulos na área de enfermagem (em português); Biblioteca Virtual Universitária 1718 títulos das editoras Artmed, Atica, Casa do Psicólogo, Contexto, IBPEX, Manole, Papyrus, Pearson e Scipione, contemplando diferentes áreas do conhecimento (em português) em fase de estudo do contrato. Atlas Primal Pictures – base de dados de imagens tridimensionais de toda a Anatomia Humana.

A seguir, apresenta-se a estimativa de crescimento do acervo da UFFS:

Quadro 12 - Estimativa de Ampliação do Acervo Bibliográfico

Ano/semestre	Número de exemplares
2011/1	30.000
2011/2	45.000
2012/1	60.000
2012/2	75.000
2013/1	90.000
2013/2	105.000
2014/1	120.000
2014/2	135.000
2015/1	150.000
2015/2	165.000
2016/1	180.000
2016/2	195.000

7.3 Laboratórios

A UFFS está implantando 16 pavilhões de aproximadamente 1.200 m² cada, onde serão disponibilizados 188 laboratórios, que proporcionarão atividades de ensino, pesquisa e extensão à Comunidade Universitária. Além desses laboratórios a instituição contará também com laboratórios de informática e de Ciências da Computação (este último apenas para o *Campus* Chapecó), a serem instalados nos blocos A e/ou B em cada *campus*.

7.3.1 Laboratórios

A estrutura, em fase de implantação, de laboratórios da UFFS conta com um total de 16 (dezesesseis) pavilhões de laboratórios de aproximadamente 1.200 m² cada, sendo 4 (quatro) pavilhões na sede e 3 (três) em cada um dos demais campi. Embora alguns dos espaços situados nesses pavilhões estejam destinados a laboratórios de apoio ou exclusivamente às atividades de pesquisa dos futuros programas de pós-graduação da instituição, aproximadamente 80% da área está destinada a laboratórios que atenderão às aulas práticas dos componentes curriculares dos cursos de graduação, além de atividades de extensão e outros trabalhos de pesquisa.

No *Campus* Chapecó encontram-se 40 (quarenta) laboratórios distribuídos nos seus quatro pavilhões. Nove dos onze cursos de graduação do campus farão uso desses espaços. Dos quarenta laboratórios, 15 (quinze) serão utilizados pelo curso de Agronomia, 10 (dez) pelo de Engenharia Ambiental; 7 (sete), pelo de Enfermagem, 5 (cinco), pelo de Licenciatura em Geografia; 4 (quatro), pelo de Licenciatura em Letras; 4 (quatro), pelo de Pedagogia; 2 (dois), pelo de Licenciatura em História; 2 (dois), pelo de Licenciatura em Filosofia; e, 2 (dois) serão utilizados pelo de Licenciatura em Ciências Sociais. Desse modo, percebe-se que muitos dos laboratórios serão utilizados por mais de um curso, o que demonstra economia de espaço e planejamento responsável, sem que haja, contudo, prejuízo aos estudantes e às atividades docentes. Conforme pode ser visto abaixo, essa mesma percepção é verificada para os demais campi.

O *Campus* Erechim conta com 32 (trinta e dois) laboratórios em seus três pavilhões. Todos os seus oito cursos de graduação utilizarão ao menos dois desses laboratórios para a realização de aulas práticas. O curso de Engenharia Ambiental utilizará 12 (doze) laboratórios; o de Arquitetura, 10 (dez); Agronomia, 10 (dez); Licenciatura em Geografia, 6 (seis); Licenciatura em História, 3 (três); Licenciatura em Filosofia, 2 (dois); Licenciatura em Ciências Sociais, 2 (dois); e, o curso de Pedagogia, 2 (dois).

Nos três pavilhões de laboratórios do *Campus Cerro Largo* localizam-se 39 (trinta e nove) laboratórios. Todos os seus cinco cursos farão uso desses espaços, com a seguinte distribuição: 17 (dezesete) laboratórios serão utilizados pela Engenharia Ambiental; 12 (doze), pela Licenciatura em Ciências; 10 (dez), pela Agronomia; 10 (dez), pela Licenciatura em Letras; e, 7 (sete) laboratórios serão utilizados pelo curso de Desenvolvimento Rural.

No *Campus Laranjeiras do Sul* encontram-se 42 (quarenta e dois) laboratórios distribuídos nos seus três pavilhões. Os cinco cursos de graduação de Laranjeiras do Sul farão uso desses espaços. O curso de Agronomia utilizará 19 (dezenove) laboratórios; o de Engenharia de Aquicultura, 15 (quinze); Engenharia de Alimentos, 11 (onze); Desenvolvimento Rural, 11 (onze); e, o curso de Licenciatura em Educação no Campo, 6 (seis).

O *Campus Realeza* conta com 35 (trinta e cinco) laboratórios em seus três pavilhões. Os quatro cursos de graduação de Realeza farão uso desses espaços, obedecendo a seguinte distribuição: 15 (quinze) laboratórios serão utilizados pela Licenciatura em Ciências; 10 (dez), pela nutrição; 8 (oito), pela Veterinária; e, 5 (cinco) laboratórios serão utilizados pela Licenciatura em Letras.

A UFFS conta hoje com um setor para administrar todas as questões relacionadas aos seus laboratórios, desde o planejamento da implantação até o funcionamento dos mesmos: a Secretaria Especial de Laboratórios. Essa Secretaria é composta pela Divisão de Materiais de Laboratórios e por cinco Coordenações Adjuntas de Laboratórios, situadas em cada um dos *campi*. A aquisição de todos os materiais de laboratórios é realizada através da Divisão de Materiais de Laboratórios. Contudo, esses materiais somente são adquiridos em atendimento aos pedidos dos docentes, com vistas às suas atividades na graduação.

Até o fim de 2013 serão adquiridos aproximadamente R\$18,0 milhões em materiais para os laboratórios da instituição, e estima-se que outros R\$ 10,0 milhões sejam ainda necessários para que todos os laboratórios estejam atendendo plenamente as atividades de graduação, além de prestando apoio substancial às atividades de pesquisa e extensão. Alguns dos equipamentos adquiridos, ou a serem adquiridos, como espectrofotômetros e cromatógrafos, atendem ou atenderão a toda uma turma de uma só vez, enquanto outros, como microscópios e estereomicroscópios, estão ou estarão disponíveis para cada aluno da turma, dentro do laboratório.

Todos os laboratórios da instituição contarão com quadro branco, tela de projeção, Datashow e acesso à Internet – embora o acesso à rede mundial de computadores não seja o objetivo principal da grande maioria das aulas a serem realizadas nesses espaços, esse acesso faz-se necessário para a atualização de softwares interligados a muitos dos equipamentos dos laboratórios e para a atualização de dados experimentais concernentes às atividades ministradas nas práticas (dados que, na maioria dos casos, também estarão vinculados ao uso dos equipamentos).

Os laboratórios da instituição também terão condicionadores de ar, no intuito de manter esses ambientes climatizados. A realização de muitos experimentos se torna prejudicada sob grandes flutuações na temperatura ambiente, o que pode ser corrigido com a presença de um aparelho de ar-condicionado. Ainda, muitos dos equipamentos que serão alocados nesses espaços emitem calor durante o seu funcionamento, além de correrem o risco de avarias quando submetidos à temperatura ambiente acima de 30-35°C.

Dentro dos espaços supramencionados, vale ressaltar que, conforme já comentado, além de aulas de graduação, poderão ser atendidas também atividades de extensão e pesquisa. Também contabilizadas como laboratórios dos referidos pavilhões e distribuídas em quatro campi, as Centrais Analíticas, através dos seus equipamentos de última geração, poderão ser utilizadas para análises de cunho ambiental e de produção alimentos, dois dos focos da instituição. Sendo assim, de maneira conjunta, os laboratórios da UFFS proporcionarão produção científica, desenvolvimento tecnológico e inovação de processos e produtos, de modo a atender, em especial, as demandas das suas regiões e comunidades circunvizinhas.

Na atual conjuntura, a UFFS conta com alguns laboratórios já instalados em seus prédios provisórios. É importante destacar que a Secretaria Especial de Laboratórios não tem medido esforços para garantir que as referidas estruturas provisórias garantam a realização das aulas práticas necessárias para o momento em que se encontram os cursos de graduação da instituição. Assim sendo, embora pequenos prejuízos às aulas tenham sido identificados, grande parte delas tem encontrado o que é exigido para o nível de graduação.

7.3.2 Laboratórios de informática

Atualmente estão disponíveis laboratórios de informática em cada uma das unidades e sedes, com os seguintes equipamentos:

Quadro 13 - Laboratórios de Informática

Campus	Nº de laboratórios de Informática	Computadores Desktop	Projektor Multimídia	Lousa Interativa
Chapecó	02 na Unidade Seminário*	50 em cada laboratório	01 em cada laboratório	01 em cada laboratório
	01 na Unidade Bom Pastor	50	01	01
Realeza	01	50	01	01
Laranjeiras do Sul	01	50	01	01
Cerro Largo	01	50	01	01
Erechim	01	50	01	01

* Também conta com 01 laboratório de meios, com 25 computadores.

Em relação equipamento/aluno, considerando o mês base em dezembro de 2011 tem-se, aproximadamente 4000 alunos e 350 computadores em laboratórios de informática, mais 35 computadores para empréstimo de alunos e ainda 25 computadores no laboratório de meios da unidade Seminário e 25 no laboratório de meios da Unidade Bom Pastor, totalizando 435 computadores disponíveis aos alunos o que dá uma relação aproximada de 1 computador para cada grupo de 10 alunos.

Em suas instalações definitivas, haverá ainda, no *Campus* Chapecó, 10 laboratórios da área de Ciências da Computação, sendo que, cada um deles contará com uma média de 25 computadores para atender alunos de graduação e pós-graduação.

Em termos de inovações tecnológicas significativas, destaca-se que todos os professores da instituição recebem um notebook para o desenvolvimento de suas atividades. Também ressalta-se que a biblioteca disponibiliza notebooks para empréstimo por parte dos discentes (pelo menos 5 unidades em cada campus/unidade da UFFS); os professores tem acesso a lousas interativas como recurso didático (foram realizadas 2 capacitações de utilização das mesmas); e o fato de os alunos terem acesso ao portal do aluno (onde podem realizar a matrícula online e ao ambiente virtual de ensino aprendizagem (ambiente Moodle) para acompanhamento didático das disciplinas).

7.4 Recursos tecnológicos e de áudio visual

Atualmente, a UFFS possui recursos computacionais para provimento de serviços de informação e comunicação na Instituição. Está em operação um núcleo de tecnologia com capacidade instalada de recursos de armazenamento e processamento que hospedam em torno de 40 sistemas informatizados que automatizam processos de gestão de informações no contexto administrativo e acadêmico. Interfaces de acesso aos sistemas são disponibilizadas na forma de portais web. Os portais, de acordo com tipo de vínculo com a instituição, são utilizados por setores, servidores, estudantes e comunidade. Além disso, estão em operação sistemas de suporte que compreendem servidores de aplicação, sistemas de virtualização de máquinas físicas, sistemas atuantes nas esferas de segurança da informação, sistemas operativos e de comunicação em rede.

A Instituição possui contratados acessos a rede mundial de computadores em todos os campi, com maior banda no centro de tecnologia em função da hospedagem dos sistemas. Também possui contratada uma rede MPLS que permite a interligação dedicada entre os campi. Esta rede é essencialmente utilizada para serviços que exigem maior qualidade de serviço de comunicação

(QoS), como por exemplo, a videoconferência (atualmente ocorrendo nos 3 turnos) e a telefonia VoIP (que permite a ligação direta para o ramal sem custo nenhum na ligação).

Além do centro de tecnologia, a Instituição vem trabalhando na construção de infraestrutura de tecnologia e informação para prover todas as edificações ocupadas de acesso a rede de computadores por cabeamento ou redes sem fio, bem como redes e computadores que hospedam serviços computacionais nos campi e nas instalações físicas existentes e futuras.

O fornecimento de postos de trabalhos e equipamentos de computação para servidores da carreira administrativa e servidores da carreira docente têm sido praticada pela Instituição, buscando a proporção de um posto de trabalho por servidor.

Atualmente, todas as salas de aula de todas as unidades e campus dispõem de projetor multimídia disponível. A UFFS disponibiliza aproximadamente 50 telas interativas instaladas em laboratórios e salas de aula e todas as suas unidades. Recursos de acesso individual são disponibilizados para a comunidade acadêmica, tais como: salas de meios, notebooks para empréstimo, acervo impresso e digital, acesso a internet, observados princípios de segurança da informação, e serviço de informação ao cidadão.

7.5 Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI

Os aspectos mais relevantes da expansão da infraestrutura dizem respeito ao provimento de serviços de TI nos prédios novos construídos pela instituição. Entre os serviços está o acesso a internet, através de links adquiridos por licitação ou de link fornecido pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Além do próprio link são necessários investimentos em equipamentos de rede, tais como, firewalls, roteadores, pontos de acesso (Aps), controladores de AP, aceleradores de link, entre outros. Outro serviço é a expansão da telefonia, tanto a telefonia analógica quanto a telefonia VoIP. Para tal existe a demanda por centrais telefônicas, telefones VoIP, ATAs (conversores de telefonia analógica/VoIP), softwares de gerencia e tarifação, entre outros.

A implantação do datacenter da UFFS é outro item significativo para consolidação dos serviços de TI, tanto no que diz respeito alta disponibilidade dos serviços quanto a capacidade de expansão dos mesmos.

A implantação de um backbone para a interligação da rede lógica em cada um dos campi da universidade também configura uma necessidade futura para o atendimento com qualidade e alta disponibilidade dos serviços de TI nos diferentes prédios do campus.

Questões vinculadas à segurança e acesso aos diferentes campi também devem ser consideradas. Isto leva a demanda por vigilância eletrônica centralizada, com câmeras de vigilância instaladas tanto em espaços abertos (estacionamentos, pátios, rótulas, etc) quanto internas

(corredores, entradas de acesso dos prédios, laboratórios); e também de mecanismos de controle de acesso, como catracas, portas eletrônicas, crachás de identificação, para serem utilizados no acesso a áreas como o Restaurante Universitário, a biblioteca, o Datacenter, aos laboratórios didáticos, etc.

A expansão dos serviços disponibilizados a comunidade acadêmica levará também a necessidade de expansão dos servidores (equipamentos) e da capacidade de armazenamento (tanto dos bancos de dados quanto dos backups). Um exemplo concreto é a implantação da assinatura digital de documentos que exigirá a certificação dos usuários (tokens SSL) e protocoladora digital de data e hora nos documentos assinados.

Deve-se considerar ainda o aumento da comunidade acadêmica (professores, servidores técnico-administrativos e alunos). Cada um destes públicos exigirá investimentos em equipamentos para o desenvolvimento das atividades dos servidores públicos e laboratórios de informática para os alunos. O aumento da quantidade de postos de trabalho para o desenvolvimento das tarefas e a implantação da expansão dos serviços é outra demanda que a área possui.

8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A questão da avaliação institucional na UFFS tem como referência os princípios e diretrizes fixadas pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior no Brasil, SINAES. Esse sistema tem como principal característica a articulação entre os processos de regulação com os de avaliação, considerando este último base ou referência para o desenvolvimento do primeiro.

Na UFFS, as ações concernentes à avaliação institucional são realizadas por meio de quatro entes legalmente constituídos, a saber: (i) por meio da Divisão de Avaliação e Estatística; (ii) da Diretoria de Planejamento (iii) da Pró-Reitoria de Planejamento, e; (iv) por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição.

A Divisão de Avaliação e Estatística tem como principal atribuição a organização e disseminação de informações necessárias para subsidiar os atos e decisões administrativos, bem como orientar os processos avaliativos e regulatórios junto ao Ministério da Educação.

As ações dessa Divisão estão em fase inicial de implantação e, por isso, são direcionadas para a busca, consolidação e disponibilização de subsídios informacionais à comunidade acadêmica e, em especial, à Administração Central da UFFS, auxiliando na criação e operacionalização dos processos de avaliação interna e externa e nos processos de reconhecimento de cursos. Nesse quadro, algumas ações estão em fase inicial de execução, como a criação e manutenção da ferramenta UFFS Gerencial, que proverá à comunidade interna e externa, à Administração Central da Universidade, informações sobre o resultado (parcial e final) das atividades desenvolvidas. Outro aspecto da atuação da Divisão de Avaliação e Estatística diz respeito à promoção da interface com outros setores responsáveis pela aplicação das ações de avaliação e regulação, instituídas pelo Governo Federal, como a Pesquisa Institucional e a Pró-Reitoria de Graduação.

O processo de constituição da CPA da UFFS iniciou com a indicação dos representantes de cada campus, culminando com a publicação das portarias n.º 426/GR/UFFS/2011 e n.º 694/GR/UFFS/2011. Desde então a comissão vem trabalhando, em parceria com outros setores da instituição.

Atualmente, a CPA possui espaço físico reservado para suas atividades, espaço no sítio da UFFS onde estão divulgadas suas principais informações. Para facilitar a comunicação há, no ambiente *moodle*, uma sala dedicada aos membros da CPA, possibilitando a troca de informações e algumas reuniões são realizadas por vídeo conferência. Os instrumentos de avaliação, para aplicação na universidade, ainda estão em fase de aprovação.

Mas a avaliação não se dá apenas por meio das instâncias especificamente constituídas

para esse fim. Na UFFS, a avaliação das atividades permeia todo o fazer acadêmico, constituindo parte integrante do cotidiano da instituição. Assim, os Colegiados de curso, por exemplo, realizam permanentes esforços de análise e avaliação dos PPC's, das matrizes curriculares e do perfil dos cursos, das atividades acadêmicas realizadas e dos projetos desenvolvidos junto ao curso. O mesmo ocorre, no nível do *campus*, junto aos Conselhos de Campus e fóruns de coordenadores de curso e de professores, os dois últimos sob organização da Coordenação Acadêmica.

Isso por que a avaliação, na UFFS, deve se constituir não apenas como uma prerrogativa legal/administrativa, mas como uma convicção teórico-metodológica, pautada nos pressupostos da autocrítica e da auto-avaliação permanentes como condição de autonomia e responsabilidade acadêmica. Nesse sentido, deve-se avaliar não apenas as ações e seus resultados objetivos, as metas e os indicadores de sua realização. É preciso avaliar também os pressupostos que orientam tais ações, os fundamentos teórico-filosóficos que as sustentam, as metodologias que as põem em curso, as concepções que lhe dão sustentação. Do mesmo modo é preciso avaliar, em seu sentido mais amplo, o impacto da universidade no seu entorno, na sua região, e na vida das populações que constituem sua razão de existência. É preciso, portanto, fazer da avaliação, em todos os sentidos, uma postura institucional capaz de permear toda e qualquer ação, o que implica em incorporar, mais do que a prática, a postura da avaliação como algo inerente ao próprio fazer acadêmico cotidiano. E isso só é possível mediante a incorporação dos pressupostos da autocrítica e da auto-avaliação por todos os servidores em por todas as instâncias de ação e deliberação institucionais.

9 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Orçamento é instrumento legal em que são previstas as receitas e fixadas as despesas de um determinado ente público, com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesas relevantes.

De acordo com a Lei 4.320/64 e a Constituição Federal/1988, ao estabelecerem os fundamentos da transparência orçamentária, explicitam os princípios básicos do orçamento público: princípio da unidade, o orçamento deve ser uno, evitando múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política; princípio da universalidade, cada ente deve conter todas as receitas e despesas mantidas pelo poder público; princípio da anualidade, o orçamento deve compreender o período de um exercício, que corresponde ao ano fiscal; princípio do equilíbrio, as receitas e despesas de um período devem ser iguais; princípio da publicidade, princípio básico da administração pública e do regime democrático, visa divulgar para a comunidade as informações sobre as receitas e a execução da despesa; princípio do orçamento bruto, registro de receitas e despesas pelo valor total bruto.

No que tange, especificamente, aos aspectos orçamentários e financeiros, a UFFS, como instituição nova e em fase de implantação, não participa, diferentemente das universidades federais existentes no país, da matriz de distribuição orçamentária proposto pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Seu orçamento e recursos são, respectivamente, frutos de um processo pactuado até 2014 com a Secretaria de Educação Superior (SESU) e Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES) do MEC e estavam atrelados até o ano de 2010 ao orçamento de sua tutora, a UFSC.

Somente a partir de 2011 foi criado uma Unidade Orçamentária (UO 26440) para toda a UFFS. Desde então, a UFFS vem executando o seu próprio orçamento, mediante o empenho, liquidação e pagamento das despesas relacionadas à implantação física e despesas ligadas ao seu funcionamento para garantir o pleno desenvolvimento dos cursos de graduação, projetos e atividades de extensão, pesquisa e pós-graduação *lato-sensu*.

No contexto interno da instituição, tais recursos, repassados pelo MEC, são alocados conforme descentralização temática, isto é, por meio de ações orçamentárias destinadas para o conjunto da UO 26440 – UFFS e não para os setores específicos: Implantação da UFFS, Funcionamento das Universidades Federais, Fomentos às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, Capacitação de Servidores em Processo de Qualificação e Requalificação, Assistências aos Estudantes, Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, Auxílios e Assistências aos Servidores Públicos e Pagamento de Pessoal.

Portanto, a Projeção das despesas leva em consideração o cronograma de expansão

pactuado com o MEC para o período de 2010 a 2015. A estimativa do orçamento, com a discriminação em grandes grupos de ações para os exercícios de 2011 a 2015 são:

Quadro 14 - Orçamento da UFFS – Recursos Pactuados

R\$ 1,00

DESPESAS	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal	50.528,4	76.460,7	79.287,1	80.988,6	82.690,1
Benefícios	3.675,6	5.717,6	6.524,3	6.676,9	6.827,4
Custeio	29.643,5	21.952,6	21.952,6	21.952,6	24.147,8
Capital	70.000,0	50.000,0	54.569,2	38.435,1	35.964,9
Total	153.847,5	154.130,9	162.333,2	148.053,2	149.630,2

O grupo Pessoal é composto com as despesas com o corpo docente e técnico administrativo. Em Benefícios estão as ações para o pagamento de auxílio-transporte, alimentação e saúde, exames periódicos e pensões. O grupo das ações Custeio é composto por ações relacionadas ao Ensino (Graduação e Pós-Graduação), pesquisa, extensão e assistência ao estudante de graduação. Em Capital são os recursos para aquisição de acervo bibliográfico, material permanente e as obras de instalações dos campi da universidade.



PROJETO DE AUTO-AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

1 - INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – foi criada pela Lei no 12.029, de 15 de setembro de 2009, com cinco campi, que abrange os 396 municípios que formam a Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, localizados no sudoeste e centro sul do Paraná, em Realeza e Laranjeiras do Sul respectivamente; Oeste de Santa Catarina, em Chapecó – sede da instituição, e Noroeste do Rio Grande do Sul em Cerro Largo e Erechim.

O processo de criação da UFFS foi o resultado do movimento de entidades, ONGs, igrejas e movimentos sociais desta região nos três estados do sul do Brasil, que através de sua organização e articulação conseguiram, em 2005, por meio do Movimento Pró-Universidade Federal, constituir o grupo de trabalho que elaborou o projeto e encaminhou todo processo de discussão.

Em 2007, o Projeto de Lei 2.199/07 institui a UFFS; em 2008 cria-se a comissão de implantação e entre os meses de setembro de 2009 a março de 2010 é empossado o reitor e realizado o primeiro concurso para professores e técnicos da Universidade. O dia 29 de março de 2010 marcou oficialmente o início das atividades com os alunos da UFFS.

As metas estabelecidas para UFFS¹ são:

- Promover o desenvolvimento regional integrado – condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos na região;
- Assegurar o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região, a qualificação profissional e o compromisso de inclusão social;
- Desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador e a interação entre as cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno.

Entre os dez princípios norteadores da Instituição estão registrados com bastante clareza a necessidade de ser uma universidade pública, popular, democrática e autônoma, sendo estes também os princípios que deverão orientar/determinar a política de avaliação institucional.

Importante destacar a I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão – COEPE – realizada entre 16 de junho até 03 de setembro de 2010, cujo tema “Construindo agendas e definindo rumos”, propiciou a comunidade acadêmica discutir sua missão e objetivos, este foi um momento

1. Dados que constam na página da universidade no seguinte endereço http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page_id=2.

fundamental para a consolidação da Universidade Federal da Fronteira Sul .

Comprometida com a concepção e princípios da Universidade a Comissão Própria de Avaliação é constituída pela **Portaria nº 694/GR/UFFS/2011 de 13 de outubro de 2011** definindo sua composição, respeitando a estrutura multicampi.

Para a execução da auto-avaliação a Lei prevê a existência de uma Comissão Própria de Avaliação – CPA, em cada instituição de ensino superior. A Portaria MEC nº. 2.051, de 09/07/2004, que regulamenta o SINAES, caracteriza a CPA como sendo:

- a) Responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação da instituição (autoavaliação), de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.
- b) Autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição.
- c) Constituída por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada.

De acordo com o art. 3º da Lei no 10.861 a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais

Sendo a Avaliação Institucional um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que fundamenta-se na necessidade de promover :

- à melhoria da qualidade da educação superior;
- à orientação da expansão de sua oferta;
- ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior está alicerçado por três modalidades principais de avaliação:

- 1) Avaliação das Instituições de Educação Superior, sob duas perspectivas:
 - a) Autoavaliação: estruturada, organizada e executada pela Comissão Própria de Avaliação de cada IES.
 - b) Avaliação externa: realizada após a autoavaliação para fins de credenciamento e recredenciamento da IES por comissões designadas pelo MEC/INEP segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.

2) Avaliação dos Cursos de Graduação: realizada por comissões designadas pelo MEC/INEP, por ocasião dos pedidos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos.

3) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE): realizado pelo MEC/INEP e aplicado a todos os alunos ingressantes e concluintes dos cursos de graduação. Anualmente, o Ministro da Educação, com base em indicação da CONAES, definirá as áreas que participarão do ENADE.

Atendendo ao que dispõe a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, da Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC – Ministério da Educação, que cria o **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**, formado por três componentes principais: a Avaliação das Instituições; dos Cursos; e do Desempenho dos Estudantes. A Universidade Federal da Fronteira Sul apresenta seu projeto de Avaliação Institucional para o período de 2012 a 2015, baseado nos três eixos: **Ensino; Pesquisa; e Extensão, incluindo neste tripé a Gestão Universitária.**

O Projeto de Avaliação Institucional, alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e ao Projeto Pedagógico Institucional - PPI constitui-se de: Autoavaliação (avaliação interna); Avaliação Externa *in loco* (para Credenciamento e Recredenciamento da IES e Reconhecimento de Cursos); e Avaliação de desempenho dos estudantes (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE).

A política de integra-se ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES o qual abrange todas as instituições de educação superior do país. Seu processo envolve todo o universo institucional tendo em vista sua complexidade, por isso, abrange diferentes dimensões, sendo uma construção coletiva dos sujeitos que integram a UFFS na busca do aperfeiçoamento de suas práticas. Seu processo contínuo permite que a instituição construa conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

2 – OBJETIVOS

GERAL - Consolidar uma cultura de auto-avaliação participativa, para o auto-conhecimento e o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão na UFFS.

ESPECÍFICOS

- Integrar as diversas iniciativas de avaliação já existentes na Instituição;
- Implantar e coordenar um processo contínuo de auto-avaliação;
- Colaborar para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão;
- Propiciar à comunidade acadêmica a autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios;

- Fortalecer o compromisso social da Instituição;
- Colaborar para a transparência da Instituição como um todo, em seus diversos níveis.

3 – METODOLOGIA

Etapa 1 – Preparação

Constituição

- Constituição da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal da Fronteira Sul – CPA/UFFS – Portaria nº 426/GR/UFFS/2011, de 13 de outubro de 2011.
- Elaboração, discussão e aprovação do Regimento da CPA/UFFS.
- Criação do link no site da UFFS e Moodle.

Planejamento

- Elaboração do Projeto de Auto-avaliação institucional.

Sensibilização

I Seminário de auto-avaliação institucional da UFFS: definindo rumos para o processo de auto avaliação institucional.

II Seminário de auto-avaliação institucional da UFFS: Considerações iniciais sobre o processo de auto avaliação.

- Seminários internos por Campus.

Etapa 2 – Desenvolvimento.

- Registro das ações de avaliação já existentes na instituição.
- Sistematização de um instrumento para todos os campi envolvendo todas as dimensões.
- Sistematização das contribuições oriundas das reuniões e encaminhamentos.
- Definição dos procedimentos da avaliação.
- Elaboração de instrumentos de coleta de dados.
- Execução/aplicação da avaliação segundo as 10 dimensões/SINAES
- Análise e interpretação dos dados
- Elaboração do Relatório.

Etapa 3 – Consolidação

- Sistematização dos resultados da avaliação nas 10 dimensões;
- Produção/aprovação do relatório final;
- Divulgação do resultado da Avaliação Interna;
- Reflexão sobre o processo avaliativo.
- Encaminhamento do Relatório Final ao CONAES/INEP.

4 – DETALHAMENTO DAS DIMENSÕES

DIMENSÃO 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

- 1.1. Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos.
- 1.2. Articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional (auto-avaliação e avaliações externas)

DIMENSÃO 2: A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

- 2.1. Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais
- 2.2. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade *presencial*, e suas formas de operacionalização.
- 2.3. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (*lato sensu** e *stricto sensu**), na modalidade *presencial*, e suas formas de operacionalização (indicador imprescindível para Universidades).
- 2.5. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.
- 2.6. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.

DIMENSÃO 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

- 3.1. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.
- 3.2. Relações da IES* com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.
- 3.3. Relações da IES* com a sociedade: inclusão social.
- 3.4. Relações da IES* com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

DIMENSÃO 4: A comunicação com a sociedade.

- 4.1. Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.
- 4.2. Comunicação interna e externa.
- 4.3. Ouvidoria.

DIMENSÃO 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

- 5.1. Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo.
- 5.2. Formação do corpo docente.
- 5.3. Condições institucionais para os docentes.
- 5.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.
- 5.5. Formação do corpo de *tutores presenciais** e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES* credenciada para modalidade *a distância – EAD**).
- 5.6. Formação do corpo de *tutores a distância** e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES* credenciada para modalidade *a distância – EAD**).

DIMENSÃO 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios

- 6.1. Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais.
- 6.2. Gestão institucional (considerar as especificidades da gestão de cursos a distância, quando for o caso).

6.3. Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores.

6.4. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.

DIMENSÃO 7: Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

7.1. Coerência Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.

7.2. Instalações gerais

7.3 . Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico.

DIMENSÃO 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

8.1. Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais.

8.2. Auto-avaliação institucional

8.3. Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.

DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos discentes.

9.1. Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.

9.2. Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos

9.3. Condições institucionais de atendimento ao discente.

9.4. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada

DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

10.1. Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.

10.2 Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.

10.3. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão

5 – CRONOGRAMA

5.1 – CRONOGRAMA DAS ATIVIDADE DA CPA 2011/2012

ATIVIDADES	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
Constituição da CPA/UFFS	X																	
Aprovação do Regimento da CPA/UFFS.	X	X			X	X												
Criação do link no site da UFFS e Moodle			X	X	X	X												
Elaboração do Projeto de Autoavaliação				X	X	X												
Registro, sistematização de ações de avaliação já existentes na instituição (*)				X	X	X												
Elaboração Relatório(*)				X	X	X												
Seminários internos por Campus							X	X										
Seminário de Avaliação									X									
Definição dos procedimentos da avaliação.							X	X										
Definição da metodologia								X										
Elaboração de instrumentos de coleta de dados								X	X									
Execução/aplicação da avaliação dimensões /SINAES										X	X							
Análise e interpretação dos dados											X	X	X	X				
- Sistematização dos resultados da avaliação nas 10 dimensões														X	X			
Produção do relatório final;															X	X		
Divulgação do resultado da Avaliação Interna, Base dados;																X	X	
Reflexão sobre o processo avaliativo.																X	X	
Encaminhamento do Relatório Final ao CONAES/INEP.																		X

* As atividades sombreadas dizem respeito aos procedimentos para a produção do primeiro relatório a ser enviado ao INEP, em março de 2012.

5.2 – CRONOGRAMA DE REUNIÕES DA CPA - 2012

DATA	LOCAL	DIAS DA SEMANA	ATIVIDADE
14/02/2012	Chapecó (Chat)	Terça -Feira	Reunião comissão executiva
23/02/2012	Chapecó	Quinta -feira	Reunião comissão executiva
05/03/2012	Chapecó	Segunda - Feira	Reunião comissão executiva
16/03/2012	Chapecó	Sexta - Feira	Reunião ampliada.
28/03/2012	Chapecó	Quarta- Feira	Reunião comissão executiva
10/04/2012	Realeza	Terça - Feira	Sensibilização Interna*.
20/04/2012	Laranjeiras	Sexta – Feira	Sensibilização Interna*
04/05/2012	Erechim	Sexta-Feira	Sensibilização Interna*.
16/05/2012	Cerro Largo	Quarta-Feira	Sensibilização Interna*.
25/05/2012	Chapecó	Sexta-feira	Reunião Ampliada
15/06/2012	Chapecó	Sexta-Feira	Reunião comissão executiva
28/06/2012	(Videoconferência)	Quinta-Feira	R. Ampliada – Seminário
06/07/2012	Chapecó	Sexta-Feira	Reunião comissão executiva
10/08/2012	Erechim	Sexta-Feira	Reunião comissão executiva
24/08/2012	Chapecó	Sexta-Feira	Reunião Ampliada
14/09/2012	Chapecó	Sexta-Feira	Reunião comissão executiva
24/09/2012	(Videoconferência)	Segunda-Feira	Reunião Ampliada
05/10/2012	Chapecó	Sexta-Feira	Reunião comissão executiva
19/10/2012	Realeza	Sexta-Feira	Reunião comissão executiva
30/10/2012	Chapecó	Terça-Feira	Reunião Ampliada
09/11/2012	Chapecó	Sexta-Feira	Reunião comissão executiva
23/11/2012	Chapecó	Sexta-Feira	Reunião comissão executiva
05/12/2012	(Videoconferência)	Quarta-Feira	Reunião Ampliada
14/12/2012	Erechim	Sexta-Feira	Reunião comissão executiva

* - Reunião realizada com a presença da comissão executiva e representantes do campus

- Será realizada reunião da CE no período da manhã, anterior a SI.

OBS – Este calendário está sujeito a modificações, de acordo com a necessidade do grupo e disponibilidade da agenda dos campi.

6 - RECURSOS

6.1 - RECURSOS HUMANOS

PERFIL	CH	QUANTIDADE	NOME
DOCENTES			
Experiência na docência e gestão da educação superior e em avaliação institucional.	20	02	Componente da CPA com alocação de horas.
TÉCNICO ADMINISTRATIVO			
Habilidades de secretariar, organizar processos, digitador.	40	01	
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
Habilidade de realizar estruturação de base de dados e programação web.	40	01	
ARTICULADOR DA AVALIAÇÃO			
Articulação das atividades de avaliação em cada campus.	20	05	01 por campus – componente da CPA com alocação de horas ou bolsa ao discente.

6.2 – INFRA-ESTRUTURA

Local	Dimensões	Quantidade
Sala da CPA	48m ²	01

6.3 – MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

NOME	QUANTIDADE
Mesa	02
Cadeira Giratória	02
Cadeiras para mesa de reunião	12
Mesa de Reunião	01
Computador com capacidade de processamento de software	02
Notebook	02
Armários com gavetas (dispositivo retrátil)	01
Armários com Portas (Prateleiras)	01
Estante	01
Impressora colorida	01
Quadro Branco	01
Projeter Multimídia com tela para projeção	01
Linha telefônica	01
Gravadores	02

Software Licenciamento SPSS	01
Material de consumo	Diversos

7 – ORÇAMENTO

ATIVIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
Diárias para reuniões ampliada e da comissão executiva	101,5	74,70	7582,00
Passagens	1- São Paulo – Chapecó 1- Brasília /Chapecó 5 - Passagens de curta distância: Floripa, Curitiba, Porto Alegre.	600,00 875,00 450,00	1200,00 1750,00 4500,00
Eventos de sensibilização 1) evento geral por semestre (6) 2) evento por campi (5)	2 5		
Locação de Auditorio	1 auditório 500 pessoas Chapecó	500,00	1000,00
Material para divulgação	2 Banners tamanho grande. 1000 pastas 1000 crachas 1000 folders	80,00	160,00
TOTAL			